

UFMS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS

MARIZA CARDOZO DE OLIVEIRA

**INTERLOCUÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR (ENE) E O
PENSAMENTO FREIRIANO NA PRÁTICA EDUCATIVA DE ASSISTENTES
SOCIAIS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO (SPSB)**

**TRÊS LAGOAS, MS
2025**

UFMS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS

MARIZA CARDOZO DE OLIVEIRA

**INTERLOCUÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR (ENE) E O
PENSAMENTO FREIRIANO NA PRÁTICA EDUCATIVA DE ASSISTENTES
SOCIAIS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO (SPSB)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, nível de mestrado, da Universidade do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (CPTL).

Orientador: Prof. Dr. Fernando Guimarães Oliveira da Silva

TRÊS LAGOAS, MS
2025

MARIZA CARDOZO DE OLIVEIRA

**INTERLOCUÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR (ENE) E O
PENSAMENTO FREIRIANO NA PRÁTICA EDUCATIVA DE ASSISTENTES
SOCIAIS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO (SPSB)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Guimarães Oliveira da Silva
(Presidente)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL)

Profa. Dra. Ana Claudia dos Santos Rocha
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL)

Profa. Dra. Angela Maria Moura Costa
Universidade Estadual do Centro Oeste do
Paraná (UNICENTRO)

Dedico ao meu pai,

Manoel Cardozo de Oliveira (in memoriam),

que um dia disse: “Ela não pode parar de estudar nunca...”.

Obrigada por todos os ensinamentos ao longo da minha vida...

AGRADECIMENTOS

A Deus, que permitiu que eu cumprisse mais essa etapa de sonhos da minha jornada...

Às professoras, Ana Cláudia e Ione, pelo incentivo ao longo das aulas, pelas muitas conversas e empréstimos de materiais, atenção e ética ao ensinar...

À professora Ângela que fez uma qualificação respeitosa e muito agregadora...

À professora Regiane Vieira Gonçalves que contribuiu com as questões de português, gramática e fluidez do texto...de uma forma muito profissional e ética...

Especialmente à professora Mariana Esteves que contribuiu com as reflexões sobre marxismo para além dessa dissertação!

Ao professor Wilson De Luces (da Toledo/Prudente SP) que foi meu pai intelectual e despertou o entendimento de que estudar no modo de produção capitalista é um ato de resistência...

E, ao meu orientador Fernando, pela paciência com minhas vicissitudes ao longo deste processo e por acreditar na minha competência e dedicação, mesmo nos momentos mais difíceis! Meu muito obrigada, pelo profissionalismo e por me ensinar com “amorosidade”.

E a todos que direta e indiretamente, fizeram parte deste trabalho.

“Onde há vida, há inacabamento”.
(Freire, 1996, p. 26).

RESUMO

A pesquisa insere-se na linha de pesquisa “Formação de Professores(as) e Políticas Educacionais” do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). O estudo investiga as interlocuções entre a Educação Não Escolar (ENE) e o pensamento freiriano na prática educativa de assistentes sociais que atuam no Serviço de Proteção Social Básica em Domicílio (SPSB). O problema central parte do questionamento: como a perspectiva do pensamento freiriano contribui para a prática de assistentes sociais em serviços de ENE no âmbito do SPSB em Domicílio, voltado a pessoas idosas e com deficiência (PCD)? A hipótese sustentada é que o referencial freiriano, especialmente suas categorias de diálogo, amorosidade, inacabamento humano e dimensão transformadora, contribui para a prática educativa dos(as) assistentes sociais, pois aproxima o trabalho socioassistencial de uma práxis pedagógica libertadora, voltada à emancipação humana e à ampliação da cidadania. O objetivo geral foi analisar as contribuições do pensamento freiriano nas práticas de ENE realizadas por assistentes sociais no âmbito do SPSB em Domicílio. Os objetivos específicos compreenderam: (1) analisar as relações entre ENE, SPSB e as categorias freirianas de prática dialógica, amorosidade e humanização articuladas às competências profissionais do(a) Assistente Social; (2) evidenciar semelhanças entre a ENE no SPSB a partir da categoria freiriana de dimensão transformadora x diálogo; (3) discutir a inclusão social sob o enfoque da categoria de inacabamento humano x direitos sociais. A metodologia adotou abordagem qualitativa, de base marxista e freiriana, estruturada em pesquisa bibliográfica e documental. O percurso metodológico compreendeu as seguintes etapas: (1) levantamento e revisão crítica da produção científica sobre ENE, Freire e SPSB; (2) sistematização de documentos públicos como a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014) e as Orientações Técnicas sobre o SPSB em Domicílio (2017); (3) análise de conteúdo e análise temática, segundo Cellard (2008) e Jara (2006), com base em três categorias centrais – amorosidade e humanização, dimensão transformadora e diálogo, inacabamento humano e direitos sociais; (4) articulação entre referencial teórico e prática profissional, com ênfase na análise do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Interlagos, em Três Lagoas/MS, onde a pesquisadora atua. Os resultados demonstraram que a prática dialógica, a escuta qualificada e o acolhimento humanizado produzem impactos concretos, como ampliação do conhecimento sobre direitos sociais, fortalecimento de vínculos comunitários e redução de institucionalizações. Contudo, as transformações observadas permanecem pontuais e não estruturais, limitadas pelas contradições do modo de produção capitalista. As considerações finais indicam que a pesquisa contribuiu para ampliar o olhar metodológico do(a) assistente social, reforçando o caráter educativo e reflexivo da profissão. A articulação entre Serviço Social, Educação Popular e ENE reafirma a centralidade do diálogo e da consciência crítica como fundamentos da prática profissional comprometida com a emancipação humana. Recomenda-se o fortalecimento de políticas intersetoriais, formação permanente das equipes e ampliação da ENE como estratégia política e pedagógica de transformação social, em consonância com o legado freiriano.

Palavras-chave: Educação não escolar; Pensamento freiriano; Serviço Social; Educação social.

ABSTRACT

The research is part of the research line “Teacher Training and Educational Policies” of the Graduate Program in Education (PPGE) at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). The study investigates the dialogues between Non-School Education (ENE) and Freirean thinking in the educational practice of social workers who work in the Basic Social Protection at Home Service (SPSB). The central problem stems from the question: how does the Freirean perspective contribute to the practice of Social Workers in ENE services within the scope of the SPSB at home, aimed at elderly and disabled people (PCD)? The hypothesis is that Freirean thinking, especially its categories of dialogue, lovingness, human incompleteness, and transformative dimension, contributes to the educational practice of social workers, as it brings Social Assistance Work closer to a liberating pedagogical praxis, focused on human emancipation and the expansion of citizenship. The general objective was to analyze the contributions of Freirean thought to the ENE practices carried out by social workers within the scope of the SPSB at home. The specific objectives included: (1) analyzing the relationships between ENE, SPSB, and Freire's categories of dialogic practice, lovingness, and humanization articulated with the professional competencies of social workers; (2) highlighting similarities between ENE in SPSB based on Freire's category of transformative dimension x dialogue; (3) discussing social inclusion from the perspective of the category of human incompleteness x social rights. The methodology adopted a qualitative approach, based on Marxist and Freirean theory, structured around bibliographic and documentary research. The methodological process comprised the following stages: (1) survey and critical review of scientific production on ENE, Freire, and SPSB; (2) systematization of public documents such as the National Classification of Social Assistance Services (2014) and the Technical Guidelines on SPSB at Home (2017); (3) content analysis and thematic analysis, according to Cellard (2008) and Jara (2006), based on three central categories – lovingness and humanization, transformative dimension and dialogue, human incompleteness and social rights; (4) articulation between theoretical framework and professional practice, with an emphasis on the analysis of Social Assistance Reference Center (CRAS) Interlagos, in Três Lagoas/MS, where the researcher works. The results demonstrated that dialogical practice, skilled listening, and humanized care produce concrete impacts, such as increased knowledge about social rights, strengthened community ties, and reduced institutionalization. However, the transformations observed remain isolated and non-structural, limited by the contradictions of the capitalist mode of production. The final considerations indicate that the research contributed to broadening the methodological perspective of social workers, reinforcing the educational and reflective nature of the profession. The articulation between Social Work, Popular Education, and ENE reaffirms the centrality of dialogue and critical awareness as foundations of professional practice committed to human emancipation. We recommend strengthening intersectoral policies, ongoing training of teams, and expanding ENE as a political and pedagogical strategy for social transformation, in line with Freire's legacy.

Keywords: Non-school education; Freirean thought; Social Work; Social education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01. Localização do CRAS Interlagos. Três Lagoas/MS

74

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 01. Referenciais utilizados | 79 |
| Quadro 02. Referencial do(a) Assistente Social | 82 |
| Quadro 03. Referencial Freiriano | 97 |
| Quadro 04. Cruzamento de dados: inacabamento humano x direitos sociais | 105 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A- Assexual; +: representa outras identidades e orientações não especificadas.

ABESS - Associação nacional brasileira de ensino em serviço social

AND - E

BA - Bahia

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BI - Business Intelligence

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitês de Ética na Pesquisa

CF88 - Constituição Federal de 1988

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CFESS - Conselho federal de Serviço Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONAE - Conferência Nacional da Educação

CONEP - Comissão Nacional de Ética na Pesquisa

CPC - Centros Popular de Cultura

CPTL - Campos de Três Lagoas

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DH - Direitos Humanos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EDH - Educação em Direitos Humanos

ENE - Educação Não Escolar

ENF - Educação Não Formal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPI - Instituição em Longa Permanência para Idosos

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

JUC - Juventude universitária católica

LDB - Lei de diretrizes e bases

LGBTQIA+ - L: lésbica; G: gay; B: bissexual; T: transgênero; Q: queer; I: intersexo;

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MEC - Ministério da Educação
MPU - Ministério Público da União
MS - Mato Grosso do Sul
MHD - Materialismo Histórico Dialético
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONGs - Organizações não governamentais
OR - Ou
PAIF - Atendimento Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PCD - Pessoas com Deficiências
PDU - Plano de desenvolvimento do usuário
PE - Pernambuco
PEPP - Projeto Ético Político Profissional
PNAS - Política Nacional da Assistência Social
PNE - Plano Nacional da Educação
PPGE - Programa de Pós-graduação em Educação
PSB - Proteção Social Básica
SAD - Serviço de Atenção Domiciliar
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SESI - Serviço Social da Indústria
SPSB - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio
SPSE - Serviços de Proteção Social Especial
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO I – METODOLOGIA | 18 |
| CAPÍTULO 2 – O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SPSB) EM DOMICÍLIO NOS CRAS E A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR (ENE)..... | 26 |
| 2.1 ENE e educação popular: possíveis articulações com as competências profissionais do(a) Assistente Social..... | 27 |
| 2.2 O Pensamento freiriano e o trabalho socioeducativo nas práticas do SPSB em Domicílio | 31 |
| 2.3 As relações do pensamento teórico freiriano e a prática do trabalho socioeducativo | 36 |
| 2.4 O SPSB em Domicílio no contexto da Política de Assistência Social..... | 42 |
| 2.5 Levantamento bibliográfico para a ENE, Freire e SPSB em Domicílio..... | 46 |
| CAPÍTULO 3 – O PENSAMENTO TEÓRICO DE PAULO FREIRE (1921-1997) E AS POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES NAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NO SPSB EM DOMICÍLIO | 57 |
| 3.2 Competências profissionais dos (as) Assistentes Sociais..... | 64 |
| 3.3 A relação do Serviço Social com Paulo Freire na história: a educação popular | 66 |
| CAPÍTULO 4 – ANÁLISE TEMÁTICA DE CATEGORIAS DO PENSAMENTO FREIRIANO NA PRÁTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SPSB EM DOMICÍLIO | 73 |
| 4.1 Construção da análise temática..... | 76 |
| 4.2 Categoria freiriana de dimensão transformadora x diálogo | 89 |
| 4.3 Categoria freiriana de inacabamento humano x direitos sociais..... | 94 |
| 4.4 Relatório final da análise em categorias | 106 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 108 |
| REFERÊNCIAS..... | 111 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação se insere no âmbito da linha de pesquisa "Formação de Professores(as) e Políticas Educacionais" do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL). Discute o pensamento teórico de Paulo Freire (1921-1997) e os seus reflexos nas competências profissionais do(a) Assistente Social que atua no Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (SPSB). Esse serviço, previsto na Resolução n. 9/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que regulamenta a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), integra o bloco da Proteção Social Básica (PSB) e tem por finalidade garantir direitos em situações de agravamento das vulnerabilidades sociais para dois públicos-alvo desta política: pessoas com deficiências (PCD) e pessoas idosas.

Dentre as vulnerabilidades sociais foco dessa modalidade de proteção, tem-se aquelas decorrentes de diferentes fatores: 1) os ciclos de vida (infância, maternidade ou velhice); 2) a pobreza; 3) as barreiras atitudinais ou arquitetônicas enfrentadas por PCDs e pessoas idosas, além da falta de acesso às políticas públicas, de carência de infraestrutura e da persistência de discriminações que fragilizam ou rompem com vínculos familiares e comunitários.

Trata-se de uma pesquisa que faz parte de reflexões do processo de construção profissional da pesquisadora, primeiramente como docente universitária de curso de Serviço Social e, também como atuante nesse campo. O desdobramento dessas experiências de reflexão e ação diante da profissão de Assistente Social foi essencial para entender a centralidade do diálogo no processo de ensino e aprendizagem, dentro do ambiente de formação universitária bem como em outros espaços. Tal reflexão permitiu compreender o diálogo como componente essencial para a transformação social, que nesta dissertação é entendida como melhoria das condições do sujeito e de seus grupos que possam apoiar a qualidade de vida.

Esse diálogo, por sua vez, se trata de um elemento imprescindível para práticas educativas ligadas ao ambiente de formação profissional, mas também em outros espaços cujo o trabalho educativo não segue as mesmas diretrizes do ambiente estudantil ou de formação em níveis e modalidades da educação básica, profissional e superior. Relaciona-se às aprendizagens planejadas por meio de intervenções no cotidiano de pessoas que convivem com situações socialmente vulneradoras.

No trabalho cotidiano com pessoas idosas e PCD, o(a) Assistente Social realiza acompanhamento domiciliar quinzenal, fortalecendo o vínculo com os(as) usuários(as) e explicando direitos sociais frequentemente desconhecidos ou não reivindicados. Nessa

dinâmica, o diálogo se torna instrumento pedagógico e transformador, não restrito à orientação, mas configurando-se como prática socioeducativa.

Nesse sentido, é utilizada a prática do diálogo para oportunizar esse entendimento. Também são realizadas atividades com outros profissionais, como Educador(a) Social e Psicólogo(a), que também utilizam o diálogo como elemento fundamental e transformador das realidades dos sujeitos sociais vinculados ao SPSB em Domicílio.

Após essa observação, por mais ou menos dois anos de trabalho, foi realizada a reflexão, de que nesse trabalho, o diálogo é utilizado como prática transformadora para além de ser apenas uma prática de orientação, atenção e esclarecimento sobre o acesso a direitos sociais, o(a) profissional realiza um trabalho com conteúdo socioeducativo¹. Por ser uma prática educativa, os termos dela não se adequam aos parâmetros identificadores da educação escolarizada: currículo mínimo, planos educacionais e processos de avaliação externa, mas a de educação não escolar (ENE) como um campo de práticas pedagógicas.

O termo ENE nasceu para distinguir as práticas que ocorrem no interior da escola, nasce daí a diferenciação escolar e não escolar “[...] permite demarcar a educação por aquilo que lhe é intrínseco: as práticas pedagógicas, eixo que baliza a utilização da expressão oposta” (Moura e Zuchetti, 2010, p. 632). Nesse tipo de educação, geralmente utiliza-se de técnicas como rodas de conversas, diálogos e recursos audiovisuais para estímulo sensorial e cognitivo das pessoas atendidas. Objetiva-se, com isso, um repertório de informações capazes de fomentar e expandir sua capacidade criativa de assimilação de aspectos ligados aos direitos sociais, a fim de criar um pensamento crítico, que oportuniza as trocas de saberes entre os sujeitos sociais. Sendo neste caso, um momento indispensável para que cada sujeito expresse suas experiências sem o receio de ser julgado, o que necessita de um espaço livre de julgamentos e mais acolhedor.

Nesse contexto, a ENE utiliza diferentes recursos como, por exemplo, discurso, diálogo e materiais audiovisuais para estimular dimensões cognitivas e criativas, fomentando a criticidade e a troca de saberes entre sujeitos sociais. Severo (2015, p. 16) amplia essa perspectiva ao definir a ENE como “[...] espaços, contextos ou âmbitos sociais e institucionais distintos da escola em que práticas educativas estejam sendo desenvolvidas considerando os modelos formais, não formais e informais [...]”.

¹“O trabalho socioeducativo é uma das formas de concretização do trabalho do(a) Assistente Social. Este tipo de trabalho tem sido requisitado aos profissionais que atuam nas mais diversas áreas, quer seja na esfera pública como na esfera privada[...].” (Torres, 2009, p.202).

Destaca-se que nem sempre a educação desenvolvida em espaço diferente da escola foi caracterizada como ENE. A literatura utilizou por muito tempo, o termo educação não formal (ENF) como uma maneira de incorporar a educação proposta pelos movimentos sociais responsáveis pela requisição de mudanças estruturais no Brasil em período de ditadura militar, como bem retratou Gohn (2010). Alguns autores como Severo (2015) têm demonstrando que o uso do termo ENE é mais amplo e completo, sobretudo por considerar articulações, ressonâncias e complementaridades entre a educação informal, educação escolar e não escolar.

Pretende-se problematizar a interlocução da ENE com a prática dialógica do SPSB em domicílio em Três Lagoas/MS. Por se tratar de um serviço recentemente implantado, em 2022, é relevante apresentar também os conceitos atualizados de pessoa idosa e PCD e a sua relação como grupos vulneráveis, passíveis de atendimento domiciliar na forma como esse serviço foi pensado no interior da Política de Assistência Social.

Diante do exposto, questiona-se: “Como a perspectiva do pensamento freiriano contribui para a prática de Assistentes Sociais em serviços de ENE por meio do SPSB em Domicílio para pessoas idosas e PCD?” A hipótese levantada é que a perspectiva freiriana pode contribuir nas práticas de ENE, pois o trabalho realizado pelos(as) Assistentes sociais no SPSB em domicílio se aproxima do formato de orientações sociais. Neste caso, a ação de diálogo realizada nessas atividades de atendimento em domicílio é pensada, organizada e aplicada por profissionais que compõem equipes interdisciplinares no âmbito das propostas do SUAS para o trabalho social com famílias. Trata-se, portanto, de ações pedagógicas que caracterizam a ENE por serem realizadas fora do espaço institucionalizado das unidades de ensino da educação básica. Os reflexos dessas práticas, podem ser verificados por meio dos impactos na transformação da realidade dos(as) usuários(as) atendidos(as) nesse serviço.

Enquanto objetivo geral, pretende-se analisar as contribuições do pensamento freiriano nas práticas de ENE realizadas por assistentes sociais no âmbito SPSB em Domicílio para pessoas idosas e PCD. E, nos objetivos específicos: 1) Analisar a relação da ENE, SPSB, categorias freirianas de prática dialógica, amorosidade e humanização articuladas às competências de trabalho de assistentes sociais; 2) Evidenciar semelhanças entre a ENE no SPSB a partir da categoria freiriana de dimensão transformadora x diálogo; 3) Abordar inclusão social sob o enfoque da categoria freiriana de inacabamento humano x direitos sociais.

A presente dissertação foi dividida em quatro capítulos. O capítulo 1, o espaço, onde foi discutida a metodologia desta pesquisa. E, no capítulo 2, diz a respeito do SPSB em Domicílio nos CRAS e a ENE, problematização das categorias freirianas, competências profissionais do(a) Assistente Social e suas articulações. Como o pensamento freiriano e o trabalho

socioeducativo se mostram nas práticas do SPSB em Domicílio, esse serviço no contexto da PNAS e um levantamento bibliográfico para ENE, Freire e SPSB em Domicílio.

O capítulo 3 apresenta o pensamento teórico de Paulo Freire e as possíveis articulações nas competências profissionais dos(as) assistentes sociais que atuam em SPSB em Domicílio. O pensamento de Freire é apresentado, as competências profissionais do(as) Assistentes Sociais, a relação entre Paulo Freire e o Serviço Social é mostrada por meio da educação popular e a linha de pesquisa políticas públicas educacionais mostra a relação da ENE, utilizada no SPSB em Domicílio.

O capítulo 4 contribui com as relações entre competências do trabalho do(a) Assistente Social no SPSB e as categorias freirianas de prática dialógica, amorosidade e humanização, depois as semelhanças entre a ENE no SPSB a partir da categoria freiriana de dimensão transformadora x diálogo, a inclusão social sob o enfoque da categoria freiriana de inacabamento humano x direitos sociais e o relatório final da análise em categorias.

As considerações finais analisam de forma sintética as interpretações críticas do processo de construção realizado, para culminar em conclusões teóricas e práticas, capazes de enriquecer as experiências futuras e suscitar novas reflexões. Ressalta-se, que todas as fases demandaram rigor teórico, cuja ausência poderia comprometer a qualidade analítica da pesquisa.

CAPÍTULO I – METODOLOGIA

O Materialismo histórico dialético (MHD) foi a lente teórico-metodológica para olhar o objeto desta pesquisa: “SPSB em Domicílio” e as relações deste serviço em implantação com as pessoas usuárias. As concepções freirianas de transformação societária embasaram o referencial teórico propondo articulações com a teoria social crítica de Marx. Ressalta-se que Freire tem também seu apporte teórico sobre desigualdade social, transformação societária e alienação² como perspectivas teóricas que possuem forte aproximação com o referencial Marxista, o que encoraja ainda mais a utilização do método em Marx.

A teoria social crítica foi utilizada nesta dissertação, pois Marx consegue explicar a raiz da desigualdade social por meio da divisão da sociedade em classes: a burguesia e o proletariado ambas sustentadas por suas ideologias, que levam às relações materiais. De outro modo, a teoria social crítica explica como as minorias devem buscar a transformação societária, devido às situações de opressão vivenciadas. Durante os momentos iniciais do livro *O Capital*, Marx (2013) auxilia o entendimento da exploração gerada pelo modo de produção capitalista, a partir da mercadoria, sua produção, circulação e apropriação: “[...] examina antes de tudo a mercadoria e sua formação, pois o capitalismo continua a ser, mesmo em sua fase amplamente financeirizada, um modo de produção de mercadorias” (Marx, 2013, p.05).

Assevera Marx (2013) que a divisão de classes ajuda a entender a luta de grupos socialmente vulneráveis por melhores condições de produção e geração da vida, o que amplia a compreensão da sociedade para além da contribuição dos economistas clássicos, Adam Smith e David Ricardo. Sobretudo esse último como um dos fundadores da ciência que podia decifrar a vida contemporânea e acrescenta que as relações materiais dividiam a sociedade, em duas classes antagônicas, sendo aquelas que detêm os meios de produção (dominantes) e aquelas que vendem a força de trabalho para a manutenção de suas vidas e de seus exploradores (dominadas).

A concepção materialista implicava a reformulação radical desse modelo antagonista de classe que foi denominado de capitalismo. Um modelo de regime vislumbrado nos estudos de Marx (2013) cuja efetividade se faz pela criação das próprias massas trabalhadoras com o proletariado à frente em um movimento histórico real, no qual o proletariado participa na condição de classe com interesses revolucionários da sociedade. Compreende-se que a concepção materialista de Marx (2013) passou a ser incorporada ao Serviço Social na década

² O trabalho torna-se alienado, sua relação é invertida e ele passa somente a produzir pela própria existência. O trabalhador exerce sua função mecanicamente, a finalidade não é mais humanizá-lo ou torná-lo social (p.8).

de 1960, em meio ao processo de reconceituação da profissão na América Latina, marcado por movimentos revolucionários e pelo contexto do golpe civil-militar de 1964. O marxismo foi introduzido na formação profissional e a teoria social crítica de Marx consolidou-se como referência, situando o Serviço Social na divisão social do trabalho e permanecendo como marco teórico na agenda profissional até a atualidade.

O MHD, como método a partir de Marx (2013) serve para fundamentar e analisar a sociedade e as ações do ser social e suas respectivas relações com o modelo de regulação capitalista. Para isso serão mencionadas de forma suscinta as principais categorias de análise que integram o modo de produção capitalista que são: trabalho, práxis, mediação, hegemonia, contradição, totalidade e reprodução. Essas categorias apresentam complexidade e estão imbricadas, mas podem ser explicadas separadamente para auxiliar no entendimento. Destaca-se que essas categorias se relacionam à composição da história e ao movimento dialético: tese-antítese-síntese e estão distribuídos nas discussões ao longo de toda dissertação.

A importância de citar essas categorias está em relacioná-las às dinâmicas sociais, onde se identifica a luta de classes, e o trabalho é considerado a força motriz da sociedade, pois é pelo trabalho que ocorre a exploração social e é por meio dele que o ser social ou pessoa usuária pode se libertar da opressão ocasionada no âmbito do modo de produção capitalista. Esses aspectos que envolvem a sociedade, tanto ideologicamente quanto materialmente requerem a superação de todas as situações que envolvam a desigualdade social. O MHD implica conhecer as determinações sociais do objeto de estudo: “SPSB em Domicílio”, e também traz o entendimento de que nenhum fenômeno é visto isoladamente, são observadas as conexões com o objeto, como ele se comporta e como é explicado no contexto em que se insere.

Apesar dessas teorias analíticas do marxismo considerarem as categorias elencadas, foram trabalhadas ao longo dessa dissertação, as principais: singularidade, particularidade e universalidade. Nesse sentido, Lukács (1978) corrobora para esclarecer as definições de particularidade, universalidade e singularidade, no intento de auxiliar na reflexão sobre as respostas possíveis que são colocadas pelas interrogações presentes em diferentes contextos. E no caso desta dissertação, auxiliará a responder às indagações da pesquisa.

Ressalta-se que Lukács (1978) usa exemplos ligados à política, ao trabalho e às classes sociais, ou seja, menciona sempre seu método de estudo e análise, cujos propósitos são universais e referem-se, portanto, às categorias teóricas de “singular-particular-universal”, como instrumentos lógicos de análise que podem ser utilizados por quaisquer pesquisadores sociais, sejam eles ligados à Sociologia, Filosofia e História. O autor expõe vários exemplos de situações que demonstram o que vem a ser o singular, o particular e o universal: “[...] o singular

é o que é próprio ao indivíduo, ao especificamente pessoal; já o particular refere-se aos interesses de classe; e o universal, aos interesses de toda a sociedade” (Lukács, 1978, p.76).

De acordo com Lukács (1978), entende-se, até aqui, que há uma mistura – dialética – entre as noções de singularidade, particularidade e universalidade. Compreende-se que as relações entre elas são contraditórias, ao mesmo tempo em que são também complementares. Sobre a definição de universalidade: “[...] é preciso afirmar que há perigo à vista quando se faz dela um mero conceito vazio. O universalismo é necessário, seguindo nosso exemplo, à classe que esteja no poder, seja ela de procedência elitista ou operária; a universalidade deixa de existir, observa” (Lukács, 1978, p. 88).

Lukács (1978) também ensina que a universalidade está sempre em uma contínua tensão com a singularidade, além de estar também em uma consecutiva conversão em particularidade. Da mesma maneira e de modo inverso, a particularidade está sempre em contínua tensão com o universal e em sucessiva conversão em singularidade. Ou seja, as relações entre essa tríade são sempre múltiplas e contraditórias, e quanto mais autênticas e profundamente os nexos da realidade, suas conexões e contradições, “forem concebidos sob a forma da universalidade, de forma mais exata e mais concreta poderá ser compreendido também o singular” (Lukács, 1978, p. 104).

A partir do trabalho de Lukács (1978), aprende-se que o conhecimento e a compreensão da singularidade não podem ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Segundo o autor essas relações múltiplas já estão contidas na imediaticidade do singular, no imediatamente sensível de cada singular, e tanto a realidade como a essência da singularidade só pode ser exatamente compreendida quando essas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz, o que significa, também, que essa aproximação ao singular pressupõe o conhecimento mais desenvolvido possível das relativas universalidades e particularidades. Na vida cotidiana, no conjunto das relações sociais, a particularidade “[...] se confunde, em sua determinação e delimitação, ora com o universal ora com o singular” (Lukács, 1978, p.110-112).

Lukács (1978) ainda discute que somente pode existir “uma autêntica e verdadeira aproximação à compreensão adequada da realidade, uma relação verdadeiramente dialética entre teoria e prática, se houver clareza: dessa tensão dos polos, constantemente em ato; mas tentar elevar à consciência a exata relação dos homens para com a realidade objetiva.

Dessa forma, fazendo referência ao objeto de pesquisa em questão, a universalidade constitui o plano das diretrizes gerais e dos direitos abstratos, materializados nas leis e nas políticas sociais, como o SUAS e a LOAS, que estabelecem o que deve ser garantido a todas às

pessoas usuárias. No entanto, esses direitos não atingem a pessoa diretamente sem passar pela particularidade, que é o campo onde as expressões da “questão social” ganham forma. É nessa dimensão que se identifica as mediações que dificultam o acesso ao direito, como a pobreza, a falta de mobilidade urbana, o enclausuramento e a fragilidade ou inexistência de vínculos familiares e comunitários.

Pontua-se que é no encontro dessas forças que emerge a singularidade, o nível da pessoa usuária e sua concretude e sua história de vida única. No cotidiano profissional do(a) Assistente Social, a singularidade se expressa na figura da pessoa idosa ou PCD atendida pelo SPSB em seu Domicílio. Assim, o atendimento domiciliar não é apenas uma ação isolada, mas o esforço de materializar a universalidade do direito dentro de uma realidade particular de vulnerabilidade, respeitando as necessidades específicas e a dignidade de cada pessoa usuária em seu território.

Com relação ao tipo de abordagem do objeto de pesquisa, essa caracteriza-se pela abordagem metodológica da pesquisa de base qualitativa. Nesse sentido, Triviños (1987) aponta que a pesquisa qualitativa se fundamenta na fenomenologia e no marxismo, privilegiando a compreensão crítica da realidade, os processos de conscientização, a subjetividade e o contexto cultural, atribuindo relevância aos significados que os fenômenos têm para o sujeito social.

Nessa perspectiva, não há neutralidade na investigação porque objeto-pesquisadora-sujeitos pesquisados estão imbricados no regime social e profissional. Minayo (2009) complementa que a pesquisa qualitativa se organiza em três etapas: (1) fase exploratória, correspondente à elaboração do projeto e à preparação para entrada em campo; (2) trabalho de campo, com a utilização de diferentes instrumentos de levantamento de dados; e (3) análise e tratamento do material, que envolve compreensão, interpretação e articulação com as perspectivas do pensamento teórico eleito para engajar a realidade pesquisada.

Lakatos (2003), por sua vez, diz que a pesquisa qualitativa tem como finalidade atualizar conhecimentos científicos, acompanhar o desenvolvimento de determinados temas, sintetizar produções já publicadas, analisar e avaliar informações existentes e identificar as principais contribuições teóricas sobre um dado fenômeno.

Salienta-se que no âmbito da abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa foi a bibliográfica. No que se referem às técnicas de pesquisa, adotou-se a pesquisa bibliográfica como instrumento de obtenção das informações necessárias à investigação. Severino (2007) destaca que a pesquisa bibliográfica se realiza a partir de registros disponíveis, já produzidos em materiais impressos, como livros, artigos e teses, utilizando categorias teóricas previamente elaboradas por outros(as) pesquisadores(as). Para tanto, foram consultadas obras e bases

eletrônicas, tais como *Google Acadêmico*, *Scielo*, Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

O processo de refinamento dos descritores exigiu 17 etapas sucessivas de ajustes, utilizando combinações boleanas como: “*inclusão social*” AND “*categoria freiriana de inacabamento humano*” OR “*direitos sociais*”; “*inacabamento humano*” AND “*Freire*” OR “*inclusão social*”; e novamente “*inclusão social*” AND “*categoria freiriana de inacabamento humano*” OR “*direitos sociais*”.

Na primeira tentativa de refinamento da pesquisa bibliográfica utilizaram-se termos voltados para o SPSB em Domicílio. O levantamento inicial foi realizado no sítio eletrônico *google acadêmico*, durante o primeiro semestre de 2024, na página em português. Esse levantamento foi feito sem refinar os descritores, e utilizou-se o objeto principal da pesquisa como termo de busca: “Serviço de Proteção Social Básica em Domicílio”. Foi obtido o retorno de 10 artigos por página e foram encontradas 100 páginas, totalizando 1.000 ocorrências.

Foi lido até a quarta página dessa busca, sendo que os temas são dispersos da PSB e abrangem outras áreas do conhecimento: Enfermagem e Psicologia, que não foram incorporados à presente investigação. O motivo da exclusão desses estudos refere-se ao fato de que não são narradas discussões sobre o trabalho educativo desenvolvido pelo SUAS, mas as discussões são voltadas para os cuidados em saúde que o tema possa estar articulado com a atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

No segundo momento foram utilizados os termos entre aspas: “Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio” AND “pessoas idosas” OR “pessoas com deficiência”. Após esse refinamento, foram encontradas 875 ocorrências, todos apenas citaram o SPSB em Domicilio, mas nenhum tratava especificamente do tema no título, apenas no corpo do texto, como ações da Proteção Social Básica do SUAS. Dos 10 materiais selecionados, apenas 05 foram escolhidos, por terem proximidade com o objeto de pesquisa.

Novamente no sítio eletrônico do *google acadêmico*, houve outra tentativa com os descritores: “Proteção Básica no Domicílio” “para idosos e pessoas com deficiência” encontrou-se 03 documentos, dos quais apenas 01 foi selecionado, de acordo com os critérios supracitados.

Já no sítio eletrônico da CAPES, não houve nenhum material encontrado, alusivo ao tema e, após refinamento de descritores para “Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio”, 08 itens foram selecionados, entre dissertações e teses de doutorado, dos quais apenas 02 dissertações forma escolhidas. Enquanto no sítio eletrônico da BD TD não foram encontradas pesquisas que pudessem ser relacionadas ao tema.

No sítio eletrônico do *Scielo*, também não foi encontrada nenhuma ocorrência. Após novo refinamento, de “Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio”, para “Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio” AND “pessoas idosas” OR “pessoas com deficiência” e as pesquisas não localizaram novamente nenhuma ocorrência.

No sítio eletrônico da BDTD não foi encontrada nenhuma ocorrência para dissertações e teses, com os descritores “Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio” AND “pessoas idosas” OR “pessoas com deficiência”; “Proteção Básica no Domicílio para pessoas idosas ” OR “pessoas com deficiência”; posteriormente, com o uso do mesmo termo, “Serviço de Proteção Social Básica em Domicílio”, foram encontrados 82 resultados. Cada estudo foi lido o resumo para conhecer se havia relação com a proposta de estudo, porém 0 tratou-se exclusivamente do tema em questão. A realização do Estado da Arte³ evidenciou a dificuldade de localizar estudos específicos sobre o SPSB, tema ainda pouco explorado na literatura acadêmica.

Diante dessa lacuna, definiu-se o enfoque na ENE, considerando a natureza do mestrado em Educação, articulando-a posteriormente com a educação social e com práticas socioeducativas para interpretar a interface entre ENE e SPSB em Domicílio. Esse movimento de delimitação visou aproximar o debate sobre a ENE ao campo de atuação do(a) Assistente Social.,

Na segunda tentativa de refinamento foram utilizados os termos voltados às relações entre o Serviço Social e o pensamento freiriano:” assistente social” AND “categorias freiriana” OR “dimensão transformadora” e foi pesquisado no sítio eletrônico *Google* acadêmico, e houve 130 resultados encontrados, sendo apenas 01 estudo, que apresenta o tema correlato. No terceiro momento de tentativa de refinamento dos descritores foram utilizados os termos: “educação não escolar” AND “prática dialógica” OR “humanização” no sítio eletrônico do *Google* acadêmico e foram encontrados 823 resultados, sendo apenas 20 desses localizados com temas correlatos ao objeto de estudo e apenas 07 escolhidos, por tratarem especialmente dos postulados freirianos. Na terceira etapa de refinamento dos descritores foram utilizados os descritores: “inclusão social” AND “categoria freiriana de inacabamento humano” OR “direitos sociais”. Retornaram 20.500 ocorrências de estudo e após um novo refinamento: “inacabamento

³De acordo com Silva, Souza e Vasconcelos (2020), trata-se de pesquisas de caráter bibliográfico, para mapear e discutir produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, para responder em que aspectos e dimensões vêm sendo utilizados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

humano "AND "Freire" OR "inclusão social", 453 foram encontrados, dos quais, apenas 03 foram escolhidos.

Na quarta e última etapa de refinamento dos descritores foram utilizados os termos: "inclusão social" AND "categoria freiriana de inacabamento humano" OR "direitos sociais". No sítio da CAPES, retornaram 0 ocorrências de estudo e após um novo refinamento: "inacabamento humano" AND "Freire" OR "inclusão social", foi encontrado apenas 01 estudo, que também foi excluído por não se relacionar ao tema e/ou aos postulados freirianos.

Na mesma sequência de utilização dos descritores refinados foi realizada pesquisa no sítio eletrônico da BDTD e do *Scielo* e foi encontrado 0 estudo que pudesse ser relacionado ao que foi proposto como alternativa de inclusão. Por fim, foram encontradas 05 dissertações; 00 teses; 12 artigos, 01 TCC (a única ocorrência específica sobre o tema PSB no Domicílio especificamente) e 01 livro. Destaca-se que a última etapa se constituiu em ler os resumos para elencar materiais acima relacionados, e depois, montar o estudo em categorias, de acordo com o quadro 01 que apresenta os postulados que conduzirão a análise temática, por tratar especialmente dos postulados Freirianos.

A coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa documental e de sistematização da experiência profissional, sendo que os procedimentos metodológicos adotados para a coleta de informações foram: 1) pesquisa documental e a 2) pesquisa bibliográfica, além disso, utilizou-se a análise de conteúdo para o tratamento das informações colhidas. Assim, os dados foram sistematizados em categorias relacionadas ao pensamento freiriano e às competências profissionais do(a) assistente social.

Como base documental foram utilizados materiais de domínio público, como a *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* (2014), as *Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas* (2017) e a avaliação semestral de Oliveira (2024), elaborada pela Assistente Social responsável pela equipe de referência do SPSB em Domicílio. Essa avaliação apresenta um panorama do CRAS Interlagos e das ações voltadas à implantação do SPSB em Três Lagoas/MS.

Após a exaustiva tentativa de levantamento do Estado da Arte e da pesquisa documental, realizou-se a análise e interpretação das informações por meio da análise temática e de conteúdo. A análise categorial em Cellard (2008), se dividiu em três categorias principais: (1) amorosidade em diálogo com acolhida e humanização; (2) dimensão transformadora em relação ao diálogo; e (3) inacabamento humano articulado aos direitos sociais. Após a apreensão teórica, correlacionar a prática da amorosidade com as demandas de formação em direitos

humanos de pessoas idosas e PCD, no âmbito do atendimento domiciliar, em consonância com as orientações técnicas para o trabalho no SPSB em Domicílio.

Essas categorias foram analisadas criticamente, por meio dos postulados de Cellard (2008) considera-se semelhanças, diferenças e contradições. Ressalta-se que os aspectos mais relevantes a serem observados devem manter relação com a transformação social e com a apreensão do objeto de pesquisa, permite a crítica às relações que se revelem contraditórias, ou não, e esses apontamentos foram feitos no relatório de análise final da discussão em categorias.

A categoria da dimensão transformadora, em Freire, esteve relacionada ao diálogo, compreendido como instrumento central da intervenção do(a) Assistente social nos acompanhamentos domiciliares. Ambos compartilham a mesma perspectiva: possibilitar a transformação social. Já a noção de inacabamento humano foi associada à necessidade de os sujeitos sociais ampliarem o conhecimento sobre seus direitos, visto que esses, embora reclamáveis, não são definitivos, o que reforça a busca por perspectivas transformadoras.

Sistematizada a experiência profissional, importa destacar que esta investigação decorre da prática profissional da pesquisadora e não envolveu entrevistas com seres humanos, razão pela qual não foi submetida à apreciação ética na Plataforma Brasil. Tal procedimento está em conformidade com o Art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 510/2016, segundo o qual não devem ser registradas nem avaliadas pelo Sistema CEP/CONEP pesquisas que tenham como objetivo “[...] o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito” (Escola MPU, 2025, s/p).

A metodologia também se fundamenta na proposta de Jara (2006), que comprehende a sistematização a partir da própria experiência: “[...] é necessário primeiro ter participado, de alguma maneira, de uma experiência, para começar a sistematizá-la” (Jara, 2006, p. 75). O autor ressalta a importância de organizar os dados de forma clara e útil, evitando excessos de complexidade: “Em qualquer caso, tratar de fazer com que o instrumento seja o menos enrolado e o mais útil possível em relação ao que se queira” (Jara, 2006, p. 78). Enfatiza também a necessidade de definir o tempo e o espaço das experiências sistematizadas e selecionar os aspectos centrais que serão analisados. Esse processo deve estar ancorado em um contexto teórico, o que permite o refinamento das perguntas iniciais. Na etapa seguinte, a reconstrução histórica depende do tipo de sistematização adotada, devendo oferecer uma visão geral do processo: “[...] deve-se levar em conta, de acordo com o eixo de sistematização, tanto as ações como os resultados, assim como as intenções e opiniões. Na maioria dos casos, tanto de quem promove a experiência como de quem participa dela [...]” (Jara, 2006, p. 87).

CAPÍTULO 2 – O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SPSB) EM DOMICÍLIO NOS CRAS E A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR (ENE)

Esta seção tem por objetivo situar, em perspectiva analítica e teórico-crítica, o debate acerca da ENE no interior das práticas desenvolvidas no âmbito do SPSB em Domicílio, executado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Parte-se do entendimento de que tais práticas, embora não inscritas formalmente no sistema educacional, configuram-se como processos educativos intencionais, atravessados por dimensões éticas, políticas e pedagógicas, que incidem diretamente sobre a formação humana e a produção de sentidos na vida cotidiana das pessoas idosas e das PCD.

A análise proposta ancora-se na interlocução entre a ENE, a educação popular e o pensamento freiriano, compreendendo-os como referenciais que permitem tensionar a leitura tradicional da educação restrita ao espaço escolar. Nesse sentido, a educação é concebida como prática social ampliada, que se realiza nos territórios, nas relações sociais e nas experiências concretas dos sujeitos, especialmente daqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade social. Tal concepção desloca o olhar para os processos educativos que se materializam nas políticas públicas de assistência social, em particular nas ações socioeducativas desenvolvidas no contexto domiciliar.

Ao articular as categorias freirianas de prática dialógica, amorosidade, humanização, conscientização e inacabamento humano, esta seção busca evidenciar como o trabalho profissional do(a) Assistente Social no SPSB em Domicílio ultrapassa a dimensão meramente técnica ou administrativa, constituindo-se como uma prática educativa comprometida com a ampliação da autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a afirmação dos sujeitos como portadores de direitos. Trata-se, portanto, de compreender o trabalho socioeducativo como mediação fundamental entre a garantia de direitos sociais e os processos de formação da consciência crítica, ainda que inseridos em um contexto marcado por contradições estruturais próprias do modo de produção capitalista.

Nesse percurso, discute-se também a relação entre o Serviço Social e a educação popular latino-americana, reconhecendo que, historicamente, a profissão construiu aproximações significativas com práticas educativas voltadas à mobilização, à participação social e à leitura crítica da realidade. A atuação no SPSB em Domicílio revela-se, assim, como um espaço privilegiado para observar a materialização dessas aproximações, especialmente quando o domicílio é reconhecido como território de vida, memória, afetos e produção de subjetividades, exigindo do(a) profissional uma postura ética, dialógica e profundamente humanizada.

A seção está organizada de modo a apresentar, inicialmente, as articulações conceituais entre ENE, educação popular e Pedagogia Social, delineando seus fundamentos teóricos e suas implicações para o trabalho profissional. Em seguida, analisa-se o pensamento freiriano como base epistemológica e metodológica para o trabalho socioeducativo no SPSB em Domicílio, destacando seus limites e potencialidades no enfrentamento das vulnerabilidades sociais vivenciadas por pessoas idosas e PCD. Por fim, o debate é situado no contexto da Política de Assistência Social, problematizando as condições institucionais, éticas e políticas que atravessam a execução do serviço, bem como os desafios impostos à efetivação de práticas educativas comprometidas com a emancipação humana.

Dessa forma, esta seção pretende contribuir para a ampliação do entendimento acerca da ENE como categoria analítica relevante para o Serviço Social, evidenciando que o SPSB em Domicílio se constitui não apenas como uma estratégia de proteção social, mas também como um espaço de produção de saberes, de construção de vínculos e de afirmação da dignidade humana, ainda que tensionado pelos limites estruturais das políticas sociais contemporâneas.

2.1 ENE e educação popular: possíveis articulações com as competências profissionais do(a) Assistente Social

O presente tópico pretende problematizar as possíveis articulações entre a ENE e as competências profissionais do(a) Assistente Social. Inicialmente, foram conceituadas de acordo com Moura e Zuchetti (2006), as concepções teóricas acerca de ENF e a Pedagogia social. Notou-se que ambas se utilizam do referencial freiriano para entender a educação e os processos educativos. Com efeito, há uma abordagem sócio-histórica de educação como um processo de interação e com efeitos ressaltados ao longo do tempo, para além da instituição escolar. As autoras asseveraram que a ideia hegemônica está em pensar que a educação está completamente ligada à instituição escolar.

As autoras ressaltam como um dos marcos para as práticas de ENE, os movimentos sociais e seu potencial educativo na luta contra o regime militar. Durante esse período houve intensas mobilizações, de diferentes grupos, que se reuniram em movimentos sociais contrários às perseguições e censura por meio de práticas voltadas para a cidadania no sentido de organização e participação social, nos anos 1970 e 1980.

Moura e Zuchetti (2006) citaram como exemplo dessas experiências, os movimentos sociais, em 1970 que buscavam parcerias com o Estado a fim de viabilizar a gestão de projetos de ENE, por meio do terceiro setor, as organizações não governamentais (ONGs), configuram

o cenário com experiências pra além do âmbito escolar, com ênfase na omissão Estatal, frente às responsabilidades sociais. Na mesma direção, segundo as autoras, a educação social eclodiu como um objeto de intervenção da Pedagogia Social que “[...] parece estar alicerçada nas inúmeras experiências de educação popular latino-americanas, principalmente ocorridas nos anos 1960 e 1970” (Moura e Zuchetti, 2006, p.232).

Apesar de não ser o foco principal deste estudo, é preciso observar que há um movimento de consolidação teórico-prática da educação social e da educação popular que possuem encontros e desencontros, porém é preciso caracterizar como os movimentos internos inerentes a cada proposta possuem terreno no campo teórico da educação para evitar qualquer tipo de fragilização epistemológica. Destaca-se que educação social e educação popular não são a mesma coisa, mas estão interligadas. Enquanto a primeira é uma abordagem teórico-aplicada que oferece bases epistemológicas para a educação social, a segunda é uma prática educativa oriunda de movimentos populares que lutam contra desigualdades sociais. Embora haja semelhanças, como a valorização da cultura popular e a busca por emancipação, ambas têm enfoques e práticas distintas. Nesta dissertação, a opção feita entre os dois conceitos, é pela educação popular por ter sido utilizada por Paulo Freire e também pela ENE.

De acordo com Moura e Zuchetti (2006), o trabalho do(a) Educador(a) Social tem os espaços pedagógicos de ENE como lócus de atuação. Deslocam a crítica para o fato de que a pedagogia social, enquanto disciplina que tem como objeto a educação social, precisa estar atenta aos primórdios de consolidação deste campo de estudo no Brasil. Ou seja, estar ciente da crítica que estes profissionais não fazem sobre este fenômeno dos movimentos sociais, além de não possuírem engajamento político no sentido de buscarem melhoria social.

Na concepção de Moura e Zuchetti (2006), a Pedagogia social ou educação social trata-se de um campo transversal às práticas de ENE, embora sejam tratados como sinônimos, os termos se remetem a sentidos diferentes, entretanto designam uma mesma perspectiva:

[...] no que se refere às práticas de educação não escolar, em vez de novas intervenções para as clássicas e tradicionais profissões e seus conhecimentos hegemônicos, interessa-nos pensar um corpo de conhecimentos transdisciplinares que opere sobre o social, tanto nas práticas formais, como não formais, potencializando uma educação para a cidadania pautada na solidariedade. Uma educação assim, voltada para a vida, para a paz, para a efetiva inclusão social, demanda portanto uma pedagogia da complexidade que, pela sua dimensão ético-político-estética, concretiza uma educação comprometida com o cuidado, com o bem viver coletivo e com a liberdade (Moura e Zuchetti, 2006, p.235).

Os elementos da ENE se misturam com práticas clássicas e tradicionais de algumas profissões que têm como princípio o uso dialógico como recurso de proteção de pessoas e

grupos em situação de vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, os profissionais de educação ou de ENE que usam de seus conhecimentos formativos para refletir sobre as situações de vulnerabilidades, geralmente usam de conhecimento transdisciplinares que também dialogam com os postulados de Freire (2013). É o que ocorre com os(as) profissionais do Serviço Social que se apropriam de conhecimentos da educação e de práticas pedagógicas para atuarem no SPSB no Domicílio.

De acordo com Machado, Rodrigues e Severo (2014), desde a última metade do século passado, novos cenários e práticas educativas se fizeram presentes no desenvolvimento das dinâmicas sociais contemporâneas, devido ao uso da expressão ENE. Percebe-se pouca preocupação acadêmica em explorar e explicar esse conceito. Entretanto, essa circunstância requer superação que traga intensificação e fortalecimento, além de novos desdobramentos à expressão, por meio de processos mais institucionalizados com estudos e pesquisas em diversos setores sociais que influenciem de modo mais incisivo à formação humana.

Segundo Severo (2015), o século XXI apresenta-se como cenário de novas configurações pedagógicas que criam e recriam diferentes possibilidades de ensinar e aprender, tornando ainda mais complexo o significado e as formas de educação. A ENE enquanto uma categoria temática tem uma necessidade histórica emergente, demonstrada em iniciativas cada vez mais presentes de processos formativos de ensino e aprendizagem para além da escola. Afirma-se que:

Diversas instituições não escolares, porém, com interesses educativos em sua conjuntura ou com algum tipo de inserção em contextos nos quais as pessoas necessitem atuar mediante o uso de ferramentas pedagógicas, têm configurado em sua agenda de trabalho objetivos e ações que manifestam, em maior ou menor medida, um caráter instrutivo, educativo ou pedagógico (Severo, 2015, p.565).

Diante do exposto em Severo (2015), o trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais em SPSB em Domicílio e outras atividades realizadas nos CRAS podem ser compreendidos como pedagógicos. Nesse caso, referem-se a serviços de caráter educativo voltados para o atendimento de pessoas idosas e PCDs. No contexto desta profissão utiliza-se muito o conceito de trabalho socioeducativo para se referir às orientações realizadas em domicílio para pessoas idosas e PCDs. Configura-se num trabalho que se materializa na relação com as camadas populares e cria-se uma oportunidade para que os sujeitos busquem dinâmicas e transformação social a partir da realidade vivida.

A reflexão sobre essa correlação entre Serviço Social e prática educativa se faz interessante na medida em que desde 1960 observa-se a interlocução do Serviço Social latino-americano com a educação popular. Nesse movimento, nota-se que as práticas profissionais

presentes em contexto de ENE também se articulam com a perspectiva freiriana. Especialmente, porque as ações desenvolvidas em contextos de ENE orientam-se para a mobilização de pessoas diante da realidade social vivida, da sua condição social e econômica na sociedade. O diálogo, diante desses eventos, se faz pertinente no âmbito da dinâmica do trabalho educativo. Desse modo, Severo (2015, p. 3) entendeu que a ENE:

[...] se relaciona com conceitos correntes no campo da pedagogia que expressam um significado ampliado para a formação humana com base em processos de ensino e aprendizagem diversificados, complexos, dinâmicos e interconectados em espaços e tempos distintos da instituição escolar, a exemplo do conceito de educação permanente, educação ao longo da vida, educação integral, educação social etc (Severo, 2015, p.3).

Segundo Severo (2015), a ENE como um campo de práticas pedagógicas amplia os significados sobre a formação humana. Assim, o trabalho desenvolvido pelo SPSB em domicílio articula-se com a ENE, mas também pode ser objeto de trabalho da Pedagogia Social, considerando que se insere no campo da educação social como lócus de atenção para pessoas que convivem com situações de vulnerabilidades sociais. Vale entender essas diferenciações entre ENE e Pedagogia Social enquanto campos de pesquisas e estudos:

O objeto da Pedagogia Social é a Educação Social, o qual define o conteúdo dessa disciplina: a relação da educação com a sociedade. Para desenvolver sistemas teórico-práticos que possam servir de referência para a gestão de práticas educativas nos contextos sociais, a Pedagogia Social conserva um duplo caráter, sendo este geral e específico. O caráter geral da Pedagogia Social se refere à metateoria que organiza e justifica a constituição de perspectivas conceituais e matrizes metodológicas para construção e validação do conhecimento que se identifica em seu âmbito. O caráter específico, por sua vez, designa as diferentes abordagens que, plasmando-se ao conceito geral de Pedagogia Social, priorizam distintos aspectos às problemáticas relativas aos sujeitos, contextos socioeducativos e formas de atuação dos educadores sociais (Machado, Rodrigues e Severo, 2014, p. 15).

Diante da delimitação proposta por Machado, Rodrigues e Severo (2014), a Pedagogia social é uma disciplina da Pedagogia que tem como objeto de trabalho a educação social. Dito isso, ela é a referência para discutir as práticas de educação existentes no contexto do SPSB em Domicílio. Essa disciplina pode auxiliar a interpretar o uso do método dialógico de Freire para a atuação de profissionais da área com a população vulnerabilizada e com déficit de humanização. Destaca-se que a humanização é um dos elementos percebidos nos contextos de ENE e, do ponto de vista teórico, é apropriado pelo(as) pelos(as) Assistentes Sociais que atuam no SPSB no Domicílio, em diferentes espaços e processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a humanização se mescla com o trabalho socioeducativo, que também se apropria do pensamento freiriano durante as oficinas oportunizadas pelo SPSB em Domicílio, conforme o próximo tópico a seguir.

2.2 O Pensamento freiriano e o trabalho socioeducativo nas práticas do SPSB em Domicílio

Delimitado o campo de intervenção socioeducativo como um instrumento de pesquisa da Pedagogia Social, nota-se que as ações educativas desenvolvidas em contexto de ENE precisam de configuração analítica baseada nas práticas pedagógicas correspondentes às suas necessidades. Assistentes Sociais realizam suas ações nesse campo de intervenção e, no espaço de formação, o entendimento de aspectos ligados à prática educativa não é parte do processo de formação inicial, necessitando da busca de parâmetros teórico-práticas na Pedagogia Social para subsidiar as práticas socioeducativas em contexto de educação social, como é o caso do SPSB em Domicílio para pessoas idosas e PCD.

O Serviço Social encontra-se vinculado a um projeto ético-político profissional cujos princípios, valores e deveres expressam um compromisso com a transformação social e a defesa intransigente dos direitos sociais. Tais princípios estão expressos em normatizações da área: a Lei n. 8.662/93, que regulamenta a profissão, no Código de Ética Profissional⁴ (Resolução CFESS n. 273/93) e nas Diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Esses documentos normativos buscam fortalecer a resistência profissional diante das desigualdades sociais, firmando o compromisso da profissão com esses valores. Nesse horizonte, o Serviço Social orienta-se para a emancipação das pessoas usuárias, tendo finalidade a construção de uma nova ordem societária e a emancipação humana.

Para o Serviço Social, o horizonte final enquanto profissão é buscar uma nova ordem societária. Entretanto, é válido considerar que os compromissos da profissão se complexificam no cotidiano desigual das relações econômicas do capital. Isso se torna visível quando observamos em Tonet (2005) que a emancipação humana constitui um processo muito complexo. Na ótica de Marx, por exemplo, ela se refere ao comunismo, entendido como a superação da exploração no contexto de trabalho e do modo de produção capitalista. Essa

⁴ Resolução CFESS Nº 273, de 13 março de 1993, institui o Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais, estabelecendo princípios, direitos, deveres, vedações dentre outras providências. Link: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

categoria também pode enfatizar liberdade, configurando-se como uma nova forma de sociabilidade.

Segundo Tonet (2005), o marxismo divide a história em duas partes: a pré-história e a história propriamente dita, utilizando a liberdade como critério de distinção. Para o autor, a liberdade jurídico-política, embora relevante, é essencialmente parcial e limitada. A segunda forma, considerada real, integral e limitada, corresponde ao comunismo, caracterizado como o reino da liberdade e de emancipação humana (Tonet, 2005).

Para os(as) Assistentes Sociais, o seu trabalho viabiliza o horizonte para a emancipação política (limitada) e também para a emancipação humana. O Código de Ética (1993) é marcado pelo reconhecimento da liberdade como valor ético central, defesa intransigente dos direitos humanos, enfatiza a ampliação e a consolidação da cidadania, a defesa do aprofundamento da democracia, a equidade e justiça social, e a eliminação de preconceitos, em busca de uma nova ordem societária, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero.

Do mesmo modo, Tonet (2005) acrescenta que a emancipação humana é possível, porque os seres humanos como seres históricos, podem transformar a própria realidade, visto que eles não são imutáveis. Toda realidade histórica é produzida pelo próprio ser humano. Do ponto de vista ontológico, a consciência exerce papel transformador sobre a natureza e sobre a realidade social objetiva. Contudo, a efetivação dessa emancipação exige condições histórico-estruturais, como as mediações exercidas pela cidadania. Nesse aspecto, “a cidadania não é sinônimo de liberdade efetiva e plena” (Tonet, 2005, p. 144). Portanto, a emancipação humana é um objetivo maior e necessário, que se apresenta como possibilidade concreta. Conforme o Código de Ética (1993) e o Projeto Ético-Político e Profissional (PEPP), o Serviço Social se posiciona sobre essa possibilidade quando afirma a necessidade de uma nova ordem societária sem exploração de gênero, classe ou cor.

Ainda segundo Tonet (2005), a luta pela cidadania deve ser compreendida como mediação para a emancipação humana. A atividade educativa nos termos da preocupação com a emancipação humana e a cidadania, possui caráter libertador e o conhecimento constitui a finalidade a ser alcançada. Assim: “[...] a educação é uma mediação entre o indivíduo e a sociedade [...]” (Tonet, 2005, s/p.). Se o entendimento de que a cidadania ocorre em diferentes contextos faz sentido para a abordagem de uma educação que vá além de aspectos ligados à escolarização básica, pondera-se que há relevância na prática de profissionais que estabelecem um trabalho dialógico no SPSB em Domicílio para pessoas idosas e PCDs. Relevantemente, se a análise sobreporá às fragilizações que estão expostas essas pessoas idosas na vivência da velhice e da deficiência. Importante refletir sobre a presença do diálogo como recurso de

trabalho educativo de Assistentes Sociais e de outros profissionais que atuam no SPSB em Domicílio.

Há dois pontos interessantes para se trazer nessa discussão, sendo o da emancipação política e o da emancipação humana vislumbrada pelos desdobramentos do pensamento marxista, da prática educativa de Assistentes Sociais e pelo próprio SPSB em domicílio proposto pelo SUAS. No âmbito desse serviço, a emancipação política pode ser compreendida como um conjunto de mediações concretas que possibilitam às pessoas idosas e às PCD o acesso, o reconhecimento e o exercício de direitos sociais historicamente negados ou dificultados. Por meio de orientações sociais, do acompanhamento sistemático e do trabalho socioeducativo desenvolvido no território em domicílio, o serviço contribui para a ampliação da cidadania, ao favorecer o acesso a benefícios, serviços, programas e políticas públicas, bem como ao promover o conhecimento sobre direitos reclamáveis.

Trata-se de uma emancipação de caráter limitado, situada no interior da ordem social vigente, que não rompe com as estruturas do modo de produção capitalista, mas que atua na redução de vulnerabilidades, na prevenção de violações de direitos e no fortalecimento da autonomia relativa das pessoas usuárias. Nesse sentido, o SPSB em Domicílio opera como mediação fundamental entre o Estado e sujeitos que, em razão do envelhecimento, da deficiência e do isolamento social, encontram maiores barreiras para a participação social e para o exercício pleno da cidadania.

Por sua vez, a emancipação humana, enquanto horizonte ético-político mais amplo, apresenta-se no SPSB em Domicílio como possibilidade pedagógica e relacional, ainda que marcada por limites estruturais. Essa dimensão manifesta-se quando o trabalho socioeducativo, inspirado em práticas dialógicas e humanizadoras, possibilita às pessoas idosas e às PCD refletirem criticamente sobre sua própria condição de vida, ressignificarem suas experiências e se reconhecerem como sujeitos históricos, inacabados e portadores(as) de saberes. Ao valorizar a escuta, o respeito à convivência com o território, às memórias e às formas singulares de existência, o serviço cria condições para o fortalecimento da consciência crítica e para a reconstrução de sentidos de vida, ainda que em escalas microssociais. Embora não promova a superação das contradições estruturais da sociedade capitalista, o SPSB em Domicílio pode tensionar processos de desumanização ao afirmar a dignidade, a autonomia subjetiva e a capacidade de intervenção dos sujeitos em sua própria realidade, apontando para a emancipação humana como um horizonte possível, ético e permanentemente inacabado.

Em diálogo com essa concepção, Freire (2013, p.5) comprehende a educação como prática de transformação da realidade fundamentada em metodologias dialógicas: “[...]

inventadas ou reinventadas numa só direção de pensamento, assinala o sentido e o alcance de seu humanismo: alfabetizar como método de conscientizar". O método freiriano articula a fala, o pensamento, a reflexão como caminho para a emancipação humana.

Esse movimento - fala, pensamento, reflexão e emancipação - manifesta o processo histórico e as pessoas usuárias se reconhecem. Freire (2013) destaca que a conscientização não se reduz ao conhecimento ou reconhecimento, mas implica opção, decisão e compromisso. Para fins de reflexão: nosso trabalho nesse espaço como lida com os(as) pessoas usuárias, enquanto sujeitos(as)? Como elas(eles) revelam seu mundo e como atuam nesse mundo, por meio da nossa relação dialógica com elas(eles)?

No contexto desta pesquisa, essa dimensão é observada no momento em que as pessoas usuárias do SPSB em Domicílio aceitam participar do serviço, formalizando sua adesão por meio da assinatura de um termo que prevê sua participação nas atividades elaboradas pela(o) Assistente Social.

Freire (1996) explica que a educação, em seu próprio plano, reproduz a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do ser humano. Nesse contexto, a produção da pessoa é compreendida como a sua conquista, ou seja, a aquisição de sua forma humana. Aplicando essa perspectiva à prática, o trato com a pessoa idosa e com a PCD exige uma abordagem cautelosa e profundamente humanizada. É este olhar que guia o acesso a esses indivíduos e ao seu universo.

A partir das observações realizadas durante o trabalho do SPSB em Domicílio, entendeu-se que o mundo da pessoa idosa, em particular, deve ser abordado com respeito, pois representa um vasto acervo de valores, pensamentos e sentimentos⁵ construídos ao longo de uma vida. Sua história é marcada por memórias, alegrias e tristezas. A casa, como território de apego, é um elemento crucial em sua vida, sendo impossível mensurar sua importância. Nela, o acúmulo de objetos não é meramente material, mas uma forma de manter vivas as lembranças de pessoas e situações vivenciadas.

Essa centralidade do território é reforçada por Koga (2003) que afirma ser ele um elemento essencial em políticas sociais e destaca a necessidade de seu conhecimento para fornecer as condições necessárias ao desenvolvimento social. Para a mesma autora:

O uso do território pelos sujeitos e a relação entre território e população, o conceito de território se constrói a partir da relação entre território e as pessoas que dele se

⁵ Sobre esse enfoque mais subjetivo da vida da pessoa idosa, uma autora de referência, Alcantara (2021), que pode ser consultada posteriormente.

utilizam. Esta indivisibilidade hoje se mostra com uma particularidade extremamente fecunda quando observamos a intensa dinâmica da população nos territórios. A relação inseparável entre território e sujeito ou população, permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas (Koga, 2003, p. 35-36).

Koga (2003) relaciona o território com a construção das relações e como as pessoas usuárias se apropriam dele. Enquanto Santos (2000) relaciona o cotidiano com o local:

[...] na vida de todos os dias, a sociedade global vive apenas por intermédio das sociedades localmente enraizadas, interagindo com o seu próprio entorno, refazendo todos os dias essa relação e, também, sua dinâmica interna, na qual, de um modo ou de outro, todos agem sobre todos (Santos, 2000, p. 122).

O uso do território como um meio de entendimento do vínculo da pessoa idosa com esse espaço propõe entender que o trabalho educativo desenvolvido no domicílio parte do conhecimento total de quem é o sujeito da intervenção. Vincula trabalho socioeducativo com a dinâmica societária de produção concreta do sujeito que as ações são planejadas. Até porque, como nos leva a entender Santos (2000, p. 122): “[...] o território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito quando consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos, juntamente, com aqueles atores que dele se utilizam.” Nesse sentido, a importância do território se manifesta na dificuldade que muitos profissionais e formuladores de políticas públicas têm de reconhecê-lo como um lócus de moradia e formação de valores para a pessoa idosa e com deficiência. Muitas vezes, pessoas sem o entendimento da relevância do território na vida dessas pessoas, pensam que qualquer coisa ou qualquer política é a mais adequada para essas pessoas, desconsiderando a realidade social delas.

Nesse cenário, o campo da ética é particularmente sensível e exige um olhar desprendido de percepções pessoais. O respeito à forma como a pessoa se relaciona com o seu território é um fator essencial para à construção do vínculo entre o(a) Assistente social e a pessoa usuária.

As orientações sociais precisam, portanto, considerar o que é valor para o(a) usuário(a), mesmo que não seja para o profissional. Isso está alinhado no Código de Ética Profissional (1993), que destaca a liberdade do sujeito como atributo fundamental. É com base nesse princípio que a autonomia pessoal e social deve ser continuamente trabalhada durante os atendimentos do SPSB no Domicílio.

Dante do exposto, a necessidade dos(as) profissionais construir um vínculo nos acompanhamentos não é simples, mas torna-se evidente. Esse processo não é simples, mas é fundamental para que se possa, enfim, adentrar nas particularidades dos usuários dos serviços socioassistenciais. O vínculo se estabelece como a própria função educativa do trabalho profissional do(a) assistente social, potencializando essa pessoa e promovendo sua autonomia. (Torres, 2009, p. 217).

Como uma profissão de caráter interventivo na realidade social de pessoas, seus grupos e famílias, o Serviço Social possui papel fundamental diante das situações de desproteção social que afetam a população brasileira, demandando ações para além da avaliação social de benefícios sociais que asseguram acesso à renda e de como o preconceito acerca da profissão socialmente se estabeleceu.

Torres (2009) destaca a importância da intervenção do(a) Assistente Social frente à dimensão educativa. Ou seja, as intervenções de caráter educativo objetivam promover e trabalhar em busca de ações que politicem e conscientizem a população em prol da igualdade social, democracia e cidadania.

O profissional assistente social luta por um projeto de uma nova ordem societária, sociedade esta que garanta direitos à classe trabalhadora, por uma sociedade livre e emancipada. Esse é o compromisso profissional ético, político e teórico da categoria. (Silva, Vieira e Lima, 2016, p. 3).

O Código de Ética Lei n. 8662/93 destaca os preceitos profissionais para que não haja preconceito ou discriminação, diante deste entendimento, faz com que a escuta profissional seja assertiva, pois deve estar ancorada em conhecimentos teóricos que embasam a profissão. Como não discriminar a crença do sujeito, ainda que o(a) profissional discorde veementemente do que é dito pela pessoa usuária dos serviços de SPSB no Domicílio, na realização do trabalho socioeducativo, que se trata do próximo item.

2.3 As relações do pensamento teórico freiriano e a prática do trabalho socioeducativo

O SPSB em Domicílio refere-se a uma dinâmica do trabalho do(a) assistente social e de outras profissões dentro do CRAS para ofertar formação sobre direitos sociais e cidadania. Assim, Torres (2009) comprehende que:

A perspectiva denominada socioeducativa, vem se consolidando desde o final dos anos 1980, como uma marca característica da intervenção profissional. Tal perspectiva reforça que o trabalho realizado pelo assistente social tem como finalidade a consolidação das políticas sociais e públicas como políticas de direitos, cujo objetivo final é a proteção social e a garantia dos direitos sociais (Torres, 2009, p. 221).

A garantia de direitos e o respeito ao espaço da pessoa idosa e a PCD estão ligados a esses pressupostos de cidadania e pode aproximar os(as) Assistentes sociais aos postulados freirianos. Sobre a questão do respeito em si, se enfatiza novamente, tocar o mundo das pessoas

usuárias com respeito, por meio da escuta qualificada, diálogo, orientações sociais, sempre de modo humanizado, conforme Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais.

Com base na interpretação do mesmo Código, cabe relacioná-lo com as perspectivas do pensamento freiriano no que se referem a algumas categorias de análise: prática dialógica, amorosidade e humanização⁶. Tais preceitos são imprescindíveis para o atendimento às necessidades humanas e sociais. Para ilustrar isso cabe trazer alguns pontos para o entendimento do conceito de humanização e a valorização da vida. Entende-se que valorizar os sujeitos é oportunizar níveis maiores de autonomia⁷, ou seja, buscar a ampliação da sua capacidade de transformar a realidade em que vive.

Apesar das dificuldades com a autonomia que pessoas idosas e PCD possuem, entende-se a importância dos conceitos e humanização e valorização da vida para além dos próprios avanços recentes como legislações e políticas públicas. Requer entender que humanizar o atendimento com base no referencial freiriano pode ser essencial, pois existe a latente diferença entre existir a lei e de fato ter o seu cumprimento.

A humanização aprofunda o olhar técnico do(a) Assistente Social na busca da melhoria da qualidade de vida⁸ das pessoas usuárias acompanhadas pelo SPSB no Domicílio. A pessoa idosa e a PCD abrem ao profissional o que tem de mais precioso, o seu lar, seu espaço que compõe parte do território, suas lembranças doces ou amargas, a depender do seu contexto de vida. Diante do contato com essas experiências, a acolhida deve ser aliada indissociável da humanização e da escuta qualificada. A acolhida, humanização e a escuta qualificada devem ser estabelecidas, entendidas e elaboradas, para melhorar a condição dos acompanhamentos e consequentemente das intervenções na vida das pessoas usuárias dos serviços socioassistenciais.

⁶ Para os(as) Assistente Sociais os termos utilizados em seus atendimentos: acolhida, humanização e escuta qualificada, são posturas profissionais e não um instrumental. Porém a escuta qualificada é ao mesmo tempo uma postura profissional e uma prerrogativa profissional. Aqui não se trata de postura acolhedora, educada que qualquer profissão deve ter, mas acolher no sentido de envolver a pessoa usuária de tal forma que se sinta pertencente ao atendimento realizado.

⁷ Nesta dissertação, utiliza-se o termo “níveis de autonomia”, pois no modo de produção capitalista, a sua completude é irreal. Ao mesmo tempo em que cada pessoa e/ou grupo a que pertence, possuem forma diferentes e complexas de terem acesso e conviverem com autonomia.

⁸ Partindo da análise marxista, com as leituras de Antunes e Alves (2004) entende-se que a qualidade de vida está atrelada ao crescimento econômico e também à eficiência do modo de produção capitalista. O crescimento econômico é marcado por desigualdades sociais e precarização do trabalho, a privatização dos serviços públicos e a redução dos gastos sociais, essas são medidas neoliberais, que impactam a vida cotidiana das pessoas usuárias, logo a qualidade de vida é um conceito de cunho neoliberal, pensada para as pessoas que detêm recursos financeiros para gastar e não para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho socioeducativo, a título de exemplificação, durante os atendimentos do SPSB em Domicílio tem como objetivo despertar e promover o fortalecimento das potencialidades e diminuição das vulnerabilidades. Frente a esse processo, acima apontado, trabalha-se com diferentes recursos e instrumentos educativos por meio de oficinas reflexivas com músicas ou objetos sensoriais para reativar as lembranças que possam contribuir com o seu processo de transformação, lembrando que transformação pode ser observada ainda que em pequenas magnitudes.

Nesta dissertação, a noção de transformação é compreendida como melhorias de alcance parcial e microssocial, produzidas no interior das possibilidades institucionais da Política de Assistência Social. Nessa direção, a prática profissional dos(as) Assistentes Sociais no SPSB em Domicílio contribui para a melhoria das condições de vida das pessoas usuárias ao oportunizar a proteção social básica, por meio do acesso a benefícios, serviços, programas e projetos ofertados pelas três esferas de governo. Tais intervenções configuram-se como mediações socioassistenciais, relevantes para a redução de vulnerabilidades e para o fortalecimento da autonomia relativa dos sujeitos, ainda que não incidam sobre as determinações estruturais que produzem a desigualdade social.

Desse modo, reconhece-se que as ações desenvolvidas no âmbito do SPSB em Domicílio não conduzem à transformação societária, entendida como superação do modo de produção capitalista e de suas formas de exploração, mas operam no plano da emancipação política, ampliando o acesso a direitos e a cidadania. Essa contradição permanece latente no cotidiano profissional, uma vez que as respostas ofertadas são necessariamente limitadas frente às expressões da questão social. Ainda assim, o processo de atendimento, inclusive aquele voltado à concessão de benefícios sociais, constitui-se como espaço de reflexão crítica sobre a vida concreta das pessoas usuárias, mobilizando dimensões educativas que favorecem a leitura da realidade, a ressignificação de experiências e a construção de sentidos sobre a própria trajetória de vida.

Observa-se que, nem sempre as lembranças positivas foram enfatizadas, ou seja, as lembranças negativas podem servir de aprendizado. Aplica-se, assim, uma prática problematizadora de questões vivenciadas pelas pessoas idosas e PCD, que seja necessário desmistificar a realidade. Quanto a isso, observa-se:

A reflexividade é a raiz da objetivação. Se a consciência se distancia do mundo e o objetiva, é porque sua intencionalidade transcendental a faz reflexiva. Desde o primeiro momento de sua constituição, ao objetivar seu mundo originário, já é virtualmente reflexiva. É presença e distância do mundo: a distância é a condição da presença. Ao distanciar-se do mundo, constituindo-se na objetividade, surpreende-se,

ela, em sua subjetividade. Nessa linha de entendimento, reflexão e mundo, subjetividade e objetividade não se separam: opõem-se, implicando-se dialeticamente. A verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da “práxis” constitutiva do mundo humano – é também “práxis” (Freire, 2013, p.9-10).

Diante da citação, reflete-se que, apenas o pensamento e prática de um método pedagógico que: “procura dar ao homem a oportunidade de redescobrir-se por meio da retomada reflexiva do próprio processo em que vai ele se descobrindo, manifestando e configurando – método de conscientização” (Freire, 2013, p.10), pode representar um recurso para o trabalho socioeducativo preocupado com a transformação social de sujeitos que vivenciam situações de vulnerabilidade social. No contexto aludido não se trata da transformação social, que diz respeito de mudança estrutural societária e sim de melhoria de vida. No caso de pessoas idosas e PCDs referem-se à redução das possibilidades de vivência do isolamento social e de vulnerabilidades mais sérias que possam atingir essas pessoas nesse período da vida. E, vale acrescentar, acrescentar:

Mas ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo. Se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados – seriam mônadas incomunicáveis. As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo (Freire, 2013, p.10).

O trabalho realizado com as pessoas usuárias do SPSB em Domicílio gera reflexões pertinentes às suas demandas como, por exemplo, a respeito do entendimento sobre direitos sociais reclamáveis e não acessados pode ser entendido como: “O trabalho socioeducativo está circunscrito como uma das prerrogativas do trabalho social operacionalizado nos Centros de Referência da Assistência Social” (Torres, 2009, p.203).

A respeito do trabalho socioeducativo do(a) Assistente Social, Jacinto (2017) afirma que Gramsci apresenta a contribuição para uma nova sociedade e formação do homem novo. A educação para ele ia além da escola: “[...] a importância do papel do intelectual na luta de classes no desenvolvimento da ação revolucionária[...]” (Jacinto, 2017, p. 85).

Jacinto (2017) faz um paralelo com a atuação do(a) Assistente Social, como esse profissional que atua unido às classes expropriadas em seus direitos fundamentais pode assumir o papel de intelectual orgânico. Destaca que o serviço social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e vivencia as acirradas contradições da relação capital x trabalho. A autora destaca que o(a) Assistente Social desenvolve um trabalho educativo e é considerado um intelectual orgânico, frente à contribuição de Gramsci. A organicidade dos(as) intelectuais, define-se pela:

[...] consciência e pela prática com uma determinada classe, define-se a partir da função e do vínculo que os mesmos mantêm com a classe que representam. Os intelectuais orgânicos atuam com os processos de formação de uma consciência crítica, ou seja, estabelecem uma relação orgânica com as classes que se identificam [...] ele se identifica e se sensibiliza com o projeto da classe dominada, apoia, reflete em conjunto, orienta, informa, estimula, facilita espaços e vive as esperanças e iniciativas dos que buscam a superação da dominação em quaisquer formas que se apresente[...] (Jacinto, 2017, p.53).

Segundo Jacinto (2017), ao(a) Assistente Social cabe atuar junto às classes menos favorecidas, no enfrentamento da questão social, com expropriação do trabalho produzido, de forma que exige das pessoas usuárias a luta por direitos sociais. A profissão deve responder ao poder dominante, amenizando os conflitos da classe trabalhadora, com estratégias, por meio de políticas sociais insuficientes, com parcisos recursos, para a classe que mais sofre com os problemas de exploração da classe dominante.

Na contrapartida, o Serviço Social tem um projeto-ético-político que: “[...] vislumbra, enquanto horizonte, outra sociedade, livre da exploração do trabalho, consequentemente, permeada por relações sociais, verdadeiramente humanas[...]” (Jacinto, 2017, p.88).

Ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o(a) assistente social não apenas repassa o material, mas o faz dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, trocas de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social (Jacinto, 2017, p. 88).

A consideração de Jacinto (2017) ajuda a refletir sobre como se apresenta e se dá a dimensão socioeducativa do SPSB em Domicílio, por meio de lembranças que podem ser usadas para criação de oficinas, para auxiliar os(as) idosos(as) a conjeturarem sobre a própria vida. De outro modo, entende-se que as lembranças acessadas pelo(a) idoso(a), mencionadas anteriormente, nem sempre são agradáveis, positivas, devido às situações que vivenciaram ao longo da vida, por exemplo, identificam-se vários tipos de preconceito sobre o envelhecer.

A respeito desse tipo de condutas discriminatórias ou preconceituosas, o Código de Ética (1993) se posiciona contra e proíbe esse tipo de ação, seja em relação à raça, cor e etnia. E imputa aos (às)Assistentes Sociais penalidades aos(as) profissionais que praticarem ou forem coniventes, as quais incluem multas e até mesmo cassação do registro profissional. Conforme verificou-se em Alcantara (2021) como situações de gerontofobia/velho fobia⁹ trazem para a sociabilidade de pessoas idosas impactos socialmente verificados que refletem em situações de

⁹ “A gerontofobia é uma espécie de fobia, de medo persistente e anormal sem justificativa sobre o envelhecer e tudo que se relaciona com a terceira idade, ocasionando infelicidade, independente da saúde e da posição financeira do sujeito fóbico” (Silva e Mendes, 2019, p.66).

vulnerabilidades, como isolamento, o não acesso aos direitos sociais e à institucionalização em Instituição em Longa Permanência para Idosos (ILPI).

Na dinâmica de formação da consciência se constrói à medida que intervém no próprio mundo. Nesse processo, o questionamento não se limita a um exercício teórico, mas funciona como impulso que leva a consciência a expandir-se continuamente. O mundo não é apenas cenário, mas chamado à ação e à reflexão: “Assim, como a consciência só existe em relação ao mundo, ela se manifesta, ao mesmo tempo, como forma de apresentar e de recriar a realidade” (Freire, 2013, s/p.). A pessoa idosa é estimulada a interrogar sua própria vivência, possibilitando a ressignificação de sua consciência individual e social de maneira positiva.

A citação supracitada ajuda a demonstrar que este trabalho, o SPSB em Domicílio para pessoas idosas e PCDs, se trata de uma modalidade de trabalho pedagógico e educativo desenvolvido em contexto de ENE. Há grande impacto na vida dos(as) usuários(as) atendidos(as), por meio da prática dialógica, utilizada durante o atendimento social, para propiciar às pessoas, usuárias dos serviços, reflexão e entendimento da realidade que vivenciam.

De outro modo, as pessoas usuárias recorrem à instituição de assistência social para acessar serviços, benefícios, programas e projetos e não têm noção de que há um processo educativo coexistindo. Há uma modalidade de ENE, sem a rigidez da organização seriada, como possibilidade de aprender a partir de sua própria realidade.

Nesse cenário, a metodologia freiriana assume especial relevância. O método proposto por Paulo Freire é, antes de tudo, um caminho de cultura popular, que articula conscientização e politização. Ele não dissolve o político no pedagógico, tampouco estabelece oposição entre ambos, mas os comprehende em movimento conjunto, no qual o ser humano se reconhece historicamente e persegue sua liberdade.

Uma vez reconhecidas, tais contradições impedem a passividade e tornam insustentável a acomodação. Trata-se, de um processo pedagógico de conscientização, que alcança os limites mais profundos da condição humana, acompanhando-a em sua permanente capacidade de superação. É nesse horizonte que a educação se constitui como prática da liberdade. (Freire, 2013). Freire (2013) não defende a ideia de que a educação, isoladamente, seja capaz de determinar os rumos da história, mas afirma com clareza que a educação autêntica desvela as contradições da vida social (estruturais, superestruturais ou interestruturais), impulsionando a pessoa usuária a avançar.

No próximo item, será apresentado o SPSB no Domicílio, no contexto da Política de Assistência Social e como a prática socioeducativa tangencia as intervenções por meio de oficinas, oportunizadas por educadores sociais.

2.4 O SPSB em Domicílio no contexto da Política de Assistência Social

O SPSB em Domicílio é uma modalidade prevista na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), instituída no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993). Para compreendê-lo, em sua totalidade, é imprescindível revisitar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004), uma vez que a LOAS se insere em seu escopo e expressa o processo histórico de lutas e mobilizações que consolidaram a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Esse serviço caracteriza-se por:

[...] prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa à garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento (Brasil, 2009, p. 25).

A caracterização do SPSB no Domicílio de acordo com o exposto na citação, visa oportunizar a PSB às pessoas idosas e PCD, de modo que o desenvolvimento das potencialidades mencionadas seja atingido. Durante todo o trabalho executado, destaca-se a pertinência de se utilizar recursos materiais pedagógicos, culturais e esportivos, conforme Brasil (2009). Baseando nas orientações e diretrizes advindas da Resolução N. 9/2009, que tipifica os serviços socioassistenciais em todo o território brasileiro, e as Orientações técnicas: Proteção Social Básica em Domicílio para pessoas com deficiência e idosas (Brasil, 2017). Esse documento reflete o trabalho social e educativo esperado para o SPSB em domicílio para pessoas idosas e PCD.

Entretanto, a PNAS (2004) reconhece que a população usuária da assistência social não deve ser definida apenas por suas ausências ou vulnerabilidades, mas também por suas potencialidades, capacidades e saberes. Assim, desloca-se o foco da carência para a potência, propondo uma atuação que valorize trajetórias, fortaleça vínculos e amplie as condições de autonomia. Nessa perspectiva, a superação da vulnerabilidade não se limita a suprir faltas, mas implica potencializar recursos, reconhecer presenças e promover o protagonismo dos sujeitos e famílias atendidos.

O SPSB em Domicílio, ancorado nesse paradigma, orienta-se pela escuta qualificada, pelo respeito às singularidades e pelo reconhecimento do domicílio como espaço legítimo de acesso a direitos socioassistenciais. Suas práticas são construídas em diálogo com as pessoas usuárias, valorizando seus saberes e estimulando a consciência de direitos. Tal processo fundamenta-se no arcabouço teórico, ético e técnico do Serviço Social, sustentado por legislações como a LOAS (1993), a PNAS (2004), a Tipificação (2014), a Lei da Pessoa Idosa (2003), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) e o Código de Ética Profissional (1993). O objetivo é promover a compreensão de si como sujeitos de direitos, capazes de reivindicar, usufruir e construir coletivamente sua cidadania.

No município de estudo, o CRAS Interlagos figura como uma das unidades executoras do SPSB em Domicílio, conforme a avaliação semestral de Oliveira (2024). O documento aponta que o CRAS oferta uma variedade de serviços de Proteção Social Básica destinados a famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso e a atualização periódica do Cadastro Único¹⁰ – inclusive em áreas rurais, conforme as normativas vigentes.

Ainda segundo Oliveira (2024), o serviço caracteriza-se pelo caráter preventivo e pela proteção social proativa, com ações voltadas à prevenção de riscos e violações de direitos. O atendimento domiciliar busca incluir as pessoas usuárias de modo não invasivo, associando proteção e cuidado como dimensões indissociáveis. Isso requer presença, corresponsabilidade e zelo com o bem-estar do outro, valorizando o ambiente doméstico como espaço de cidadania e acesso a políticas públicas.

A avaliação destaca, ainda, que é direito da pessoa idosa e da pessoa com deficiência viver em ambiente que favoreça o desenvolvimento de suas habilidades, autonomia e independência. Tal direito impõe ao Estado a responsabilidade de formular e executar políticas públicas articuladas entre poder público e sociedade civil, assegurando condições dignas de vida e participação social.

Diante do crescimento dessas populações e das persistentes barreiras de acesso, o SPSB em Domicílio assume papel estratégico na efetivação dos direitos sociais e na promoção da inclusão. Sua atuação contribui para fortalecer a autonomia individual e familiar, além de

¹⁰ O Cadastro Único é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras de forma gratuita. Ao se inscrever ou atualizar seus dados no Cadastro Único, você pode tentar participar de vários programas sociais. Cada programa tem uma exigência diferente, mas o primeiro passo é ter sempre seu cadastro atualizado (Gov.br, 2025, SP). <http://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>.

ampliar a inserção das pessoas usuárias nas políticas públicas, potencializando o exercício da cidadania por meio da ENE.

A ENE, por sua vez, constitui-se como prática educativa que enfatiza os direitos sociais e a reflexão crítica sobre a realidade, orientando-se pela construção de uma nova ordem societária pautada na transformação social¹¹. Embora não pertença exclusivamente à Política de Assistência Social, o conceito dialoga com a prática profissional do Serviço Social, sendo mobilizado como instrumento de emancipação e fortalecimento de sujeitos e coletividades.

Sabe-se que a prerrogativa de execução dessas oficinas deveria ser do(a) Educador(a) Social, entretanto, como trata-se de um serviço ainda em construção, o(a) Educador(a) Social também divide esta tarefa por falta de profissionais qualificados que possam atender a necessidade de desenvolver um trabalho que seja socioeducativo, durante esta etapa do trabalho social no SPSB no Domicílio. De acordo com último edital (2024) para processo seletivo da prefeitura municipal de Três Lagoas/MS¹², as atribuições do(a) Educador(a) Social¹³, são:

Executar ações de acolhida, atendimento e acompanhamento ao usuário da Assistência Social e das Políticas Públicas do Município, **desenvolvendo atividades socioeducativas e de convivência**. Realizar visitas domiciliares; Abordagem social e Busca Ativa; participar de programas de capacitação e de atividades de apoio **na área de socioeducação** nas unidades de Assistência Social do Município e das demais Políticas Públicas do Município. **Comprometer-se com o processo socioeducativo** de crianças, adolescentes, jovens, adultos e/ou idosos bem como sua família; - Recepcionar e acolher; Comunicar situação de risco e de violação de direitos à chefia imediata e aos órgãos competentes; Executar e acompanhar a rotina diária do público atendido, observando e atendendo suas necessidades; Preservar a integridade física e mental dos usuários dos serviços das políticas públicas e demais servidores; Fazer cumprir regras e normas; **Participar de reuniões socioeducativas**; Desenvolver oficinas; realizar atividades artísticas, de lazer, cultura, recreativas, esportivas e pedagógicas lúdicas; Elaborar relatórios e documentos; Zelar pelo patrimônio, mediante vistoria sistemática das instalações físicas e de materiais utilizados nas atividades, prevenindo situações de crise e/ou risco; Orientar, acompanhar e controlar o acesso de pessoas e visitantes no âmbito da unidade; Realizar atendimento às famílias da área rural (equipe volante). Apoiar na elaboração de materiais de divulgação das ações no âmbito do SUAS; participar das reuniões de equipe para planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxo de trabalho e resultado; dirigir veículos oficiais, quando necessário, observando as leis de trânsito e normas de segurança; manter a organização do ambiente de trabalho; realizar atividades administrativas correlatas a área; atuar em equipe cumprindo suas funções e colaborando com os demais (Imprensa Oficial, 2024, p.27). Grifo nosso.

¹¹ Trata-se de um dos fundamentos que configuram o processo por meio do qual a profissão intervém na realidade social, com o apontamento desta direção social, que requer a necessidade de análise das principais tendências históricas e teórico metodológicas da profissão, sobretudo nas três últimas décadas. Exige também conhecer o complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção.

¹²Diário Oficial n. 3483. ASSOMASUL ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL

¹³ Para atuar neste cargo, o profissional deve ter Curso Superior de Graduação, com licenciatura em Pedagogia, Educação Física ou Letras, reconhecido pelo MEC e Registro no órgão fiscalizador da profissão.

Os trabalhos socioeducativos são propiciados por meio de oficinas ofertadas pelo SPSB para pessoas idosas e PCD. Observa-se que cada público atendido por este serviço tem suas especificidades, que devem ser observadas pelo(a) educador(a) social. O papel da reflexão, ajudar a pensar sobre o trabalho realizado pelo do(a) educador(a) social, que de acordo com Gohn (2010, p.50.): “é um elemento estratégico nas ações coletivas da educação não formal.”

O educador social é algo mais que um animador cultural, embora ele também deva ser um animador de grupo. Para que ele exerça um papel ativo, propositivo e interativo, ele deve continuamente desafiar o grupo de participantes para a descoberta de contextos onde estão sendo construídos [...] (Gohn, 2010, p.50).

Destaca-se que mesmo quando as oficinas são executadas por Educador(a) Social, o planejamento das atividades é elaborado pelo(a) Assistente Social e pautado nos preceitos do Código de Ética (1993), que busca atender as necessidades que as pessoas atendidas apresentam naquele momento, sejam imediatas ou não, com respostas paliativas, dentro dos serviços oportunizados no escopo da PSB¹⁴.

Ressalta-se que esse trabalho no âmbito do SPSB no Domicílio não é exclusivo do(a) Educador(a), muitas vezes, o(a) Assistente Social tem que assumir esta função durante os acompanhamentos, para que o serviço não seja prejudicado, extrapolando assim as suas prerrogativas profissionais, entretanto tomando os devidos cuidados para não cair em práticas terapêuticas e utilizando como base para composição das oficinas, conteúdos socioeducativos. Com outras palavras, não é atribuição específica deste(a) profissional, conforme pressupostos do Código de Ética Profissional Lei n. 8662/93 no que tange às competências profissionais. No caso específico do CRAS Interlagos, o SPSB em Domicílio foi implantado em 2022. Entretanto, dispõe apenas de uma Assistente Social responsável pelo serviço, sem equipe própria dedicada ao serviço. Essa condição impõe desafios, pois a profissional precisa dividir-se entre procedimentos técnicos, relatórios e oficinas socioeducativas, muitas vezes sem apoio de outros trabalhadores do CRAS. Essa sobrecarga dificulta a efetividade das ações e a continuidade de vínculos com os usuários.

As críticas ao serviço podem ser sintetizadas em três pontos principais: 1) o caráter incipiente e paliativo, que, mesmo após três anos de implantação, não recebeu investimentos adequados em formação e capacitação por parte do Estado; 2) A limitação das intervenções profissionais, que, apesar do esforço, resultam em pequenas mudanças na vida dos(as)

¹⁴ O artigo 6º A da LOAS, entende os serviços de proteção social básica como: “I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.”

usuários(as), insuficientes frente às contradições estruturais do modo de produção capitalista; 3) As restrições no fluxo de atendimento, pois inexistem serviços intermediários, como centros-dia, para acolher pessoas idosas e PCD que deixam de se enquadrar no SPSB em Domicílio, entretanto que também não encontram resposta em outros equipamentos. Isso gera acompanhamentos prolongados, muitas vezes até o falecimento das pessoas usuárias, sem perspectivas reais de superação das condições iniciais.

Assim, o SPSB em Domicílio, apesar de sua relevância na garantia de direitos e no fortalecimento de vínculos, ainda enfrenta limitações estruturais, institucionais e políticas que restringem seu potencial transformador. Sua efetivação plena depende de investimento estatal, qualificação das equipes e ampliação da rede de serviços, de modo a garantir que pessoas idosas e PCD tenham acesso integral aos seus direitos e possam exercer plenamente sua cidadania.

A respeito do exposto, no que referem às orientações técnicas para o SPSB em Domicílio, Brasil (2017) o objetivo do serviço é contribuir com os(as) gestores(as) da Política de Assistência Social e com os(as) trabalhadores(as) do SUAS, e constitui como estratégia fundamental à equiparação de oportunidades de acesso ao SUAS para pessoas idosas e PCD, em função das vivências das situações de vulnerabilidade social. Destaca-se a ampliação de acesso aos direitos sociais e a necessidade de ampliação de vínculos familiares e comunitários. Situação que requer da equipe um olhar para além do reconhecimento das vulnerabilidades, todavia que ressalte o papel protetivo da família.

2.5 Levantamento bibliográfico para a ENE, Freire e SPSB em Domicílio

Neste item pretende-se mostrar a relação entre ENE e o SPSB em Domicílio, delineando os conceitos e as metodologias que podem disparar práticas pedagógicas de trabalho socioeducativo, cuja perspectiva teórica inspira-se em Paulo Freire, por meio de suas obras.

O Serviço Social realiza intervenções nas expressões da “questão social¹⁵” no SPSB em Domicílio, utilizando-se para isso de inspirações do pensamento teórico freiriano por meio de vivências profissionais que utilizam de conteúdo socioeducativo para potencializar a autonomia e a convivência familiar e comunitária de pessoas idosas e PCD.

Para dar científicidade ao debate proposto de um olhar da ENE para o SPSB em Domicílio, Silva (2009) apresenta os fundamentos científicos que embasam a ENE. Neste sentido toca na crise da educação formal e da escola. O ponto culminante de debate para o autor,

¹⁵ De acordo com as apreensões realizadas em Iamamoto e Carvalho (2014), “questão social”, em síntese refere-se ao conflito entre capital e trabalho, historicamente problematizado, ocorrido no século XIX.

é a legitimidade dos 21 anos do período militar e as contestações que versam a “[...] remoção do entulho autoritário do Brasil e fomentou a definição do papel do Estado (Silva, 2009, p.2).

Silva (2009) assevera que essa conjuntura deu visibilidade a segmentos invisíveis para a sociedade, como o combate à pobreza, a dívida histórica em relação: “[...] à criança, o direito dos negros, da mulher, a pessoa com dificuldade educacionais, o idoso, a criança, o adolescente, e o soropositivo foram novos sujeitos sociais que emergiram sob o guarda-chuva protetor dos direitos humanos[...].” (Silva, 2009, p.3).

O autor pondera que esse período aumentou o descrédito em relação aos militares, seja via meios de comunicação, instituições, escolas e seu rigoroso controle em face dos objetivos educacionais, fomenta uma crise educacional, especialmente para a escola com métodos tradicionais, sob a concepção de que a escola complementa a educação dada pela família, reforçando dogmas e doutrinas religiosos. Para o autor, após a Constituição Federal de 1988(CF, 1988), o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA,1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN,1996), foram trazidos preceitos para a escola desenvolver as práticas educativas, respeitando a:

I igualdade de condições para o acesso de permanência na escola; II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V valorização dos profissionais do ensino, garantidos na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII garantia de padrão de qualidade (Artigo 205, Constituição Federal, 1988).

A citação da CF 1988 delineia preceitos do ordenamento jurídico para que sejam garantidos os direitos educacionais e a sua viabilização que refletem sobre cidadania e Educação em Direitos Humanos (EDH), tendo como alvo a visibilidade das minorias, diante do acesso às suas demandas, com o intuito de gerar uma cultura de paz.

Nesse contexto, destaca-se a notável contribuição de Fernandes e Maida (2018) sobre a Pedagogia Social. Segundo os autores, o campo científico da Pedagogia Social contribui para propor reflexões teóricas acerca do enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. Leva os profissionais a irem para além do que está posto como realidade social, sendo propositivos em contextos de extrema dominação e exclusão social. Além disso, traz elementos pedagógicos para que os sujeitos destinatários das ações socioeducativas possam refletir sobre a própria vida e os elementos que a compunham, fazendo com que as pessoas usuárias conseguissem notar o que poderia ser mudado em busca de uma realidade mais justa.

Nesse sentido, nos contextos vulneráveis de ENE, realiza-se um trabalho socioeducativo que potencializa a busca de superação das situações pontuais de vulnerabilidades sociais. Foca-se também na tentativa de minimizar as injustiças societárias e possui orientações possíveis de serem praticadas em diferentes contextos educacionais conforme verificou-se abaixo:

[...] importa dizer que a ENE como cenário de práticas pedagógicas se constrói pela ação dos profissionais da pedagogia e de demais educadores especializados, por meio da práxis científica e social operada a partir de concepções pedagógicas e do reconhecimento crítico e contextualizado da realidade que condiciona as práticas educativas (Severo, 2015, p.14).

De forma mais singular, Melo, Cruz e Borba (2021) fazem outra afirmativa muito apropriada. Os autores se referem à ENE com profundidade científica para além do espaço escolar, enfatizando-o como multicultural, ampliado e duradouro:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos/as nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturados a vida e a educação. Com uma ou com várias: educação?educações. [...] Não há uma forma única de educação nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor/a profissional não é seu único praticante [...] (Melo, Cruz e Borba, 2021, p.68).

Como se vê, a ENE está ancorada na CF (1988) e na LDBN (1996), juridicamente, ainda refletimos o que apregoa a LDBN 9394/96: “[...] sobre os diversos processos formativos, a organização da sociedade civil e as manifestações culturais, situações que possibilitam a inserção social e inclusiva dos sujeitos de todos os contextos sócio-históricos” (Melo, Cruz e Borba, 2021, p. 73). De acordo com os autores, é possível distinguir que as práticas educativas se organizam em duas instâncias. Na educação formal, a prática pedagógica segue uma matriz curricular que regulamenta o conteúdo a ser ensinado. Deste modo, “existe uma estratégia pedagógica específica que orienta os processos educativos historicamente sistematizados pelo currículo, mas que podem se aproximar dos elementos de uma educação não formal em sua metodologia” (Melo, Cruz e Borba, 2021, p. 74).

Ainda para os autores, “os espaços formativos são diversos e as práticas de aprendizagens são distintas conforme a experiência social que se estabelece na sociedade vigente.” Assim, são múltiplas as práticas vivenciadas nos diferentes espaços sociais que atravessam a formação humana, por meio das manifestações culturais, da sociedade civil organizada e dos próprios processos formativos (Melo, Cruz e Borba, 2021, p. 74).

Enquanto para Ferreira, Machado e Silva (2019), verifica-se que há uma falta de entendimento acerca do papel do espaço não escolar, que deve ser reconhecido como intencional e organizado. Para os autores, esse não deve caminhar de forma dissociada da educação escolar, mas em paralelo a ela, de modo a articular saberes e fundamentos da educação com vistas a atender objetivos específicos, tanto de grupos quanto de sujeitos individuais.

Os autores destacam ainda que o objetivo do trabalho está em utilizar o diálogo como meio para a resolução de conflitos de forma não violenta, fundamentando-se em Freire (1967, 1996, 2013). Essas obras apontam o diálogo como um encontro necessário na prática educativa, de forma humanizada para que “ajude a pensar novas organizações para o ambiente não-escolar, para que ganhem relevância no exercício da democracia, valores fundamentais à vida e o reconhecimento da humanidade que nos é comum” (Ferreira, Machado e Silva, 2019, p. 11-12). É o que destaca Ferreira (2018, p. 12):

[...]a necessidade de se pensar a educação não escolar em suas possibilidades de produção de sentidos e significados para os grupos sociais envolvidos no processo socioeducacional, o que implica considerar as especificidades desses sujeitos bem como a importância das relações que ali se estabelecem. Neste sentido, a educação tanto no ambiente escolar como não escolar, se mostra como um espaço essencial de relações entre educadores, educandos e a cultura [...] (Ferreira, 2018, p.12).

Segundo Ferreira, Machado e Silva (2019), no contexto mencionado acima de várias possibilidades no processo socioeducacional, os autores apontam esse ambiente como essencial no desenvolvimento humano. Exibem uma breve explanação sobre a Pedagogia Social, em construção no cenário brasileiro e o seu significado no campo teórico da Pedagogia. O termo se tornou conceito no campo teórico da Educação e aparece na Europa, por volta da metade do século XIX, por meio dos pensadores Paul Natorp (1954-1923), Hans-Uwe Otto e Geraldo Caliman.

Esse campo de reflexão nasce de uma necessidade específica de se pensar a formação de um país (no caso a Alemanha) de forma a sistematizar ações pedagógicas para uma realidade social de vulnerabilidade social que o ambiente educacional formal (escolar) não conseguia atender por causa do propósito e estrutura nesse tempo-espacohistórico. (Ferreira, Machado e Silva, 2019, p.13).

Ferreira, Machado e Silva (2019) destacam a contribuição de Caliman, já que o conceito utilizado se trata de exemplo no caso da Alemanha. Então, ficou posto que esse tipo de reflexão também surge do imperativo de se pensar como pedagogia crítica em resposta à necessidade de solidariedade social para o desenvolvimento do voluntariado, instituições de acolhida, prevenção, recuperação, reinserção social, além o cenário de possibilidades para a Pedagogia Social. Uma área que consolidou em países europeus meio a uma era de disputas, associando-

se aos mesmos movimentos críticos de consolidação de conceitos, como sempre foi em termos das políticas educacionais de educação básica.

Enfatiza Severo (2015) que ao ampliar os espaços e tempos de formação, a ENE se associa à ideia de aprendizagem por toda vida e sendo assim, exige contextualização das práticas educativas e dinamicidade nas possibilidades de ensinar, aprender, criar. A afirmativa do autor vem de encontro com o princípio presente nas obras de Freire, sobre a ideia de que educar é um ato político. Se for pensar o emprego e atuação em espaços de ENE, tornam-se práticas intencionais, que podem dificultar ou favorecer o exercício da cidadania e a emancipação dos sujeitos envolvidos nos processos formativos e educativos, a depender da visão de mundo dos(as) educadores(as).

Por esse motivo, Ferreira, Machado e Silva (2019, p.17) problematizam a relevância “do diálogo como princípio fundamental para qualquer prática educativa, dentro e fora da sala de aula”. A ENE também permite a criatividade e a ressignificação das vulnerabilidades, por meio da reflexão, propiciada pelo diálogo, um dos motivos principais da importância do trabalho socioeducativo. Esses mesmos autores ressaltam que sua pesquisa não tem a pretensão de apresentar-se como verdade absoluta sobre a contribuição do legado de Freire nos espaços escolares e não-escolares. Colocam apenas sugestões de leitura de processos educativos sob o enfoque freiriano.

Verifica-se a contribuição de Pielke (2021), sobre essa afirmativa:

Além disso, não se trata de uma reflexão sobre os espaços de aprendizagem não-escolares em suas inter-relações (lugares e práticas). A educação informal, a Educação Social e a Pedagogia Social, por exemplo, são abordagens que dialogam com pressupostos freireanos, mas não estão em pauta. Essa discussão remete a um determinado fôlego de imersão teórica que exigiria um artigo específico para elas (Pielke, 2021, p.6).

De acordo com a citação acima, pode-se entender que a ENE, a educação social e a Pedagogia Social, dialogam com os pressupostos freirianos e permitem refletir que: “A ENE é um fenômeno histórico, social, plural que precede a escolarização, e, por isso mesmo, é fenômeno ontológico da experiência sociocultural humana” (Souza e Borges, 2023, p. 7). Para o Serviço Social, como categoria profissional hegemônica¹⁶, porém heterogênea¹⁷, a dimensão

¹⁶ Em Teixeira e Braz (2009), entende-se que a categoria hegemônica do Serviço Social no Brasil é caracterizada pelo PEPP, que busca enfrentar as contradições do modo de produção capitalista, promover a justiça social e a hegemonia profissional, como possibilidade de transformação e construção de uma nova ordem societária.

¹⁷ Para os mesmos autores, o serviço social como categoria hegemônica, enfrenta uma situação heterogênea, que reflete as contradições do modo de produção capitalista. A hegemonia do PEPP é marcada por uma luta constante entre diferentes tendências profissionais, que buscam impor suas ideologias e práticas. Embora essa categoria seja considerada hegemônica, não está isenta de contradições, como a influência conservadora e a busca por uma abordagem mais crítica e socialmente comprometida. A análise crítica do *ethos* profissional passa pela

transformadora está em gerar intervenções capazes de levar a pessoa usuária a reflexões críticas sobre o caráter excludente da sociedade capitalista, calcada na exploração e dominação sobretudo no descarte de corpos incapazes (pessoas idosas e PCD), em muitos casos, de serem submetidos a essa lógica. Entende-se que a partir dos autores Gonçalves, Martins e Amâncio (2023), pode-se pensar em um serviço que possibilite esperançar. Destaca-se que esta modalidade de SPSB em Domicílio está prevista na CF (1988), ao defender no art. 230, que os programas de amparo às pessoas idosas deverão ser executados preferencialmente em seus lares. (Brasil, 1988).

Em suma, Gonçalves, Martins e Amâncio (2023) se reportam à falta de pesquisas específicas sobre o tema, frente ao achado de apenas temas análogos ao SPSB no Domicílio¹⁸. Para Freire (2013), a dialogicidade se trata de um princípio da educação, que carrega a necessidade de investigação dos elementos educativos, frente às experiências vividas por homens e mulheres e seus contextos sociais, nos quais estão inseridos. Freire (2013) destaca, ainda, que:

A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito do seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensado o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir ideais, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação (Freire, 2013, p. 101).

Freire (1996) buscava com suas obras o respeito à autonomia de homens e mulheres. O livro *Pedagogia da autonomia* foi uma resposta à *Pedagogia do oprimido*. Para o autor, os sujeitos sociais são seres inacabados, éticos e dotados de consciência:

Mulheres e homens, seres históricos-sociais, nos tornamos capazes de comparar, valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso nos fazemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe, ou pior fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão (Freire, 1996, p.34).

De acordo com Fernandes e Maida (2018), os princípios constitucionais expostos na CF (1988) em seu artigo 25 e na LDBN (1996) n. 9394, no seu artigo 1, ambos expressam a educação como dever do Estado e da família e colaboram para as manifestações culturais e estão em consonância com o conceito de educação social. Os princípios constitucionais

abordagem de reflexão sobre diretrizes curriculares são fundamentais para entender essa dinâmica que a profissão vem sofrendo.

¹⁸ Foi realizado por meio do método de revisão sistemática integrativa, e mesmo assim a escassez científica sobre o tema se manteve.

apontam para ações para além das individuais e contemplam as necessidades fundamentais nos direitos básicos.

Para os autores, essas legislações minimizam a responsabilidade estatal, o que se torna contraditório ao sentido da Pedagogia Social, que abrange como campo de estudo em que a educação e a sociedade se conectam, “apresenta-se como prática de questões sociais, psicológicas e culturais, além das cognitivas, que envolvem o ensino e aprendizagem no âmbito escolar acadêmico” (Fernandes e Maida, 2018, p.66).

De acordo com os autores acima, a contribuição teórica do estudo por eles realizados está na aproximação do conceito de Pedagogia Social, ao conceito de inacabamento de Paulo Freire, ou seja, “a pedagogia social é a reflexão acerca da práxis socioeducativa” (Fernandes e Maida, 2018, p.66). Nesta mesma linha de raciocínio, os autores completam a afirmativa:

No percurso do seu desenvolvimento, é possível reconhecer que a pedagogia social busca oferecer instrumentos de reflexão e ações que produzam o amadurecimento pessoal e social, desde os vínculos de ações fundamentas nos valores e princípios sociais e comunitários, que conduzam ao processo formativo, privilegiando a democracia e a cidadania, buscando ajudar o indivíduo a se realizar do melhor modo possível, sem desvincular-se da vida social, de suas normas de convivência e de participação comunitária (Fernandes e Maida, 2018, p.68).

Nesse processo, Fernandes e Maida, (2018) destacam o arcabouço teórico de Freire, bem como de suas categorias: dialogicidade, conscientização, amorosidade, criticidade, como capazes de balizar os processos de uma pedagogia social e enfatizam o conceito de inacabamento. Nessa direção, de pensamento, homens e mulheres são inacabados, ou seja, sempre terão algo para realizar, por meio de seus direitos sociais vivenciados e usufruídos, pois para Freire (1996) as pessoas usuárias têm a capacidade de refazer. De acordo com Freire (1996) afirma-se:

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente (Freire, 1996, p. 50).

A educação que Freire (1996) defendia, conforme citação acima, está alicerçada também na esperança e inconclusão da pessoa usuária, para resolver as próprias vulnerabilidades. Cabe destacar que as obras de Freire estão calcadas na esperança. Para o autor: “esperança é necessidade ontológica (...) sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate (...) daí a precisão de uma certa educação da esperança” (Freire, 1992, p.14-15). Freire (1992) também aponta a necessidade de a pessoa usuária ser progressista e ao mesmo esperançosa:

Por tudo isso, me parece uma enorme contradição que uma pessoa progressista, que não teme a novidade, que se sente mal com as injustiças, que se ofende com as discriminações, que se bate pela decência, que luta contra a impunidade, que recusa o fatalismo cínico e imobilizante, não seja criticamente esperançosa (Freire, 1992, p.71).

O autor relaciona esperança e apatia, se faz imperativo manter-se esperançoso, frente aos embates, com mobilizações progressistas. Por esse motivo, para ele a educação pode combater as injustiças e as discriminações na luta contra as impunidades sociais. Então, Freire (1996) propõe que a cultura dos homens e mulheres, ou educandos, era algo também essencial no seu modo de construir conhecimento. Para o autor, cada sujeito social tinha algo que pudesse ir além do imediato, ser refletivo e assim construir a transformação social, dentro da realidade que ele observava de exclusão social, fome e miséria.

De acordo com as obras de Freire (1967; 1996; 2013), educar é um ato político e toda a sua teoria tinha como base o diálogo, a humanização e a transformação social da realidade vivenciada, que seria atingida por meio da consciência crítica, por meio de reflexões sobre as condições de vida humana. Todos esses conceitos delineados por Freire (2013) não escapavam da essência humana, eram intrinsecamente ligados aos homens e mulheres e, por isso mesmo, eram sim considerados antológicos, críticos e políticos.

As pessoas usuárias do SPSB em Domicílio participam de processos educativos mediados por oficinas de caráter socioeducativo, planejadas a partir da reflexividade técnico-metodológica sobre as vulnerabilidades enfrentadas pelo perfil de pessoas idosas e PCDs do território onde se insere o CRAS em foco. Tais ações são desenvolvidas no decorrer dos acompanhamentos sistemáticos realizados pela equipe técnica por meio de oficinas e atendimentos individualizados que não obedecem a uma programação rígida ou previamente padronizada, mas são planejadas a partir das demandas concretas apresentadas pelas próprias pessoas usuárias, considerando suas condições de vida, trajetórias sociais e contextos territoriais. Os conteúdos abordados são diversos e incluem, entre outros aspectos, o acesso a direitos sociais, a compreensão das políticas públicas, o enfrentamento do isolamento social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Essas ações educativas assumem especial relevância diante das situações de restrição de mobilidade, isolamento e enclausuramento social vivenciadas por pessoas idosas e PCD, que frequentemente encontram barreiras materiais, simbólicas e institucionais para acessar serviços e políticas públicas. Nesse sentido, as oficinas configuram-se como instrumentos pedagógicos de mediação, possibilitando reflexões sobre a realidade vivida, a ampliação do repertório informacional e o reconhecimento das pessoas usuárias como sujeitos de direitos. Ao articular

escuta qualificada, diálogo e valorização dos saberes construídos ao longo da vida, o trabalho socioeducativo no SPSB em Domicílio contribui para a redução de vulnerabilidades e para a promoção de formas ampliadas de participação social, ainda que em escala pequena.

À proporção que Freire (2013) considera que a capacidade de estabelecer diálogos na educação é o que pode elevar o processo educacional a uma esfera libertadora para as pessoas usuárias que dela fazem parte, o(a) Assistente Social utiliza basicamente a fala para prestar orientações sociais concernentes às necessidades das pessoas usuárias, ou seja, é uma prática dialógica. Ao retomar a síntese do que foi apreendido dos livros de Freire (1967, 1996, 2013), relevante é demonstrar o delineamento do pensamento crítico e revolucionário do autor sobre a educação, educandos(as) e sobre a própria vida, e convoca homens e mulheres a embarcarem no processo reflexivo, emancipatório e dialógico.

Segundo Freire (2013), a necessidade de homens e mulheres buscarem o inacabamento humano, por meio de sua dialogicidade:

A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude. O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história (Freire, 2013, p.133).

A importância do diálogo, também é mencionada, conforme Brasil (2017), que cita rodas de diálogo com a família no domicílio, que têm o intuito de expandir e ampliar a capacidade protetiva dos membros da família, convidando aqueles que normalmente não estão presentes. Destaca-se a dificuldade desses membros participarem, uma vez que não têm vínculos com os atendidos pelo SPSB no Domicílio. Brasil (2017, p. 97-98) mostra que:

Os diálogos devem favorecer a valorização do saber da família e dos seus vínculos protetivos; a atualização e a ampliação do universo informacional; a mediação do diálogo intrafamiliar; a sensibilização e orientação para a melhoria ou adaptação do ambiente domiciliar; a reflexão sobre uma nova situação que envolva mudança na dinâmica da família; o acesso a direitos e os investimentos na qualidade de vida de todos os que participam do cuidado com a pessoa idosa ou com a pessoa com deficiência; a troca de vivências e de ideias.

De acordo com Freire (2013), o diálogo constitui elemento central em qualquer processo pedagógico que se pretenda humanizador e libertador. Em sua obra, a dialogicidade e a humanização se articulam de modo indissociável, compondo a dimensão transformadora de sua pedagogia. O debate sobre a humanização ocupa lugar de destaque em sua produção teórica, pois é por meio do diálogo que se torna possível construir uma educação voltada à libertação dos sujeitos oprimidos.

Nessa mesma direção, Santos (2020) observa que, para Freire, a dialogicidade está intrinsecamente ligada à humanização. Ao refletir sobre a condição humana frente à opressão, o autor enfatiza a necessidade de romper com as estruturas que perpetuam a desigualdade, superando a contradição entre opressores e oprimidos. O diálogo, nesse contexto, é o caminho para a conscientização e para o exercício da liberdade.

A dimensão transformadora do pensamento freiriano (Freire, 1996) manifesta-se também na prática dialógica, que encontra correspondência nas ações desenvolvidas no SPSB em Domicílio. Essa relação se evidencia na promoção da cidadania, da inclusão social e na ampliação do acesso a direitos, por meio de atividades socioeducativas e oficinas temáticas. O diálogo, enquanto eixo metodológico, permite às pessoas usuárias refletirem sobre suas próprias experiências, compreenderem suas condições de vida e elaborarem novas formas de perceber o mundo e de intervir em sua realidade.

Fernandes e Maida (2018, s/p) destacam que a obra freiriana converge para a valorização de homens e mulheres diante de toda forma de opressão, autoritarismo ou alienação. Para os autores, trata-se de uma Pedagogia Social comprometida com a libertação do sujeito histórico e com a confiança em sua capacidade de refazer-se e transformar a própria história, tendo o diálogo como princípio ético e político.

Freire (1996) aprofunda o conceito de inacabamento humano, compreendendo homens e mulheres como seres em permanente construção, que afirmam sua presença no mundo por meio da arte, do trabalho, da ciência e da espiritualidade. Essa inconclusão é condição da aprendizagem, pois revela a capacidade humana de criar, sonhar e transformar.

Para Polli (2020), Freire vislumbrava um horizonte emancipatório, marcado por valores utópicos e por uma visão humanista e neomodernista da educação. O conhecimento, em sua concepção, é fruto de uma relação dialógica e não antagônica, fundada na dialética da história. Freire criticou a chamada “educação bancária”, na qual o saber é depositado nos educandos, propondo, em contrapartida, uma educação problematizadora, capaz de promover emancipação e consciência crítica.

Ainda segundo Polli (2020), o inacabamento humano é entendido como possibilidade de conscientização, pois homens e mulheres, enquanto parte do universo, podem desencadear processos emancipatórios à medida que ampliam seus graus de liberdade. As concepções freirianas são influenciadas por diversas tradições teóricas — o humanismo, a fenomenologia de base hegeliana, o personalismo cristão, o existencialismo e as categorias marxistas, que convergem na compreensão de que o ser humano vive em contextos econômicos e sociais concretos e, ao tomar consciência deles, pode transformá-los de forma crítica e coletiva.

Essa complexidade de referenciais, conforme Polli (2020), evidencia o compromisso ético e político de Paulo Freire com a superação das desigualdades produzidas pelo modelo capitalista. Para ele, a educação e a vida social constituem caminhos concretos de transformação da realidade. Contudo, sua obra também suscita dissonâncias interpretativas, fruto da profundidade e da pluralidade de suas abordagens, que continuam a inspirar debates sobre o papel emancipatório da educação em contextos de desigualdade e exclusão.

[...]na atualidade brasileira, em grande medida à má fé, desinformação e uso político do educador brasileiro, para desqualificá-lo. Como há em curso um projeto que pretende desvalorizar e minimizar as políticas públicas em favor dos direitos humanos e de uma educação emancipatória e em direitos humanos, este artigo buscou demonstrar que inúmeras experiências educacionais em curso, mundo afora, se sustentam nas ideias de uma educação humanizadora em Paulo Freire, o que desfaz por completo uma série de lugares comuns sobre a atualidade e prospecção de seu trabalho, bem como da suposta falta de praticidade das ideias do patrono da educação brasileira (Polli, 2020, p.977-978).

Polli (2020) chama atenção para o projeto educacional de Freire, embasado na ética universalista, num humanismo crítico emancipatório, sem os quais, não é possível uma educação em direitos humanos. A prática do diálogo qualificado como método educativo de base, sustenta inúmeras reações que hoje se constroem no Brasil e no mundo, a todas as formas de pensamento cerceadoras da liberdade crítica.

Depois desse preâmbulo, destaca-se que Freire (2013) defende a emancipação social, como processo alcançado por meio das reflexões oportunizadas pelo diálogo, de modo que traga a consciência da exploração. Lembrando-se que ele sempre destacou a questão da emancipação social, frente à indispensável reflexão da realidade posta, de outro modo, almejou refletir e oportunizar a transformação social. Diante disso, no próximo capítulo, o pensamento teórico de Paulo Freire será aprofundado diante das possíveis articulações frente às competências profissionais dos (as) Assistentes Sociais que atuam no SPSB em Domicílio.

CAPÍTULO 3 – O PENSAMENTO TEÓRICO DE PAULO FREIRE (1921-1997) E AS POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES NAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NO SPSB EM DOMICÍLIO

Nesta seção destaca-se como o pensamento freiriano tem sido apropriado pelos (as) assistentes sociais que atuam no SPSB no Domicílio e os seus reflexos nas suas competências profissionais, em limites e possibilidades de intervenção. Sabe-se que Paulo Freire foi um humanista, educador e pensador. Freire conseguiu por meio de suas obras, refletir as questões mais elementares da vida humana, entre homens e mulheres, como trazer a inquietação necessária para não se conformar com as questões ligadas à exploração da vida social.

Esses elementos demonstram coerência massiva com as competências profissionais dos(as) Assistentes Sociais, como profissionais que podem além de elaborar e implementar as políticas sociais, também executar e avaliar as mesmas políticas, e têm um lugar de destaque, quando coordenam planos, programas e projetos com participação da sociedade civil.

Nada se assemelha mais à obra de Freire, do que quando é destacado pelo CFESS (2012), que os(as) Assistentes Sociais devem prestar orientação social a indivíduos e grupos; ou identificar recursos e defender direitos; apresentando uma concepção educativa. Freire fazia isso o tempo todo, quando motivava homens e mulheres a entender sua condição de oprimidos e romper com essa vertente de exploração.

Os (as) Assistentes Sociais são planejadores(as), administradores(as) e avaliadores(as) de benefícios e serviços sociais, somente profissionais imbuídos das suas competências profissionais podem realizar todos esses itens com ética, humanização e consciência de classe, conforme preconiza o seu Código de Ética de 1993.

Equiparando-se aos(as) Assistentes Sociais, Freire sempre se colocou a favor dos(as) seus(as) educandos(as). O(a) Assistente Social, deve se colocar em função daquelas pessoas usuárias para atender às demandas e oferta dos serviços que necessitam, mesmo no embate societário e dicotômico de servir ao proletariado e à burguesia, trata-se de um desafio significativo, pois essa profissão está inserida na divisão sociotécnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, na lógica da produção e reprodução do modo de produção capitalista. Essa especialização exige que os(as) Assistentes Sociais atuem em um espaço de tensão entre a criação das desigualdades e a reação dos sujeitos que resistem a eles. Entretanto, a relação dialógica está sempre presente entre Assistentes Sociais e as pessoas usuárias atendidas e acompanhadas pelo SPSB em Domicílio.

Faça-se um paralelo entre o que Freire buscava intelectualmente e como meta de vida, e o(a) Assistente Social busca como norte em sua atuação profissional, aos poucos será

percebido na relação estreita, vivenciada no exemplo da prática profissional sistematizada no CRAS Interlagos. Entretanto, destaca-se a contradiçãoposta, de que nem todos os profissionais que atuam no SPSB em Domicílio nos demais CRAS do município têm o conhecimento dessa aproximação e talvez por esse motivo não se beneficie dos moldes de ensino freirianos. Os próprios(as) assistentes sociais não vivenciam os valores de Freire, seja por não terem intimidade com os próprios pressupostos profissionais ou por não conhecerem o cabedal teórico e prático de Freire, conforme será descrito a seguir.

3.1 O pensamento teórico de Paulo Freire (1921-1997)

Apresenta-se a vida e a obra de Paulo Freire, destacando como aspectos de sua trajetória pessoal se entrelaçam com a formulação de seu pensamento pedagógico. Essa relação justifica a escolha de sua matriz teórica como fundamento desta pesquisa, bem como seus rebatimentos no serviço estudado. Ana Maria Freire (1998), sua esposa e biógrafa, observa que a vida e a obra de Paulo Freire se confundem: ele escreveu sobre o que viveu, ouviu e presenciou. Desde cedo, marcou-se por traços de paciência, tolerância e capacidade de amar, mesmo diante de divergências familiares sobre religião ou outros temas. Filho de uma família que enfrentou de perto a pobreza no Jaboatão, conviveu com a tensão entre alegria e escassez, experiência que o sensibilizou para a desigualdade social.

Formou-se em Direito em 1947, mas foi no campo da educação que encontrou sua verdadeira vocação, primeiro no SESI, onde exerceu funções que lhe permitiram contato direto com as camadas populares. Ali germinou o que ele próprio reconheceria como a “grande semente” de seu pensamento pedagógico.

Esse contato o levou a valorizar o “ouvir”, não apenas escutar, mas elaborar, sistematizar e devolver ao povo suas próprias vozes, em forma de consciência crítica. A partir dessa prática, consolidou uma visão da educação como processo dialógico e coletivo. O encontro com Anísio Teixeira ampliou suas possibilidades de atuação, inserindo-o em debates sobre a qualidade da escola pública e o papel da participação popular na educação.

Antes mesmo de publicar *Pedagogia do oprimido*, Freire já ensaiava seus primeiros postulados ao reconhecer a centralidade do conhecimento popular, oriundo do senso comum, como ponto de partida para a construção de saberes críticos. Seus “temas geradores”, apresentados em *Educação como prática de liberdade* (Freire, 1967), buscavam provocar reflexão a partir das questões concretas que afetavam as comunidades.

O método, ancorado no diálogo, utilizado por Paulo Freire ultrapassava a alfabetização mecânica: tratava-se de compreender o mundo, denunciar a exploração e afirmar a dignidade humana. Por isso, foi considerado revolucionário, não apenas como prática pedagógica, mas como projeto político de emancipação. Ao relacionar essa trajetória com o serviço em estudo, percebe-se que o legado freiriano permanece atual. Sua pedagogia crítica oferece subsídios para pensar a ENE como espaço de fortalecimento da cidadania e de reconfiguração das práticas sociais. Nesse sentido, o referencial freiriano possibilita compreender que o atendimento à população não deve se restringir à oferta de serviços, mas precisa criar condições de escuta, diálogo e participação ativa, de modo a potencializar capacidades, reconhecer saberes e promover emancipação.

Os “temas geradores” utilizados por Freire (1967), se tratavam de temas que afligiam aquela comunidade, estimulados pelo diálogo, a fim de compreender o mundo e conscientizar-se, para além de saber ler e escrever, preceitos de cidadania e direitos sociais. Por meio do diálogo, buscava-se a razão de todas as coisas, exploração, pressão, dignidade. Daí o porquê de o método ter sido considerado revolucionário. Na citação abaixo o autor fala das mudanças e sua importância junto ao tempo:

Nutrindo-se de mudanças, o tempo de trânsito é mais do que simples mudança. Ele implica realmente nesta marcha acelerada que faz a sociedade à procura de novos temas e de novas tarefas. E se todo Trânsito é mudança, nem toda mudança é Trânsito. As mudanças se processam numa mesma unidade de tempo histórico qualitativamente invariável, sem afetá-la profundamente. É que elas se verificam pelo jogo normal de alterações sociais resultantes da própria busca de plenitude que o homem tende a dar aos temas. Quando, porém, estes temas iniciam o seu esvaziamento e começam a perder significação e novos temas emergem, é sinal de que a sociedade começa a passagem para outra época (Freire, 1967, p.53).

De acordo com Freire (1967), apresenta-se diretrizes sobre a sua visão pedagógica. Foi escrita no bojo do movimento de redemocratização do país, com possibilidades de mobilização popular, para alcançar o objetivo da alfabetização. Freire esteve no exílio e por esse motivo sua teoria escrita após esse momento se dirigiu aos pauperizados marcados pela desigualdade social e opressão, de modo inspirador e como um homem de ação da sua própria prática.

A questão da liberdade nesta obra é fulcral, para Freire: “[...] alfabetização e conscientização jamais se separam”, enfatiza este princípio para além da alfabetização: “todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando” (Freire, 1967, p.12).

O autor defendia uma educação como prática da liberdade, partindo do pressuposto que há opressão, deve haver a luta pela libertação: “A liberdade é concebida como o modo de ser o

destino do Homem, mas por isto mesmo só pode ter sentido na história que os homens vivem” (Freire, 1967, p.13).

Sobre as palavras geradoras utilizadas por Freire (1967) em seu método de alfabetização, dizem a respeito das dores, das fomes e das vidas de homens e mulheres, alfabetizandos por ele. A partir daí, criou-se um círculo de cultura, como ponto de partida para assumir a liberdade e a crítica, como modo de ser de homens e mulheres, no processo de se tornarem educandos.

Quiçá Freire (1967) não os considerava analfabetos, mas educandos(as) em alfabetização. O grupo se constituía entre educandos(as) e um coordenador e por volta de 30 dias, a alfabetização se concluía por meio deste processo crítico, frente ao contexto de liberdade. Nessa perspectiva, o autor sempre se apresentou com uma dose elevada de engajamento social. Por exemplo, diante destes grupos: “seu interesse central é o debate da linguagem no contexto de uma prática social livre e crítica” (Freire, 1967, p.14).

Esse grupo, não tinha apenas o objetivo de alfabetizar, mas de dar início a conscientização, de modo que as vivências dos(as) educandos(as) se tornassem aprendizados no próprio grupo, ou seja, nesta “pedagogia o aprendizado já é um modo de tomar consciência do real e como tal só pode dar-se dentro desta tomada de consciência. Daí que, na etapa seguinte do curso, o coordenado” (Freire, 1967, p.14). Com isso, sua teoria se fazia engajada politicamente, baseada na reflexão e no empoderamento dos homens e das mulheres, por meio de um diálogo amoroso, não ao ponto de tratar as questões em uma mesa do bar.

Enfatizar as necessidades pelos quais as pessoas deveriam estudar, ter disciplina e se conhecerem, ou qualquer coisa, que se deseja conhecer, por meio de um diálogo epistemológico e amoroso, a fim de que as pessoas pudessem interferir no mundo, criando suas próprias histórias. A sua obra sempre será atual, enquanto existir oprimido e explorado, pois, sua pedagogia é política.

Inversamente, Freire (1967) apresenta um contraponto em relação ao empoderamento de homens e mulheres com observações acerca da acomodação sobre a pessoa humana. Apesar de se sentir desconfortável com o processo de opressão:

A acomodação exige uma dose mínima de criticidade. A integração, pelo contrário exige um máximo de razão e consciência. [...] Na verdade, no ajustamento, o homem não dialoga. Não participa. Pelo contrário, se acomoda a determinações que se superpõem a ele (Freire, 1967, p.74).

Com outras palavras, na citação acima, entende-se que o autor enfatiza o diálogo, a criatividade e determinação para suprimir a opressão vivenciada, exposta no pensamento

teórico exposto em Freire (2013). Obra construída em um contexto de cinco anos de exílio e com o acúmulo teórico advindo dos setores que Freire teve a oportunidade de exercer atividades educativas.

Devido ao contexto apresentado, a libertação dos oprimidos era considerada subversão, devido à exploração socioeconômica e política abordada. Neste sentido, destaca-se que: “*A pedagogia do oprimido* que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou começem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos” (Freire, 2013, p. 22).

Nesse entendimento, o autor se baseia na libertação de oprimidos, partindo do pressuposto, que a sociedade que lhe opõe, o oprimido deve se libertar, e isso só ocorrerá quando ele se descobrir sujeito de sua própria história, frente à uma cultura opressora e dominadora, que termina por funcionar como barreira para o acesso aos processos educacionais.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 2013, p.23).

Porém, apesar disso, a pessoa usuária é capaz de se “historizar-se”, ou seja, ela pode e deve “contar e viver sua própria história” (Freire, 2013, p.9). A partir de então, desenvolveu um método de pensar a existência humana, pois seu método não se trata apenas de um método de alfabetização, “pois excede em amplitude de humanismo pedagógico” (Freire, 2013, p.9). “Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado” (Freire, 2013, p.26). Como se vê, o autor destaca a importância da humanização no processo de libertação e tomada de consciência. Para Freire (2013), a pessoa usuária “é dotada de consciência e a autonomia que lhe propicia a conscientização, e este processo não deve ser apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão, compromisso” (Freire, 2013, p. 10). Esse compromisso, também se verifica em seu método de alfabetização, Freire (2013) estabelece uma “palavra geradora” e também um processo de codificação e decodificação:

[...]não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra (Freire, 2013, p.13-14).

Outrossim Freire (2013) destaca a importância da consciência, junto ao diálogo, e da reflexão, durante este processo de aprendizagem, que também é um processo de humanização e conscientização, por meio das palavras geradoras: “O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização” (Freire, 2013, p.16).

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes (Freire, 2013, p.45).

Por conseguinte, Freire (2013) afirma que o diálogo é o elemento constitutivo da consciência, como um dos elementos transformadores da realidade, dotado de humanização. Para o autor, o que é material é a elaboração humana. Ela fica evidente na objetivação e na responsabilidade histórica da pessoa usuária se reproduzir criticamente, com as mediações necessárias para que haja autorreconhecimento da pessoa usuária produzir e conduzir sua própria história. Assim, o autor entende que a liberdade deveria ser o ato maior de consciência. Em relação aos círculos de cultura, o autor diz que:

[...]re-vive a vida em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, comprehende-o como projeto humano. Em diálogo circular, intersubjetivando-se mais e mais, vai assumindo, criticamente, o dinamismo de sua subjetividade criadora. Todos juntos, em círculo, e em colaboração, re-elaboram o mundo e, ao reconstruí-lo, apercebem-se de que, embora construído também por eles, esse mundo não é verdadeiramente para eles. Humanizado por eles, esse mundo não os humaniza. As mãos que o fazem, não são as que o dominam. Destinado a liberá-los como sujeitos, escraviza-os como objetos (Freire, 2013, p.9).

O método de aprendizagem freiriano, por meio do debate em círculo, utilizando as palavras geradoras, uni as pessoas usuárias por meio das reflexões, diálogo, reconhecimento e questionamento das explorações sofridas ao longo de suas vidas, constrói o pensamento crítico e aponta a necessidade de romper com as situações de exploração. Por esse motivo, o círculo era considerado o aprofundamento da vida e da crítica.

No pensamento teórico expressado em Freire (1996), escrito no contexto do neoliberalismo, pede atenção à discussão da categoria autonomia, para não ser confundida com inversões que podem operar na prática pedagógica de estímulo ao individualismo e competitividade. O livro se trata de: “Uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando” (Freire, 1996, p, 7).

Como contraponto à ética do mercado, Freire (1996) anuncia: “a solidariedade enquanto compromisso histórico de homens e mulheres, como uma das formas de luta capazes de promover e instaurar a “ética universal do ser humano” (Freire, 1996, p. 8). No entendimento

do autor, essa dimensão utópica tem na pedagogia da autonomia uma de suas possibilidades. Assim, se trata de ser contra à exploração da força de trabalho de homens e mulheres, dos quais, nenhum(a) educador(a) e educando(a) pode fugir, pois o preparo de um(a) professor (a) deve estar pautado na retidão ética e a reflexão como prática educativo-crítico ou progressista, na luta pela mudança radical do mundo.

Além disso, na perspectiva freiriana, a relação do educador(a) x educandos(as) é de complementariedade entre ensinar e aprender como processos inseparáveis: “ensinar sem aprender, não existe, e vice-versa. Ele fundamenta suas teorias na perspectiva crítico transformadora e utiliza o diálogo para atingir a dimensão reflexiva com os sujeitos, por meio da relação dialógica” (Freire, 1996, p.50). E acrescenta:

A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, dor ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a intelectabilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de intelijir, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há intelectabilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico (Freire, 1996, p. 20-21).

Percebeu-se que o diálogo para Freire (1996) se mescla a questão do não estar pronto e com a capacidade transformadora da pessoa humana buscar essa consciência desafiadora diante do processo de comunicação e intercomunicação. Leva a discutir sobre o inacabamento humano: “Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente” (Freire, 1996, p.26).

A essência do inacabamento humano, é ressaltado para Freire (1996):

Quer dizer, já não foi possível existir sem assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política. E tudo isso nos traz de novo à imperiosidade da prática formadora, de natureza eminentemente ética. E tudo isso nos traz de novo à radicalidade da esperança. Sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las. (Freire, 1996, p. 26).

Em vista disso, o inacabamento é como inconclusão, como homens e mulheres são capazes de construir sua presença no mundo, por meio dos sonhos, do canto, da música, da pintura, do cuidado da terra, das águas, usando as mãos para fazer ciência ou teologia, em face ao mistério de aprender, ensinar, sem o qual tudo isso não seria possível.

O inacabamento permite que a pessoa usuária do SPSB em Domicílio vá além, pois se dá conta do próprio inacabamento, desse modo, passa a ser sujeito da própria história:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História (Freire, 2013, p. 28).

Assevera Freire (1996) que ensinar é uma especificidade humana, que exige segurança, competência profissional e generosidade, comprometimento. Exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, exige liberdade e autoridade, tomada consciente de decisões, saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica, exige disponibilidade para o diálogo, ensinar exige querer bem aos educandos.

Por fim, os motivos da matriz de pensamento freiriano ter sido escolhida como referencial teórico para esta pesquisa, deve-se ao fato de o autor tratar da pedagogia de modo crítico e ético e os rebatimentos no serviço estudado, o SPSB em Domicílio.

Tratam-se de possibilidades de construir (ainda que minimamente) uma sociedade mais justa e menos excludente, de acordo com as competências profissionais dos (as) Assistentes Sociais, que serão explanadas posteriormente.

3.2 Competências profissionais dos (as) Assistentes Sociais

Este tópico propõe uma reflexão sobre as competências profissionais e as atividades ou oficinas realizadas pelo(a) Assistente Social em espaços de ENE como o CRAS ou o próprio domicílio das pessoas usuárias. Pode-se observar que as características especificamente dos(das) Assistentes Sociais que atuam no SPSB em Domicílio, especificamente no CRAS Interlagos, não fogem ao que está posto pelo CFESS (2012). Quando as políticas sociais são avaliadas pelo(a) Assistente Social, utiliza-se a reflexão, diálogo e atuação crítica frente às demandas.

Quando se oportuniza à sociedade civil a participação social, cria-se a possibilidade de que as pessoas usuárias se tornem protagonistas de suas próprias histórias. As orientações sociais, nesse contexto, visam promover o exercício da cidadania por meio da compreensão dos direitos e deveres, ultrapassando o caráter assistencialista e imediato dos atendimentos. O objetivo é fomentar processos reflexivos que contribuam para a formação de uma consciência crítica, capaz de distinguir entre autonomia social e política, e entre emancipação política e humana/social.

Segundo Souza e Domingues (2012), a emancipação política representou um avanço histórico em relação às relações de servidão vigentes na sociedade feudal, constituindo-se,

contudo, em um projeto burguês que não eliminou a exploração do homem pelo homem. Conforme Marx (2010), tal emancipação mantém-se no âmbito do Estado burguês e expressa sua lógica de dominação. Ainda nessa direção, a emancipação humana ou social constitui o projeto oposto ao burguês: é o projeto do proletariado, entendido como classe revolucionária, capaz de abolir a exploração por meio de uma transformação radical da estrutura social (Souza e Domingues, 2012). Trata-se, portanto, da superação tanto da burguesia quanto das contradições inerentes à emancipação política.

Nessa perspectiva, Souza e Domingues (2012) afirmam que a emancipação política é de natureza parcial, pois está vinculada aos interesses da burguesia, enquanto a emancipação humana é de caráter universal, ligada ao trabalho e à coletividade. Para Marx (2010), a emancipação política expressa a lógica do capital, ao passo que a emancipação humana expressa a lógica do trabalho. Em outras palavras, a revolução política promove apenas a emancipação política, enquanto a revolução social tem potencial de conduzir à emancipação humana, uma libertação integral e concreta do ser humano.

Portanto, revolução política foi a revolução da sociedade burguesa e produziu a emancipação somente a emancipação política. Ela não pode emancipar a humanidade, ou seja, não supera a sociedade de classes, pois se funda na particularidade e no interesse individualista. A revolução que pode conduzir a humanidade a sua emancipação real deve ser de outra natureza e por outra classe social, o proletariado (Souza e Domingues, 2012, p. 75).

Frente ao foco de discussão, sobre os tipos de emancipação, o serviço social apresenta como contribuição um dos seus atributos profissionais estabelecidos no Código de Ética de 1993, a busca constante por emancipação humana, por meio de uma nova ordem societária, sem exploração de todas as ordens e toda ação dos(as) Assistentes Sociais devem ter esse posicionamento, de modo que venha contribuir para a vida dos(as) atendidos(as) de acordo com essa perspectiva.

A prática profissional deve ser pensada no âmbito da divisão social do trabalho, conforme Torres (2009), no contexto do modo de produção capitalista e por esse motivo está calcada por limites e possibilidades. Os desafios postos para o(a) Assistente Social se tratam inicialmente de servir às pessoas usuárias do serviço e ao mesmo tempo à instituição ou unidade de trabalho, e a partir daí surge uma gama de limitações e contradições, uma vez que, para servir aos(as) trabalhadores(as) a concepção de trabalho deve ser emancipadora, reflexiva e ir contra o capital.

Do outro lado, o(a) profissional deve também atender às exigências institucionais e fica posta essa dicotomia, enfrentada pelo trabalho profissional do(a) Assistente Social em qualquer local de trabalho que atue.

A partir de Torres (2009) foram verificadas as múltiplas dimensões constitutivas do exercício profissional do(a) Assistente Social. Diante desse contexto, a autora traz o recorte do trabalho socioeducativo como concretização deste trabalho profissional: “A partir dos anos 1980, foi possível identificar o modo como problematizam o início da profissão, a sua dimensão intervintiva, a discussão sobre o trabalho desenvolvido pelo assistente social” (Torres, 2009, p.203). E acrescenta:

O trabalho socioeducativo tem sido requisitado aos profissionais que atuam nas mais diversas áreas, quer seja na esfera pública, quer na esfera privada. Diante das exigências identificadas na sua execução, não deve ser analisado sem o reconhecimento do Serviço Social como profissão e sem analisar as condições para sua efetivação (Torres, 2009, p. 203).

Por conseguinte Torres (2009) observa que, ao realizar atividades por meio da prestação de serviços socioassistenciais, o exercício profissional será executado, planejando e operacionalizando. Pois é solicitado ao(à) profissional o domínio desse tipo de trabalho, como uma perspectiva metodológica. Os postulados teóricos de Freire se aproximam com as práticas profissionais do(a) Assistente, conforme será explanado no próximo tópico, ao demonstrar a relação da ENE, Freire e SPSB no Domicílio.

Aponta-se um entrave, pois esse trabalho é habitualmente confundido com o âmbito da saúde, pela rede socioassistencial, por dois motivos principais: o primeiro por se tratar de sujeitos sociais que demandam inúmeros cuidados, por situações de saúde agravadas e o segundo pelo grau de enclausuramento e dependência serem altos, e desse modo sempre dependem dos cuidados de terceiros. A necessidade desses cuidados é para atividades cotidianas, como se alimentar, tomar banho, se locomover dentro e fora do domicílio.

3.3 A relação do Serviço Social com Paulo Freire na história: a educação popular

A partir do referencial freiriano, explicitado ao longo desta pesquisa, mostra-se que o autor buscava a transformação social. Relação muito próxima ao entendimento profissional do(a) Assistente Social. Nesta etapa, enfatiza-se em qual momento da história, ambos os referenciais se encontram e a importância da educação popular.

Conforme afirma Freire (2013, p. 103-105), "a educação popular posta em prática em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar

contra a correnteza.” Apesar da educação popular e da ENE atualmente estar presente nos debates acadêmicos do Serviço Social, porém de modo muito incipiente, isso não significa que não haja profissionais utilizando de perspectivas ligadas à educação popular e/ou debatendo-a em outras políticas públicas, como saúde, educação, a partir de olhares das metodologias dispostas pelo pensamento freiriano.

Nas concepções de Scheffer (2013) o período de contribuições acerca de Paulo Freire e a interlocução com o Serviço Social, abrangem o período de 1950 a 1979 e como suas obras influenciaram inúmeros processos democráticos no Brasil. Tais influências no Serviço Social brasileiro deu-se a partir da:

[...] vanguarda brasileira do Método de Belo Horizonte (BH), em sua maioria, era oriunda dos movimentos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP), que incluem vivências no Movimento de Educação Básica (MEB), na sindicalização rural, nos Centros Popular de Cultura (CPC) e nos Círculos de Cultura que tiveram contatos o próprio Paulo Freire [...] (Scheffer, 2013, p.293).

De acordo com Scheffer (2013), as obras de Paulo Freire provocaram profundas inquietações no Serviço Social, especialmente ao conceber o homem ou, em termos contemporâneos, a pessoa usuária como sujeito histórico de sua própria trajetória. Textos como *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do oprimido* contribuíram para repensar a prática pedagógica no campo do Serviço Social, gerando indagações de natureza política e teórica, que aproximaram a profissão do marxismo e de uma perspectiva crítica de sociedade.

Scheffer (2013) destaca que, entre as décadas de 1940 e 1960, a obra de Freire se desenvolveu em meio ao contexto desenvolvimentista e nacionalista brasileiro. Após o golpe de 1964, período em que foi preso e posteriormente exilado no Chile, intensificou-se sua interlocução com o Serviço Social. Em 1946, Freire assumiu a direção do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), em Pernambuco, momento em que o analfabetismo atingia cerca de 50% da população, tornando o enfrentamento dessa questão um ato político.

Segundo Machado, Silva e Tolentino (2019), é nesse cenário que o pensamento freiriano começa a influenciar o Serviço Social brasileiro. O convite para atuar no recém-criado SESI, em 1947, marcou o início dessa relação. O contato direto com as classes trabalhadoras foi decisivo para a elaboração de Pedagogia do Oprimido, pois Freire passou a compreender a alfabetização não apenas como aprendizado técnico, mas como processo de conscientização e libertação. Ainda que essa aproximação tenha se iniciado na década de 1940, as autoras

destacam que sua influência efetiva sobre o Serviço Social só se consolidou nas décadas de 1960 e 1970.

Para Scheffer (2013), o trabalho de Freire no SESI representou mais do que o ensino da leitura e da escrita: tratou-se de uma disputa de projetos societários. Esse era um espaço de correlação de forças entre correntes ideológicas distintas de um lado, setores progressistas; de outro, grupos conservadores e anticomunistas. A busca por “nivelamento social” por meio da melhoria das condições de vida do proletariado coexistia com tentativas de manutenção da ordem vigente.

Na década de 1950, a pedagogia freiriana orientava-se à formação de sujeitos democráticos e à adequação crítica das pessoas às transformações sociais. Ao final dessa década, no interior da Igreja Católica, emergiam três correntes: tradicionalista, modernizadora e reformista, que expressavam as tensões de um período de efervescência intelectual e política. Já no início dos anos 1960, a sociedade brasileira atravessava transformações significativas, e parte de sua intelectualidade encontrava na pedagogia freiriana uma referência para pensar o papel da educação e da ação social.

Segundo Scheffer (2013), a esquerda católica brasileira surgiu nesse contexto, inspirada pela teologia humanista francesa e pela Revolução Cubana, contribuindo para a radicalização dos movimentos estudantis cristãos. Em 1961, Freire foi nomeado diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife, e em 1962 coordenou uma experiência exitosa de alfabetização, na qual cerca de 300 cortadores de cana aprenderam a ler e escrever em 45 dias, marco concreto da aplicação de seu método.

No período posterior ao golpe de 1964, Scheffer (2013) identifica que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social passou a questionar as bases desenvolvimentistas e o assistencialismo herdado da tradição católica, buscando uma prática profissional voltada à transformação social. Nesse contexto, surgiram posições antagônicas: de um lado, defensores do capitalismo e da democracia cristã; de outro, críticos da lógica mercantil e das restrições à liberdade humana.

A autora observa que, até meados da década de 1960, as ideias freirianas dialogavam com o ideário nacional-desenvolvimentista. O Serviço Social, influenciado pela democracia cristã, apoiava-se na noção de “bem comum” e na tríade metodológica caso-grupo-comunidade, voltada à integração da pessoa usuária ao meio social. Contudo, esse modelo fortemente influenciado pelas metodologias norte-americanas, entrou em crise a partir da metade dos anos 1950, abrindo espaço para questionamentos sobre as formas tradicionais de intervenção e para a busca de uma identidade profissional autônoma.

Scheffer (2013) interpreta esse processo como reflexo das transformações políticas da Guerra Fria e do esgotamento de um modelo de Serviço Social ancorado na adaptação dos sujeitos. Essa crise impulsionou a incorporação de novas referências teóricas e o abandono das concepções importadas, movimento que culminou na aproximação entre o Serviço Social e o pensamento freiriano. Como afirma a autora, “foi uma das motivações que conduziu à incorporação da *Pedagogia do Oprimido* e à apreensão do pensamento freiriano no Movimento de Reconceituação [...] por assumir um posicionamento em face do oprimido” (Scheffer, 2013, p. 299). A autora identifica, ainda, um “giro dialético-teórico” em Freire, evidenciado na *Pedagogia do Oprimido*, a partir de sua aproximação com o marxismo e com a concepção de educação como prática política e emancipatória. Essa inflexão teórica consolidou o vínculo entre a pedagogia freiriana e o Serviço Social crítico, contribuindo para que a profissão se reposicionasse frente à realidade social, adotando uma direção ético-política comprometida com os direitos humanos, a democracia e a transformação social.

Podemos então identificar um novo ângulo representado na ruptura com a lógica de conciliação de classes, ou seja, assumiu a radicalidade voltada ao fortalecimento da classe trabalhadora vista como explorada e oprimida, cujo conhecimento crítico da realidade e de sua condição é a alavanca para engajamento na transformação social[...] (Scheefffer, 2013, p. 299).

E adiciona que: “a concepção freiriana rejeita a perspectiva, refuta a educação como um processo de adequação do sujeito à sociedade. O ato de educar é visto enquanto processo político que extrapola muros escolares” (Scheefffer, 2013, p. 299). A autora apresenta o contraponto crítico aos postulados freirianos, na qual muitos críticos da obra apontam uma composição eclética em suas formulações: “[...] se caracteriza pela mistura indiscriminada das ideias e teorias de diversos autores que obedecem a lógica de serventia do escritor” (Scheefffer, 2013, p. 300).

Já o pluralismo: “abrange o respeito à diversidade religiosa, política, cultural, teórica, orientação sexual, ou seja, é um princípio democrático que consiste na convivência entre diferentes sujeitos e projetos societários[...] (Scheefffer, 2013, p. 300). Verifica-se com autora que as elaborações de Paulo Freire no Serviço Social sofreram ao longo do tempo, diferentes apreensões e interpretações. Seu legado impactou profundamente na elaboração do Método de Belo Horizonte em 1975, cujo o objetivo era a transformação do homem pautada no processo de conscientização. Nesse sentido, Scheefffer (2013) destaca que:

[...] as obras freireanas impactaram o Movimento de Reconceituação, com reflexões importantes sobre a concepção do homem enquanto sujeito de sua história, a dimensão educadora da profissão e os questionamentos sobre os elementos políticos da prática

que posteriormente se consolidaram numa aproximação ao marxismo (Scheeffer, 2013, p. 301).

Observa-se a presença de novos postulados para a profissão de Assistente Social. Dentre elas, a presença da dimensão educativa das intervenções realizadas. Segundo Machado; Silva; Tolentino (2019), após o Serviço Social ter se aproximado das ideias de Marx, os debates teóricos-críticos sobre educação popular, foram abandonados, de modo que o legado de Freire parecia ter se tornado obsoleto. “[...] Daí muitos alunos dos cursos de Serviço Social o desconhecerem, bem como sua contribuição à profissão” (Machado, Silva e Tolentino, 2019, p.2). Frente ao debate dos autores supracitados, dois pontos devem ser considerados: “[...] que o ecletismo teórico dos intelectuais nos anos de 1970 afastou nossa profissão das ideias de Freire e que o pensamento desse intelectual avançou ao longo dos anos” (Machado, Silva e Tolentino, 2019, p.2). Entretanto, destaca-se durante este percurso histórico, que:

O debate ou as práticas de educação popular geralmente se apresentam no campo de atuação dos assistentes sociais que trabalham com comunidades, organização e mobilização popular, sobretudo em ONGs articuladas aos movimentos sociais, onde esse tipo de educação se refugiou desde o período da ditadura militar, visto que naquele contexto histórico passou a ser considerada subversiva, uma vez que criticava o sistema capitalista e o golpe militar de 1964 (Machado, Silva e Tolentino, 2019, p.4).

Assevera Machado, Silva e Tolentino (2019), que durante a década de 1980, a relação do Serviço Social latino-americano com a educação continua, porém o contexto era da abertura política e econômica do fim da repressão militar. Em 1986, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS, hoje ABEPSS) promoveu o Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, o qual ocorreu na cidade de Salvador (BA):

[...] nesse seminário um dos eixos de interesses foi “movimentos sociais e a educação popular”, visto como tema desafiador daquela conjuntura e por isso tido como fundamental “à prática contraditória dos profissionais de Serviço Social na América Latina, no esforço por uma articulação orgânica ao projeto popular alternativo” (Machado, Silva e Tolentino, 2019, p.7-8)

Destacam Machado, Silva e Tolentino (2019, p.8) que: na década” de 1990 a educação popular não esteve muito em pauta nos debates acadêmicos da área de Serviço Social; entretanto, na década atual, esse debate vem sendo retomado”. Neste sentido, as autoras afirmam que:

[...]a metodologia da educação popular é fundamental, pois, ao mesmo tempo em que busca desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternizadas - a partir de categorias como diálogo, conscientização, práxis, participação, entre outras -, luta pelo protagonismo dos sujeitos sociais almejando a transformação social. Isso significa que esse tipo de

educação, enquanto práxis educativa, visa estimular a práxis social, com vistas à transformação da sociedade. Daí defendemos o legado de Paulo Freire na história do Serviço Social brasileiro e atualidade de suas contribuições sobre educação popular (Machado, Silva e Tolentino, 2019, p.16).

Fica evidente que a educação popular deve buscar o desvelamento da realidade social, além de apresentar contribuição para o desenvolvimento da criticidade das classes oprimidas, por meio do diálogo, conscientização, práxis e participação. Especialmente, porque as metodologias dialógicas estimulam a luta coletiva e a emancipação humana, por meio de um olhar de humanização. Demonstra a necessidade da ruptura com a neutralidade positivista, bem como o engajamento e a crítica à sociedade capitalista opressora e exploradora.

Assevera-se o percurso que o pensamento freiriano tem na renovação crítica do Serviço Social no Brasil e na América Latina:

- a) na ruptura da neutralidade e afirmação do seu caráter político da intervenção profissional;
- b) na busca de uma prática comprometida com libertação dos oprimidos;
- c) na valorização da militância política e da cultura popular; na colaboração no recebimento das teorias marxistas;
- d) na mudança na concepção de homem-subjetividade (Scheeffer, 2013, p.308).

De acordo com as concepções da autora, afirma-se que a dimensão ontológica de Freire rebate na reconceituação latino-americana do Serviço Social, enfatizando a reafirmação de sua influência, bem como as questões ligadas ao processo de coisificação por meio do controle social e a desumanização na formação da sociedade brasileira.

Scheeffer (2013) aponta o entendimento da necessidade da renovação da profissão no Brasil, por meio do Código de Ética de 1993, com base na crítica sobre subjetividade, e o código traz a liberdade como atributo central e deve-se considerar, o momento de intersecção da história do Serviço Social com os debates sobre educação popular, ou seja, identifica-se de onde nasceu a inspiração do serviço social pelas classes menos favorecidas.

Ao final dessas reflexões, enfatiza-se que tal vinculação do Serviço Social com Freire ocorreu por meio da militância e dos movimentos sociais, e essa relação se estreitou, por meio de práticas educativas. O elemento motivador foram as lutas políticas com opção pelas lutas populares, com vinculação à educação popular freiriana.

A relação histórica entre o Serviço Social e o pensamento freiriano, ancorada na educação popular, evidencia um compromisso ético-político com a emancipação humana e a transformação das estruturas de dominação. Entretanto, o distanciamento crescente entre teoria crítica e prática social, observado nas últimas décadas, impõe o desafio de ressignificar esse legado. A educação popular, enquanto práxis política e epistemológica, não pode se restringir a metodologias participativas ou a discursos humanistas genéricos: ela precisa ser reconhecida

como um projeto de sociedade, como um horizonte de luta contra as formas contemporâneas de exclusão e desumanização.

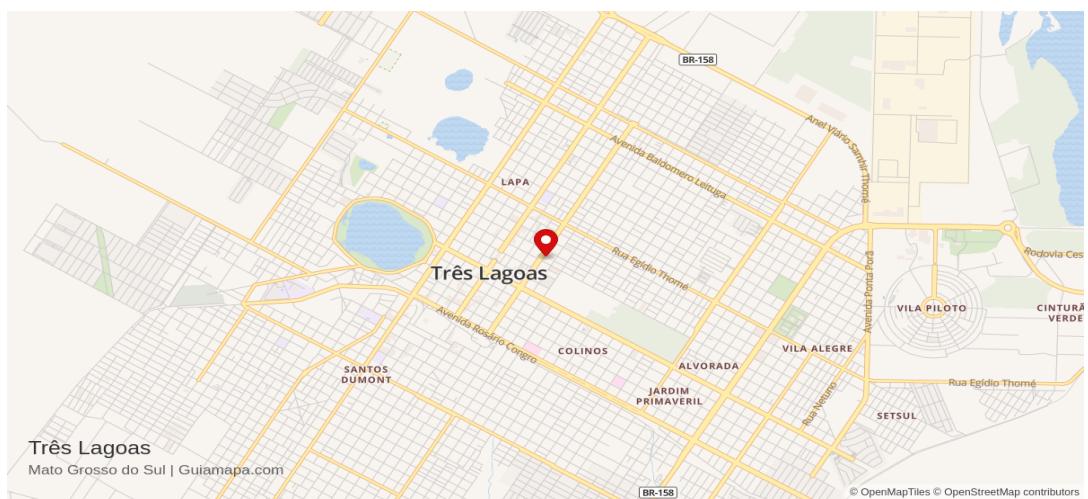
Nessa direção, o trabalho socioeducativo desenvolvido em contexto de ENE como é o caso da SPSB em Domicílio emerge como um campo fecundo de reatualização do pensamento freiriano, por articular o compromisso com a justiça social, a democratização do conhecimento e a construção coletiva de saberes. Ao propor uma educação que nasce das contradições concretas e das experiências populares, o SPSB em Domicílio em contextos de ENE reafirma o lugar do Serviço Social como mediador crítico entre Estado e sociedade civil, convocando a profissão a recuperar seu papel histórico de resistência e transformação.

Assim, revisitlar Freire à luz das demandas contemporâneas significa ultrapassar a mera homenagem teórica: é recolocar a educação popular como eixo estratégico da prática profissional, reafirmando que não há Serviço Social crítico sem diálogo, consciência e compromisso com os sujeitos oprimidos. A interlocução entre educação popular e ENE, portanto, revela-se como possibilidade concreta de reconstruir um projeto profissional e societal radicalmente humano, democrático e libertador, pois tanto as prerrogativas dos(das) Assistentes Sociais que atuam no SPSB em Domicilio como Freire, além de se cruzarem, firmaram compromisso e vinculação com a educação popular.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE TEMÁTICA DE CATEGORIAS DO PENSAMENTO FREIRIANO NA PRÁTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SPSB EM DOMICÍLIO

Inicialmente, apresenta-se a sistematização da prática profissional por meio do SPSB em Domicílio, a partir de Jara (2006), para situar o(a) leitor(a) sobre as informações básicas de funcionamento desse serviço, de acordo como caderno de orientações de 2017. Segundo Oliveira (2024), o CRAS Interlagos localiza-se a Rua Bom Jesus da Lapa, nº 309, Bairro da Lapa.¹⁹ Trata-se do equipamento de PSB em que está lotada a pesquisadora responsável pela presente investigação.

1 Mapa: Localização do CRAS Interlagos. Três Lagoas/MS



Fonte: guiamapa.com (2025).

O território do CRAS Interlagos se localiza na região central da cidade de Três Lagoas/MS, sendo caracterizado com maior concentração de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, que não se trata apenas de insuficiência de renda. O perfil das pessoas usuárias é de Pessoas Idosas e PCD de qualquer idade, em situações de vulnerabilidade social; que não conseguem acessar as políticas sociais, devido às situações de doença que dificultam a mobilidade, também que estejam em enclausuramento social e com vínculos familiares e/ou comunitários insuficientes ou inexistentes.

Destaca-se que o SPSB em Domicílio não conta com equipe própria, apenas a Assistente Social que compõem a equipe, o que se configura atualmente como insuficiente. Para suprir essa lacuna, a equipe profissional utilizada nos acompanhamentos desse serviço trata-se da

¹⁹ O território central abrange 40 bairros, entre os quais se destacam Alto da Boa Vista e Jardim Carandá, considerados de maior vulnerabilidade social.

mesma equipe que compõe os serviços do PAIF: 01 Assistente Social, 01 Psicóloga(o) e 01 Educadora (o) Social, o que contradiz o que propõe o caderno de Orientações (2017), o qual afirma que a equipe mínima para atendimento do SPSB em Domicílio seria 01 Assistente Social e 01 Psicólogo ou 01 Assistente Social e 01 Terapeuta Ocupacional.

As práticas profissionais do(a) Assistente Social relacionam-se inicialmente com a acolhida, humanização e escuta qualificada, para posteriormente desdobrar-se em intervenções mais direcionadas, a depender das demandas constatadas. Nesse contexto, inicialmente a profissional realiza a identificação das pessoas usuárias para serem inseridas no serviço e, como critérios, é observado se as pessoas idosas e PCD estão em situação de: 1) vulnerabilidade social; 2) não acesso às Políticas Sociais; 3) situação de enclausuramento; 4) com vínculos familiares e comunitários insuficientes ou inexistentes. O perfil das pessoas usuárias e os critérios para inserção no serviço se tratam dos mesmos itens.

A dinâmica de trabalho compõe o encaminhamento das pessoas usuárias pela rede socioassistencial ou por qualquer CRAS. O público alvo desse serviço não se dirige ao CRAS, pois estão em situação de enclausuramento e/ou possuem dificuldade de mobilidade, por esse motivo é realizada a visita de identificação para inserção no serviço em domicílio e preenchimento de documentos iniciais, 01 cadastro de identificação, 01 termo de adesão e 01 concessão de dados e imagem. A partir daí o(a) Assistente Social começa a pensar nas intervenções que serão realizadas, ou seja, qual o melhor caminho para propiciar proteção básica às pessoas atendidas.

Também elaboram relatórios de inserção no serviço, Plano de Desenvolvimento do usuário (PDU), que deve conter os dias da semana e os horários de visitas, as atividades realizadas ao longo do mês, quem pode ou não participar dos encontros, como familiares, profissionais ou vizinhos. Uma outra prerrogativa do documento de orientação (2017) é que o PDU seja elaborado em equipe, caso haja uma.

A equipe realiza também visitas quinzenais e/ou mensais para acompanhamento das pessoas usuárias do serviço. Os benefícios sociais que a PSB tem disponível às pessoas usuárias do SPSB em Domicílio são os mesmos ofertados pelo CRAS, com o diferencial de realização desses serviços em domicílio, caso as pessoas usuárias necessitem, são realizadas a inserção em: Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Família (PBF), atualização do CAD único.

Para minimizar falta de contato com o mundo externo, seja pessoas, eventos ou situações que expressam o convívio societário e comunitário, foi convencionada aqui no município de Três Lagoas MS a realização de oficinas de conteúdo socioeducativo com base na escuta da

realidade das pessoas usuárias, para propiciar reflexão e mudança de mentalidade, para que haja melhoria em suas vidas. Destaca-se que especialmente neste CRAS, é utilizado a metodologia freiriana de utilizar temas geradores, pois a profissional técnica de referência conhece esse referencial.

Todo o trabalho realizado é monitorado diariamente, e avaliado mensalmente, e conta com instrumental próprio, com participação das opiniões das pessoas atendidas, por meio de questões de satisfação e de opinião a respeito dos profissionais que levam os serviços ao domicílio, como também sobre as oficinas dialogadas, expositivas e reflexivas. Para que haja constante melhoria nos acompanhamentos e nos processos de trabalho.

Destaca-se que, quanto aos desligamentos, não é prática comum no SPSB em Domicílio, pois as pessoas usuárias não dispõem de meios materiais para saírem da situação de acamados ou de prover sua própria subsistência, muitas vezes sobrevivem de benefícios sociais conforme descritos acima ou de ajuda de parentes, quando possuem esse tipo de vínculos. De outro modo, observa-se que são raros os casos em que ocorre transformação societária, humana e política necessária para mudar o curso de suas histórias de vida. Um item de grande relevância a ser considerado para o não desligamento das pessoas usuárias do acompanhamento no SPSB em Domicílio, reside no fato do município não contar com a instalação de serviços intermediários como Centro Dia. Então, o SPSB torna-se a única opção anterior ao atendimento no CREAS.

Entretanto, quando há mudança de cidade, falecimento, ou possibilidade de superação da condição vivenciada, são situações em que os casos de doenças não estão muito comprometidos e a pessoa idosa ou PCD conseguem refletir sobre a possibilidade de vivenciar outra realidade como, por exemplo, quando rompem a situação de enclausuramento social e conseguem se vincular novamente às pessoas amigas e familiares e construirão um novo ciclo de vida, isso também só é possível quando a pessoa idosa ou PCD não tem idade avançada e conseguem voltar a ter níveis de autonomia suficientes para viver sem qualquer nível de dependência.

Em tais situações descritas acima ocorre o desligado desse serviço. Caso haja a necessidade de articulação em rede socioassistencial, com demais políticas que as pessoas usuárias necessitem, serão realizados os encaminhamentos para os serviços correspondentes. E quando as pessoas usuárias deixaram de fazer parte do escopo de atendimentos desse nível de proteção básica serão inseridas no próximo nível de proteção, que é proteção especial de média ou alta complexidade.

Nessa etapa da pesquisa, realizou-se a análise em categorias, por meio de análise temática, com o apoio dos postulados teóricos de Cellard (2008). Para ilustrar o debate e se

tornar mais coeso e de fácil entendimento aos(as) leitores(as) foram construídos 04 quadros com categorias de análise.

No item 4.1 foi apresentada a construção da análise temática; no 4.1.1, as relações entre competências do trabalho do(a) assistente social no SPSB e as categorias freirianas de prática dialógica, amorosidade e humanização; no 4.1.2, as semelhanças entre a ENE no SPSB a partir da categoria freiriana de dimensão transformadora x diálogo e, por fim, no item 4.1.3, a inclusão social sob o enfoque da categoria freiriana de inacabamento humano x direitos sociais e no 4.1.4, o relatório final da análise em categorias.

4.1 Construção da análise temática

Foram construídos quadros para ajudar na reflexão e no embasamento temático. De acordo com os pressupostos de Cellard (2008), extrair elementos pertinentes do texto e compará-los com outros contidos no corpo do documento a partir de leituras repetidas. Objetiva-se com isso apontar similitudes, relações e diferenças capazes de levar a uma análise confiável.

Para Souza (2018), a organização das informações acessadas pode ser organizada por meio de quadros, tabelas, gráficos a fim de demonstrar as análises. Essas ações de organização propõem maior familiarização com os dados e sistematização para transcrevê-los e revisá-los. Trata-se de prática em pesquisa que se torna essencial para codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático; buscar reunir temas e revisá-los para gerar um mapa temático de análise; definir e nomear os temas e por fim, produzir relatório a partir da análise.

As categorias selecionadas foram analisadas a partir de uma perspectiva freiriana com atenção às semelhanças, diferenças nas relações dos termos expostos em cada categoria. Destaca-se que, os aspectos relevantes a serem observados, devem se relacionar ou não com transformação social e a apreensão do objeto de pesquisa que precisa ficar em evidência, que é o SPSB, e deve oportunizar críticas às relações contraditórias, se houver.

Para Cellard (2008), existem diferentes tipos de documentos - públicos, privados e pessoais - além de diversas outras fontes documentais. Independentemente da natureza do material, o processo de análise deve iniciar-se com uma avaliação preliminar, acompanhada de exame crítico, de modo a “[...] usar prudência para avaliar adequadamente com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda análise documental. Ela se aplica em cinco dimensões” (Cellard, 2008, p. 299).

A análise de conteúdo deste estudo foi estruturada em cinco fases iniciais, correspondentes à pré-análise da pesquisa, conforme proposto pelo autor, cuja metodologia mostrou-se viável para os objetivos desta investigação. A primeira fase consistiu na análise do contexto social global em que o documento foi produzido e no qual se situava seu autor, etapa considerada fundamental por permitir compreender a obra em sua totalidade e evitar interpretações anacrônicas ou baseadas em valores contemporâneos.

Pela análise do contexto o pesquisador se coloca em excelentes particularidades de forma de organização, e sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos [...] uma boa compreensão do contexto é, pois, crucial, em todas as etapas de uma pesquisa documental [...] (Cellard, 2008, p.299).

A segunda fase consiste em conhecer o autor ou os autores do documento, identificando quem escreve, bem como seus interesses e motivações. Como afirma Cellard (2008, p. 300): “[...] elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece, as deformações que puderam sobreviver na reconstituição de um acontecimento.”

Enfatiza o autor, que na terceira fase, o foco recai sobre a autenticidade e a confiabilidade do texto, de modo a verificar sua procedência. É necessário observar a relação entre o autor e os fatos descritos, bem como as possíveis alterações ocorridas ao longo do tempo. A quarta fase envolve a análise da natureza do documento, considerando o público a que se destina e a função que desempenha - seja informativa, teológica, médica, jurídica, entre outras (Cellard, 2008).

A quinta fase da pré-análise documental para Cellard (2008) refere-se à identificação dos conceitos-chave e à compreensão da lógica interna do texto, buscando delimitar corretamente o sentido das palavras e categorias utilizadas, o que se mostra especialmente relevante em documentos que utilizam jargões profissionais ou regionalismos.

[...]delimitar corretamente o sentido das palavras e dos conceitos, é um tipo de precaução totalmente pertinente no caso de documentos mais recentes nos quais, por exemplo, utilização um “jargão” profissional específico ou nos que contém regionalismos [...] (Cellard, 2008, p. 303).

Ainda para o mesmo autor, a fase final da análise documental deve ser desenvolvida após a pré-análise, momento em que, diante das descobertas e eventuais surpresas, o pesquisador retorna ao questionamento inicial, podendo modificá-lo ou enriquecê-lo. Essa etapa exige empenho em estabelecer conexões entre os fatos acumulados, de modo a formular explicações plausíveis, ancoradas em uma interpretação coerente.

Para tanto, é pertinente extrair elementos relevantes do texto, compará-los com outros presentes no corpo documental e, a partir de leituras repetidas, identificar similitudes, relações e diferenças que conduzam a uma análise consistente. Como recurso complementar, recomenda-se a construção de quadros que sistematizem os resultados alcançados.

A partir das leituras de Cellard (2008) para a construção dos quadros foram consultadas obras em bases eletrônicas, tais como *Google Acadêmico*, *Scielo*, Capes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Na sequência, houve o processo de refinamento dos descritores, em que se exigiram 17 etapas sucessivas de ajustes, utilizando combinações boleanas como: “*inclusão social*” AND “*categoría freiriana de inacabamento humano*” OR “*direitos sociais*”; “*inacabamento humano*” AND “*Freire*” OR “*inclusão social*”; e novamente “*inclusão social*” AND “*categoría freiriana de inacabamento humano*” OR “*direitos sociais*”. Esse movimento de delimitação visou aproximar o debate sobre a ENE e do pensamento freiriano ao campo de atuação do(a) Assistente Social no SPSB em Domicílio.

Após a realização desses procedimentos foram lidos os resumos dos textos encontrados e verificados os enfoques na ENE, considerando a natureza da linha de pesquisa e do mestrado em Educação, articulando-as posteriormente com a educação social e com práticas socioeducativas para interpretar a interface entre ENE e SPSB em Domicílio. Posteriormente foram elencados os termos que apresentam repetições de categorias teóricas, com base nos referenciais teóricos do Serviço Social e freiriano. Desses termos foram verificadas as semelhanças e as contradições.

Depois foram realizadas as análises em categoria, de acordo com cada eixo escolhido. Ao final, foi escrito um relatório com a análise crítico-reflexivo das categorias, apresentando semelhanças e contradições verificadas na análise. O primeiro quadro se trata de demonstrar os materiais utilizados para a construção e debate dos demais quadros.

QUADRO 01: Referenciais utilizados

| Referenciais | Documentos analisados |
|---|--|
| Trabalho profissional do(a) Assistente Social | Código de ética (1993); Lei que regulamenta a profissão n.8.662/1993; LOAS (1993); CF (1988); SUAS (2005); PNAS (2024); Tipificação (2009); Diretrizes curriculares do Serviço Social; Estatuto da pessoa Idosa (2003); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). |
| Pensamento freiriano | Educação como prática de liberdade (1967); Pedagogia da Esperança (1992); Pedagogia da autonomia (1996); Pedagogia do oprimido (2013). |

Fonte: Elaboração própria (2025).

Nos documentos, produções legais e científicas sobre os referenciais de trabalho profissional e do pensamento freiriano elencados, observou-se as repetições contidas para encontrar as semelhanças capazes de apontar direções para o encontro entre a perspectiva do pensamento teórico de Paulo Freire e a sua reprodução nos conteúdos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da profissão de Assistente social. Criou-se, a partir disso, quadros de análise para interpretar tal relação.

Após a apresentação do quadro de estruturação dos eixos teóricos para construção das análises, é possível entender a importância desses dois referenciais e seguir para o próximo tópico que se trata de explicar as relações entre competências profissionais de Assistentes Sociais e categorias freirianas.

4.1.1 Relações entre competências do trabalho do(a) Assistente Social no SPSB e as categorias freiriana de prática dialógica, amorosidade e humanização.

Para Freire (1987), a educação dialógica ou prática dialógica consiste na maneira como os sujeitos buscam o conhecimento, por meio do diálogo. Para ele, a capacidade de estabelecer diálogos na educação é o que pode elevar o processo educacional a uma esfera libertadora para as pessoas usuárias que dela fazem parte. E o(a) Assistente social, juntamente à essas pessoas atendidas utiliza basicamente a fala. O (a) profissional presta orientações sociais concernentes às necessidades dos usuários, ou seja, há uma interação, ou uma prática dialógica²⁰.

Segundo Xavier e Mioto (2014), as competências profissionais do(a) assistente social são pensadas como prática norteadora para se entender como o(a) profissional exerce sua prática utilizando o diálogo como um meio de oportunizar aos usuários dos serviços os direitos reclamáveis na rede de apoio socioassistencial. Nota-se a interlocução com a teoria freiriana, pois o trabalho realizado no SPSB no Domicílio tem como pano de fundo práticas que podem ser equiparadas à ENE.

Para se ter uma noção a respeito do trabalho social indicado nas orientações técnicas para o SPSB em Domicílio (Brasil, 2017), nota-se questões ligadas à execução de rodas de conversas com amigos(as) e familiares do entorno das pessoas usuárias (idosas e PCD) com o objetivo de estabelecer momentos de diálogos e reflexão, fortalecendo os vínculos familiares e

²⁰ A partir de Magalhães (2019), entende-se e reflete-se que a importância da linguagem está em privilegiar particularidades da dimensão técnico-operativa do fazer profissional ou, do como fazer em relação à avaliação e à linguagem estabelecidas no cotidiano das interações socioprofissionais, mas sem perder a perspectiva das dimensões teórico-metodológica e ético-política.

comunitários. Com essa pretensão, o trabalho social esperado vincula-se ao fortalecimento da função protetiva da família e da comunidade no que diz respeito ao entendimento das demandas específicas da fase da pessoa idosa e da especificidade de pessoas PCD.

À perspectiva do Serviço social, entende-se que todas as demandas atendidas por este serviço devem ser coletivizadas quanto ao seu enfrentamento. Daí a necessidade imperiosa de estabelecer as orientações necessárias em domicílio. O quadro abaixo demonstra todo o referencial do(a) Assistente Social eleito e como se pilariza o enfrentamento das expressões da questão social direcionadas às pessoas idosas e PCD, segundo eixos de análise semelhantes.

QUADRO 02- Referencial do(a) Assistente Social

| Referencial | Eixos de análise | | | | |
|---|---|---|---|---|--|
| | Garantia de direitos e cidadania | Autonomia e protagonismo | Acessibilidade e cuidados | Intersetorialidade e rede apoio | Proteção social e enfrentamento à violência |
| Constituição Federal | Fundamento da República; seguridade Social; direitos Individuais e Sociais | Livre exercício dos direitos. | Eliminação de barreiras e responsabilidade do Poder Público. | Previsão de ações integradas na Seguridade Social | Dignidade da pessoa humana; repúdio a todas as formas de discriminação. |
| LOAS | Base da Assistência Social como direito e não caridade; BPC | Promove a autonomia das famílias e indivíduos | Previsão de atendimento a idosos e PCDs em situação de dependência. | Integração de ações entre as três esferas de governo e entre políticas. | Proteção Social para quem dela necessitar. |
| Código de ética e Lei 8662/1993 | Defesa intransigente dos Direitos Humanos; ampliação e consolidação da cidadania. | Defesa da liberdade e autonomia dos usuários, sem coerção | Acessibilidade como dever ético. Denúncia de barreiras. | Atuação em equipe multiprofissional; | Defesa de valores éticos que coibam a exploração, opressão e violência. |
| Estatuto da pessoa idosa | Prioridade absoluta; proteção integral | Assegura a participação ativa na sociedade; | Gratuidade de medicamentos, próteses, órteses; responsabilidade pelo cuidado. | Atendimento integrado e em rede. Apoio à família. | Prevenção e punição de maus-tratos, negligência e abandono. |
| PNAS | Universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade humana. | Foco na emancipação dos usuários; superação da "cultura da incapacidade". | Organização dos serviços com foco em cuidados continuados e acessibilidade | Articulação com o SUS e outras políticas. | Fortalecimento do SUAS na proteção contra violações de direitos |
| SUAS e Tipificação | Fortalecimento da convivência familiar e comunitária; acesso a serviços socioassistenciais. | Serviços visam o fortalecimento de vínculos e a autogestão da vida | Serviços de Proteção Social Especial (SPSE) para idosos/PCDs e suas famílias; Centro-Dia de referência. | Matriz de funcionamento em rede; territorialização como eixo estruturante. | SPSE de Média e Alta Complexidade |
| Lei brasileira de inclusão | Exercício da cidadania e inclusão social; não discriminação | Promove a vida independente e a autonomia; Acessibilidade como condição | Acessibilidade em todas as dimensões (urbanística, transporte, comunicação); Tecnologia assistiva; atendente pessoal. | Dever do Estado, família, comunidade e sociedade na garantia de direitos. | Proteção contra todas as formas de violência, negligência e discriminação. |
| Diretrizes para o curso de Serviço Social | Formação pautada na defesa da cidadania e direitos humanos. | Incentivo ao desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia profissional. | Compreensão da saúde/doença/deficiência na perspectiva social e de direitos, não apenas biológica | Capacidade de trabalho interdisciplinar e gestão de redes sociais e institucionais. | Instrumentalidade para identificar e intervir em situações de violação de direitos (negligência, maus-tratos). |

Fonte: Elaboração própria (2025).

Aponta-se entender como o trabalho social desenvolvido no SPSB em Domicílio conversa com os documentos referenciais e as previsões de formação profissional indissociadas do trabalho profissional, optou-se por encontrar pontos de discussão entre os principais contextos de análise encontrados na interlocução entre os documentos referenciais, sendo: 1) Garantia de direitos e cidadania; 2) autonomia e protagonismo; 3) acessibilidade e cuidados; 4) intersetorialidade²¹ e rede de apoio; 5) proteção social e enfrentamento da violência.

De acordo com o quadro verificado, destaca-se que uma das categorias do pensamento freiriano percebidas neste trabalho é a amorosidade, e pode ser comparada com a acolhida e a humanização para realizar o serviço no domicílio com a pessoa idosa e PCD, que no nosso país possuem trajetórias diferentes de reconhecimento como sujeitos de direitos, mesmo após a promulgação da CF (1988).

A partir do quadro apresentado é possível compreender que o trabalho socioeducativo do(a) assistente social ganha centralidade não apenas como uma função metodológica, mas como um eixo estruturante das políticas públicas e da própria materialização do PEPP da profissão. Os referenciais legais ali organizados: CF/1988, LOAS/1993, Lei n. 8.662/1993, Código de Ética (1993), Estatuto do idoso por meio da Lei n. 10.741/2003, PNAS (2005), SUAS, Lei Brasileira de Inclusão - Lei n. 13.146/2015 e diretrizes formativas, revelam que a atuação profissional se ancora em princípios que articulam direitos humanos, cidadania, autonomia, acessibilidade e proteção social. Essa articulação evidencia que o processo socioeducativo não se limita à transmissão de informações ou à orientação técnica, mas envolve a mediação crítica entre sujeitos, Estado e políticas sociais, com vistas à ampliação da consciência, à participação e à emancipação dos usuários.

A garantia de direitos, apontada de forma recorrente nos documentos, constitui o ponto de partida do processo socioeducativo. Ela demonstra que o exercício profissional está intrinsecamente vinculado à explicitação dos direitos negados, à identificação das barreiras que produzem desigualdades e à criação de condições para que os sujeitos compreendam sua posição na estrutura social. Esse movimento amplia o trabalho para além do acesso imediato a benefícios e serviços, situando-o no campo da afirmação da cidadania. O enfoque na autonomia e no protagonismo reforça essa perspectiva, pois convoca o(a) Assistente Social a desenvolver

²¹ Para Boschetti (2009), trata-se de uma ferramenta para a viabilização do acesso às políticas sociais pela população brasileira, demonstrando a sua relevância no atendimento integral ao indivíduo. Ainda que a Seguridade Social se encontre em processo constante de desestruturação no contexto neoliberal a intersetorialidade traz em sua essência a comunicação e a integração com diversos setores e segmentos como estratégia para a efetividade das políticas sociais.

ações que promovam capacidades individuais e coletivas de decisão, participação e defesa de direitos, tensionando práticas tuteladoras que persistem no interior das instituições.

A dimensão da acessibilidade, tratada no quadro como um direito multidimensional, também se relaciona diretamente ao caráter socioeducativo da intervenção profissional. Garantir acessibilidade não é apenas assegurar estruturas físicas adequadas, mas promover a compreensão, a comunicação, a circulação de informações e a eliminação de barreiras que impedem o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, a prática socioeducativa torna-se essencial para que usuários compreendam os serviços, reconheçam suas potencialidades, acessem recursos públicos e possam atuar criticamente no enfrentamento das desigualdades que os atravessam.

Outro aspecto relevante é o papel da intersetorialidade, que aparece nos referenciais como eixo essencial da proteção social. O trabalho socioeducativo, nesse contexto, funciona como elemento de articulação entre políticas e serviços, uma vez que implica a produção de sentidos compartilhados, o diálogo entre setores e a construção de estratégias integradas. Ao atuar como mediador entre a rede socioassistencial, o SUS, a educação, a justiça e demais políticas, o(a) Assistente Social transforma processos fragmentados em respostas mais integrais, fortalecendo o potencial das ações educativas enquanto prática coletiva e não meramente individualizada.

O enfrentamento à violência²² e às violações de direitos²³, última dimensão destacada no quadro, reforça ainda mais a relevância do processo socioeducativo. A violência, em suas múltiplas expressões, não é apenas um problema individual, mas um fenômeno estrutural que exige leitura crítica, reconhecimento dos mecanismos institucionais que a reproduzem e produção de estratégias de prevenção, denúncia e proteção. É nesse cenário que o trabalho socioeducativo se consolida como ferramenta indispensável, pois possibilita não apenas informar, mas formar sujeitos conscientes de seus direitos, capazes de nomear as violências

²² De acordo com Silva (2008), no âmbito do serviço social trata-se de um tema complexo que requer uma abordagem crítica e multidimensional. Também é vista como um fenômeno social que impacta diretamente a vida de pessoas usuárias e deve ser considerada ao tratar de questões como desigualdade social e emancipação humana. Requer. Nesse contexto, o trabalho do(a) Assistente Social deve estar alinhado com a luta contra a violência reconhecendo-se como uma categoria que se realiza como um complexo social e que pertence às relações sociais.

²³Para Luzia e Laporini (2023), entende-se que são caracterizadas por uma série de fatores que podem incluir a privação de acesso a bens e serviços públicos, a precarização do trabalho de profissionais e a falta de punição para autores de violência. São fatores que refletem a fragilidade das condições de cuidado da família, a convivência com situações de violências e a necessidade de proteção integral para a população em situação de vulnerabilidade social.

sofridas e de acessar mecanismos de proteção estatal. Ao mesmo tempo, fortalece a atuação coletiva, ampliando o diálogo com famílias, comunidades, territórios e instituições.

Assim, a análise articulada dos referenciais apresentados no quadro evidencia que o trabalho socioeducativo não é acessório, mas constitutivo da intervenção profissional do(a) Assistente Social. Ele contribui para transformar a relação entre usuários e políticas públicas, deslocando-os da posição de meros destinatários para a condição de sujeitos ativos de direitos. De outro modo, o(a) Assistente Social possibilita uma saída do emergencial, dependendo da intencionalidade. Nesse processo, o socioeducativo se afirma como dimensão crítica e emancipatória, capaz de ampliar sua consciência, ou seja, desenvolver uma consciência crítica, fortalecer vínculos, ampliar possibilidades de participação e enfrentar as expressões da questão social que se materializam na vida cotidiana das pessoas e coletividades. Por isso, sua relevância ultrapassa a ação pontual e se pilariza como um compromisso ético, político e pedagógico, indispensável à consolidação de uma proteção social democrática, universal e comprometida com a dignidade humana.

Para Assistentes Sociais que sejam compromissados com o PEPP do Serviço Social e com o Código de Ética (1993), uma das questões mais importantes é o tratamento dado às pessoas usuárias. É preciso que se desvencilhe de qualquer interpretação preconceituosa que possa prejudicar a interpretação dada à conjuntura vivida. Para isso, o pensamento freiriano pode auxiliar como conteúdo teórico-metodológico. A amorosidade, por exemplo, pode ser uma categoria reflexiva freiriana capaz de propor um trabalho baseado no respeito e na ética. Um entendimento de ser humano menos baseado em padrões sociais capitalistas e sim, na própria interpretação do sujeito a respeito dessa inserção social e o despertar para a criticidade, do seu ser e estar no mundo, do seu dizer o seu mundo, que está localizado nesse mundo coletivo.

O diálogo entre o pensamento freiriano e o trabalho social desenvolvido por Assistentes Sociais é profícuo quando se pensa na humanização, promoção de pessoas e engajamento político com as suas demandas. Tanto Freire quanto o Serviço Social querem também um outro mundo, não só humanização, querem a concretude de uma vida com dignidade para todos(as), pois se baseiam na crítica-dialética-estrutural especialmente, nesse contexto de estudo, diante do número de pessoas idosas e PCD que temos no nosso país.

Esse número de pessoas idosas tem sido crescente. É o que afirma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2012, s/p.) *apud* Oliveira (2024, s/p.), o Brasil ganhou 4,8 milhões de novos idosos, sendo um crescimento de 18% do grupo etário. A maior parte é composta por mulheres, com 16,9 milhões, enquanto os homens considerados idosos somam 13,3 milhões, totalizando assim mais de 30 milhões de pessoas com mais de 65 anos.

Ainda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2012, s/p.), *apud* Oliveira (2024, s/p.) até 2034, pessoas idosas devem atingir 15% da população brasileira, sendo este um sinalizador que deve ser respeitado pelas autoridades no desenvolvimento de políticas públicas para essa população.

De acordo com Oliveira (2024, s/p.) os dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE, no município de Três Lagoas havia 9.961 pessoas com 60 anos ou mais e 86.321 pessoas de 10 anos ou mais com algum tipo de deficiência. Em de abril/2022 fornecidos pelo Setor de Benefícios da Secretaria Municipal de Assistência Social, o município possui 1.003 cadastros ativos de pessoas idosas recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 1.186 cadastros ativos de PCD recebendo o mesmo benefício. No Cadastro Único, conforme dados de março/2022, há cadastrados no município 6.986 pessoas acima de 60 anos e 4.184 PCD.

Há que se referir ao tempo de promulgação dos estatutos para cada grupo social (pessoa idosa e PCD), sendo da pessoa idosa publicado em 2003 e de PCD, em 2015. Esta dissertação traz a perspectiva do conhecimento como dimensão transformadora, que também se assemelha com a de Freire, em que a realidade do(a) usuário(a) é desmistificada para que se torne um sujeito de direitos. Isso acontece durante as orientações sociais e os atendimentos realizados em domicílio. Com respostas às perguntas, que as pessoas usuárias tenham, até que novas questões surjam. Tornando-se um processo contínuo de reflexão.

Consoante às várias questões que são debatidas com os(as) usuários(as) dos serviços, sempre destacando o inacabamento humano como uma categoria analítica freiriana, o conceito de deficiência apresenta sua evolução de acordo com a Lei n. 13.146/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), quando se observou que a pessoa é mais importante que a deficiência que carrega, e por isso, o termo que se utiliza atualmente, PCD.

Pode-se observar as aproximações entre esses dois momentos da vida: deficiência e envelhecimento. Destaca-se que envelhecimento é um direito personalíssimo, pois a pessoa idosa na sua singularidade, durante o processo natural das transformações de vida não é estático, é dinâmico. O processo de envelhecimento é também heterogêneo, e a vulnerabilidade se dá pela condição de dependência, geralmente do(a) cônjuge ou parente mais próximo.

Nesse processo social que é o envelhecimento, Alves (2021) também destaca o Gerontariado, que se trata de um conceito que descreve a camada social de trabalhadores(as) idosos(as) no século XXI, que enfrentam a precarização, a exclusão do mercado de trabalho e a pobreza, misturando o estudo do envelhecimento (gerontologia) com o "precariado" (trabalhadores precarizados). Destaca a fragilidade de renda na velhice devido ao declínio

salarial e sistemas de seguridade enfraquecidos, tornando esses trabalhadores descartáveis e vulneráveis, apesar de sua experiência.

De acordo com Antunes e Alves (2004), o envelhecimento da classe trabalhadora no modo de produção capitalista no século XXI é fragmentado e heterogêneo, pois situa-se na era da globalização do capitalismo. Nesse processo, ocorre uma perda significativa de direitos em sintonia com a destruição metabólica do capital, que tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de desemprego, subemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham.

Nesse contexto de precarização do trabalho, as mulheres, os(as) mais jovens e os(as) idosos(as) foram excluídos do mercado de trabalho. Na dinâmica do gênero, o trabalho das mulheres era considerado inferior ao dos homens e também ao que se trata sobre seus direitos. Devido às grandes mutações tecnológicas e organizacionais de gestão afetaram o mundo do trabalho, que cada vez mais se submeteram à lógica do capital. Os(as) mais jovens são excluídos(as) na idade de entrar no mercado de trabalho, sem perspectiva de emprego, acabam engrossando as filas de trabalhos precários. Paralelo a esses dois grupos, os(as) idosos(as) são excluídos(as) pelo capital com idade próxima aos 40 anos, dificilmente conseguem reingresso ao mercado de trabalho, o que desemboca na inclusão precoce e criminosa ao mercado de trabalho de crianças, nas mais atividades produtivas.

Apesar do público alvo do SPSB em Domicílio não estar no mercado de trabalho, por se tratarem de pessoas em situação de enclausuramento, não acesso às políticas sociais e não vínculos familiares comunitários, faz-se importante, entender o contexto que contribuiu para a situação de vulnerabilidade social das pessoas idosas e PCD anterior ao enclausuramento, além disso, percebe-se também as contradições entre o que está posto nos marcos legais e na realidade da pessoa idosa que é tratada como excluída, invisível ou descartável. Apesar das leis apresentarem pressupostos para o enfrentamento do processo de envelhecimento, pois estão ancorados em diferentes dispositivos legais que fundamentam o trabalho social com pessoas idosas, tais como PNAS, na Política Nacional do Idoso, Lei n. 8.842/1994 e Estatuto do Idoso, por meio da Lei n. 10.741/2003, em termos de sobrevivência no modo de produção capitalista, o que existe é uma vida em termos de mínimos sociais para as situações de vulnerabilidade social, o que não dá conta de suprir as necessidades vitais da existência humana nessa faixa etária, com dignidade.

Em linhas gerais, apresentou-se as relações entre as competências profissionais do(a) Assistente Social e as categorias freirianas eleitas para esta etapa: prática dialógica, amorosidade e humanização. Os momentos teóricos estavam nivelados, ambos os referenciais,

buscavam a transformação social, utilizando principalmente o diálogo, ou prática dialógica fundamentado nas características de humanização, para que a revolução social ocorresse.

De outro modo, o movimento de reconceituação do Serviço Social ocorreu em um processo de redemocratização equiparado ao período de criação das obras freirianas. Assim:

O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. Esta possibilidade, porém, em lugar de matar ao homem dialógico a sua fé nos homens, aparece a ele, pelo contrário, como um desafio ao qual tem que responder (Freire, 2013, p.81).

Destarte, o autor entende que a libertação dos oprimidos se tratava de um desafio. A alienação decorre do fato de as pessoas usuárias não estarem preocupadas com uma leitura crítica do seu processo de libertação. Esse pensamento está contextualizado na exploração do trabalho, expropriação da mais valia pelo capitalista, pois o(a) trabalhador(a) nada mais tinha a vender, a não ser sua força de trabalho por baixos salários outras pessoas usuárias, não possuem nem isso, estão à margem da sociedade, sem emprego, excluídos de todos os acessos necessários a uma vida digna. O excedente do trabalho é transformado em lucro no modo de exploração capitalista.

Nesse sentido da reflexão, destaca-se que, todo escopo de fundamento do trabalho do Serviço Social fundamenta-se em características transformadoras e reflexivas, demonstra-se o engajamento profissional no enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Ambos os referenciais, freiriano e do Serviço Social, possuem articulações relevantes e serem trazidas à reflexão especialmente diante de dimensões relevantes para o trabalho do(a) Assistente social: debate técnico-operativo²⁴, teórico-metodológico²⁵ e ético-político²⁶.

No âmago do referencial teórico freiriano, a humanização diz respeito a libertação das pessoas usuárias, frente às situações conflitantes e excludentes de suas vidas. De outro modo, se tratava de uma pedagogia que viria libertar pessoas que convivem com situações de opressão:

²⁴ De acordo com Guerra (1995), o Serviço Social trata-se de uma profissão investigativa e interventiva, cuja materialidade se constrói a partir de 03 competências articuladas entre si, são eles: conhecimentos teórico-metodológicos, compromisso ético-político e habilidades técnico-operativas. Nesse sentido, a dimensão técnico-operativa diz respeito aos elementos técnicos e instrumentais da profissão, que reúne a ação profissional do(a) Assistente Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais no qual está inserida.

²⁵ Para a mesma autora, é capacidade de apreensão e utilização/reflexão crítica da/sobre base teórico-metodológica que fundamenta a prática profissional do Serviço Social. A produção de conhecimento é intimamente relacionada com a realidade social em que assistentes sociais estão postos. Logo, ela contribuirá com a operacionalização da prática profissional do Serviço Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

²⁶Ainda, nas concepções de Guerra (1995), a dimensão ético-política orienta a prática profissional do Serviço Social. Ancorada no projeto ético-político profissional, que agrupa um conjunto de valores e objetivos ideológicos e políticos, como a superação do capitalismo, fim de todas as formas de discriminação, respeito à diversidade, compromisso com as classes subalternas, laicismo etc.

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um “tratamento” humanitaria, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua “promoção”. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção (Freire, 2013, p. 22).

O trabalho socioeducativo planta as sementes para a emancipação humana por meio da reflexão, se utiliza de uma pedagogia preocupada com uma educação como prática de liberdade, preocupa-se com o processo de humanização de pessoas e de grupos levados à desumanização. Para isso, o autor entende que as categorias diálogo e amorosidade se relacionam e podem ser importantes instrumentos da consolidação de trabalho educativo engajado na prática de liberdade: “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há, amor que a infunda” (Freire, 2013, p.45). Há que se trazer alguns apontamentos a respeito dos estigmas criados em relação ao trabalho com a pessoa idosa e PCD. Muitos profissionais têm preconceitos no trabalho com esses dois perfis e, realmente, precisa ter muita paciência para a construção de um diálogo próximo de uma compreensão e ter um repertório de informações pertinente a esse grupo. Destaca-se que colocar em prática um trabalho socioeducativo com amorosidade e amor ao ser humano visa as questões de ordem material, para acesso concreto às condições de vida.

Vale trazer a perspectiva freiriana sobre o ato de ensinar em si, que consta na sua pedagogia libertadora. Observa o autor que não se trata de repetir as palavras, todavia trata de utilizá-las para oportunizar a transformação social das pessoas usuárias. Um trabalho em domicílio requer tempo, dedicação e preocupação com cada pessoa atendida, o que nos leva a entender que prática profissionais tarefeiras e que demonstram quantidade, podem não surtir o efeito social esperado para o SPSB em Domicílio. Nas palavras de Freire (2013, p. 45), o autor demonstra essa relação de amor com seus educandos:

Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia de amor: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico (Freire, 2013, p.45).

A transformação social na perspectiva do autor, depende da conscientização e rompimento com as situações de exploração. O diálogo nesse entendimento pode ser um recurso valioso no trabalho profissional de Assistentes Sociais para oportunizar uma prática em que a

amorosidade enquanto um recurso técnico potencializa processo de mobilização consciente e transformação social não somente na pessoa idosa e PCD, mas na família de forma específica.

A instrumentalização das pessoas usuárias quanto ao conhecimento e à compreensão de seus direitos sociais ocorre por meio de processos reflexivos desenvolvidos nas oficinas socioeducativas, nas quais são problematizadas as condições concretas de vida e as formas de exclusão produzidas no interior do modo de produção capitalista. Essas reflexões possibilitam a leitura crítica da realidade, favorecendo o reconhecimento das pessoas usuárias como sujeitos de direitos, ainda que inseridas em uma sociabilidade marcada por desigualdades estruturais. Contudo, a intervenção profissional apresenta limites objetivos, tanto no que se refere à capacidade institucional de resposta, quanto ao alcance efetivo das ações junto às pessoas atendidas, especialmente quando consideradas as múltiplas determinações sociais que atravessam suas trajetórias de vida.

Nesse contexto, a análise coletiva das situações singulares vivenciadas pelas pessoas usuárias, considerando seus limites e possibilidades no mundo social, constitui-se como um exercício pedagógico relevante, ainda que circunscrito ao plano local e de intervenção em grupos e em famílias. As intervenções profissionais de ordem material e socioeducativa, embora orientadas por princípios éticos, técnicos e por uma perspectiva de esperança crítica, produzem transformações pontuais na realidade das pessoas usuárias, sem alcançar mudanças de caráter estrutural. Tal condição expressa a contradição inerente à Política de Assistência Social no capitalismo, na medida em que a lógica destrutiva do modo de produção vigente impõe restrições à ampliação de processos emancipatórios mais profundos, limitando as possibilidades de transformação social em sentido ampliado.

Deste modo: “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (Freire, 2013, p.45). Dessa afirmação, pode depreender que primeiramente conduz-se o trabalho profissional pela crença numa possível transformação social de pessoas para depois buscar um olhar técnico e científico capaz de subsidiar uma leitura ética da realidade social. Cabe destacar que o diálogo, amorosidade, a humanização e superação da opressão social, ou transformação social, são os pontos comuns entre os pressupostos do(a) Assistente social de forma geral e a correlação com a perspectiva freiriana.

4.2 Categoria freiriana de dimensão transformadora x diálogo

Pode dizer que há semelhanças entre a interpretação teórica do campo da ENE articulada com o SPSB em Domicílio a partir da categoria freiriana de dimensão transformadora x

diálogo? Esse questionamento se faz pertinente uma vez que a dimensão transformadora para Freire (1996), apresenta saberes necessários à prática educativa e afirma que: [...] nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção (Freire, 1996, p. 145-146).

Há que se ressaltar que, na leitura da teoria freiriana, quem não está acostumado(a) com a visão do autor pode interpretar o conteúdo como distante da realidade brasileira ou permeada de sentidos fantasiosos e irrealizáveis. Na citação acima, por exemplo, o autor destaca a necessidade das pessoas usuárias se reconhecerem como partícipes de sua própria história, frente às suas relações sociais e ao que produzem: “é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções” (Freire, 2013, p. 52).

O trabalho no SPSB em Domicílio consegue despertar a reflexão nas pessoas usuárias e fazer com que elas entendam que precisam assumir o protagonismo de suas vidas, mesmo em condições limitadas de assumir seu próprio protagonismo e na tentativa de mobilizar resistências frente ao processo de invisibilidade da pessoa idosa e PCD no contexto do modo de produção capitalista, que não viabiliza acessos, apenas de modo mínimo e pontual, engendra mais destruição e conflitos, e essa situação potencializa resistências de forma individualizada / fomenta conflitos.

A lógica do capital, cria a ilusão de que existe uma qualidade de vida voltada para o envelhecimento, mas não se trata da pessoa idosa, pobre, excluída e que está no âmago do processo de descartabilidade humana, porém refere-se à pessoa idosa do contexto neoliberal, aquela da “melhor idade”, termo recorrente utilizado para denotar gastos com passeios, esportes e outras possibilidades, que não são dadas aos vulneráveis, entretanto, as pessoas usuárias não se dão conta desse processo de exploração societária e como estão alienados dos modos de produção capitalista, ou seja, não se dão conta da supressão da vida, devido às práticas exclusivistas que advém do sistema, calcadas na exploração e dominação.

Assevera-se a importância sobre o pensamento freiriano apresentar a reflexão sobre a atividade social dos homens e das mulheres leva-nos a trazer outra categoria relevante, a de experiência existencial. O autor sempre associa a experiência com o adjetivo existencial para abordar a sensação de alienação e controle vividos pelas pessoas que estão em situação de opressão, aponta-se que a conscientização da situação objetiva de opressão vivida é oportunizada por meio do diálogo que, quer seja na escola ou em outros espaços de ENE, o

trabalho com a experiência existencial é ponto de partida para se problematizar as relações de dominação e opressão.

Ademais, observa-se que a experiência existencial forjadas por homens e mulheres que transitam socialmente para que haja evolução da sua realidade objetiva: “Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais” (Freire, 2013, p. 52). Deste modo, os seres humanos vivenciam processos de exclusão que os afetam de maneiras diferentes. Abordar a vivência dessa afetação se faz por meio do diálogo como prática que prevê a transformação social, ou melhoria de vida. Entretanto, entende-se que apenas o diálogo não é o único elemento que suficiente por si só para realização da transformação social, pois trata-se de um meio. Para esse nível de transformação requer concretude, que as pessoas usuárias não conseguem realizar esse tipo de ação/movimento, o dialogo sozinho, não dá conta. Requer fatores combinados no modo de produção capitalista. Apesar dessa reflexão tangenciar com a área da psicologia, aqui é enfatizado a intervenção do(a) Assistente Social, a base material, o MHD, ou seja, as contradições postas nesse contexto que sejam questões de ordem material.

Nesse sentido, a importância do diálogo está no processo de historicização das pessoas usuárias durante as suas experiências de vida material, de modo que se busque a consciência e a existência de se refazer no processo de vida humana a partir de sua leitura de mundo. Considera-se que a experiência existencial é um processo que perpassa todo o desenvolvimento humano independente de qual fase da vida e, com isso, em qualquer fase de estágio da consciência pode-se dizer que a experiência de existência é coletivizada, compartilhada, convivida, comunicada e mediatizada pela inserção no mundo: “A leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (Freire, 1983, p.11-12).

Vale acrescentar:

O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e; nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se. Vimos que, assim, a consciência se existência e busca perfazer-se (Freire, 2013, p.8).

Os seres humanos se constroem sujeitos inseridos em uma realidade social que os permite pensar e agir por meio da linguagem. A abordagem do pensamento freiriano para olhar o trabalho social desenvolvido no âmbito do SPSB em Domicílio permite-nos questionar a prática dialógica proposta para se propor ações de proteção social para pessoas idosas e PCD.

Além de se pensar na prática dialógica, a ética e o compromisso social devem embasar a conduta dos(das) Assistentes Sociais que vivenciam diariamente esse tipo trabalho, que em um dado momento, se torna exaustivo, devido ao agravamento das vulnerabilidades sofridas ao longo do tempo, por esse público. Assim, o(a) profissional necessita também exercitar a empatia, para além de uma escuta mecanizada, que se trata de apenas perguntar as mesmas coisas e não promove avanços em desvelar a realidade das pessoas usuárias. Para que essa escuta se torne realmente qualificada, requer ir além do aparente, contrapor as ideias, não de forma punitiva ou julgadora, contudo de formas contributivas que permite-nos olhar para a questão social vivida por essas pessoas no cenário social, observando como convivem, compartilham informações, experienciam a vivência de suas identidades sociais no contato com o seu grupo interpretado como família ou como sentem a ausência destes vínculos. Requer, neste caso, partir da interpretação que esses(as) sujeitos possuem da realidade social. Isso só se faz por meio do diálogo, trata-se de um movimento constitutivo da consciência, e para se atingi-la, é necessário a comunicação com o outro, ou seja:

O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Consciência do mundo, busca-se ela a si mesma num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro (Freire, 2013, p.9).

A dimensão transformadora das práticas educativas emancipatórias fundamenta-se no diálogo entendido, à perspectiva freiriana, como ato político e pedagógico capaz de favorecer a leitura crítica da realidade e a construção da cidadania. Esse horizonte encontra ressonância no Serviço Social, cuja intervenção se organiza pela análise das expressões da questão social e pela mediação das condições de vulnerabilidade vivenciadas pelas pessoas usuárias. A orientação para o acesso a direitos, ainda que produza mudanças graduais, reforça o caráter pedagógico da profissão e sua aposta na autonomia dos sujeitos como diretrizes apontadas no pensamento freiriano.

Os marcos normativos que estruturam o Serviço Social: Código de Ética (1993), Lei n. 8.662/1993, CF/1988, LOAS/1993, SUAS e PNAS (2005), configuram um campo institucional que, para além da regulação, possui clara dimensão formativa. O Projeto Ético-Político Profissional, ao afirmar a liberdade, cidadania, democracia e participação, aproxima-se dos princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH) e dialoga diretamente com práticas de ENE. Além disso, há que se ressaltar uma questão bastante contraditória no campo do SUAS

atualmente que é a reprodução de uma ação antidialógica que faz parte do histórico da assistência social como uma política social.

Refere-se ao tempo em que a assistência social caminhou na linha da caridade e da filantropia, predominando a pouca participação das pessoas usuárias e de suas famílias no processo de intervenção realizado por Assistentes Sociais. A prática antidialógica se fazia presente baseando-se inclusive em um movimento de colonização em que algumas pessoas se sentiam no dever de ajudar o próximo, mas uma ajuda que nem sempre obedecia rigorosamente a uma fiscalização, o emprego de orçamento, a profissionalização na realização do trabalho social e outras características próprias de um estilo autoritário estatal.

De modo contraditório ao ideal, a intervenção real com famílias ainda apresenta um caráter assistencial ou antidialógico no contexto da prática de Assistentes Sociais. Diferentes profissões e ocupações que desenvolvem o trabalho social com as famílias, tais como: Assistentes Sociais, Psicólogos(as), Educadores(as) Sociais e pedagogo(as) que atuam precisam superar a postura antidialógica. Para se ter uma noção, Freire (1967, p. 57), ponderou que o assistencialismo é marcado pela antidiálogia:

No assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e “domesticção” do homem. Gestos e atitudes. É esta falta de oportunidade para a decisão e para a responsabilidade participante do homem, característica do assistencialismo, que leva suas soluções a contradizer a vocação da pessoa em ser sujeito.

Esse tipo de prática assistencialista/antidialógica ocorre na contramão do que é preconizado no âmbito do SUAS. O CRAS materializa essas aproximações por meio de serviços socioassistenciais e socioeducativos direcionados às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Mesmo fora do sistema escolar, essas práticas assumem caráter pedagógico e problematizador, pois articulam reflexão e ação, fortalecem vínculos e impulsionam o acesso a direitos. A prática dialógica como predisposição para a transformação social do sujeito articula-se com a categoria mediação. Como realizar mediações para a transformação social, se opto por práticas antidialógicas no exercício do trabalho social com famílias? É um problema a se pensar, considerando que a predisposição para a transformação social advém de uma prática dialógica.

Daí a importância se buscar a mediação. De outro modo, pode-se dizer que, na mediação, há uma reciprocidade a ser valorizada no contexto do atendimento prestado no SPSB em Domicílio. Segundo o autor, o assistencialismo faz do sujeito um ser passivo e destituído de participar do processo de sua recuperação.

[...] o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha mais esta: a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção dos camponeses em torno do significado. Deste modo, o significado passa a ter a mesma significação para ambos. E isto se dá na comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até o outro (Freire, 1983, p. 46, grifo do autor).

Nesse sentido, os homens e as mulheres estão inseridos em uma realidade social que os permite pensar, agir e sentir. Desconsiderar essa atividade no mundo, é estar afeito à antidialogia. A experiência existencial não se faz no silêncio, mas na relação com um mundo mediada pela linguagem. Por conta disso, Freire (1967) entende que na prática dialógica não é possível tutelar os sujeitos e seus grupos como era feito em período não muito distante da nossa história, o das raízes coloniais. Assim, a antidialogia tem efeito na vida das pessoas, tornando-as passivas e sem atividade diante das desigualdades vividas, possuindo um vínculo com as raízes da dominação colonial que pensava e objetificava a experiência existencial.

Para ir na contramão de uma política de assistência social tutelar, Freire (2013, p. 25) pondera que “[...] é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também. Se esta crença nos falha, abandonamos a ideia, ou não a temos, do diálogo, da reflexão, da comunicação e caímos nos slogans, nos comunicados, nos depósitos, no dirigismo”.

4.3 Categoria freiriana de inacabamento humano x direitos sociais

O conceito de inacabamento humano para Freire (1996) se trata de um processo referente à sua adaptabilidade aos novos processos que possam surgir:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconhecem inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou essa educabilidade (Freire, 1996, p.57).

O inacabamento aponta para a valorização dos homens e das mulheres e a defesa dos sujeitos contra “toda forma de opressão, autoritarismo ou arbítrio” (CFESS, 1992, p. 3). Emprestando as palavras do Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais, as pessoas usuárias buscam se tornar conscientes, seja da sua própria realidade ou da exploração social que lhe são imputadas. O pensamento de Freire (1996) relaciona ética, consciência, transgressão e inacabamento:

O inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar ação a rigorosidade da ética e resvalar para sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão (Freire, 1996, p.58).

O inacabamento segundo o autor traz a consciência da ética, da autonomia e da dignidade, que as pessoas usuárias só conseguirão alcançar por meio da busca da consciência da própria exploração e a da necessidade de inclusão social. Para isso, o trabalho socioeducativo realizado pelo SPSB em Domicílio precisa amparar-se em elementos da prática dialógica como estratégia para conhecer e entender a realidade social vivida pelo sujeito a partir de sua inserção no contexto de vulnerabilidade social. Nem sempre a nossa visão padronizada de bem estar é a mesma interpretada pela pessoa usuária atendida. Essa reflexão crítica precisa estar experienciada também pelo profissional que atua com esse serviço.

O inacabamento humano para os(as) Assistentes Sociais está pautado na incessante luta por direitos sociais. Sabe-se que estes são frutos de lutas societárias, uma vez que as pessoas usuárias estão inseridas em uma sociedade excludente por natureza, devido à manutenção dos moldes capitalistas e produção e reprodução das situações de pobreza, por meio da exploração da pobreza, em detrimento do aumento da riqueza, o que gera o aumento contínuo das vulnerabilidades sociais. Nesse contexto, os direitos sociais não são acessados na sua totalidade e também não estão estabelecidos para toda a vida. Quando um direito é conquistado, vem a necessidade de acessar outro direito e assim sucessivamente. Marx (2013) afirmou que o Capitalismo alimenta o germe da destruição.

Ao mesmo tempo, verifica-se, que o enfoque da categoria freiriana de inacabamento humano se relaciona ao referencial do(a) Assistente Social, quando se observa que ambos os conceitos apresentados se referem à inconformidade incessante das pessoas usuárias buscarem seus direitos sociais. Com outras palavras, inacabamento e dialogicidade são tidos para ambas as correntes teóricas como uma possibilidade para acessar os direitos sociais, conforme foi verificado na teoria freiriana (1967, 1996 e 2013).

Nesse sentido das reflexões propostas, o diálogo se torna essencial, não como fim em si mesmo, porém como construção da dialogicidade, que envolve a prática da busca pela transformação social. A problematização da realidade vivida sob o enfoque da categoria inacabamento humana, permite revelar questões mais profundas das desigualdades sociais brasileiras. E, no caso de pessoas idosas e pessoas PCD, estamos falando de um grupo que tem aumentado em número de pessoa, demandando ações de proteção social que considerem a vivência de questões específicas do envelhecimento e da deficiência.

Partir de uma concepção de bem estar pronta e distante da realidade social vivida por essas pessoas, pode ir na contramão de uma prática dialógica. E, adotar uma prática dialógica no contexto do trabalho social do SPSB em Domicílio, refere-se a uma postura que questiona passividade, domesticação, adaptação, autoritarismo, imposição de verdades sobre o que é qualidade de vida às pessoas usuárias. Diante dessa afirmativa, leva-se em consideração a liberdade, como atributo fundamental do Código de Ética (1993), porém essa reflexão se amplia ao pensar nas condições de vida materiais das pessoas e viver com qualidade, significa nesse contexto, ter amplo acesso às políticas públicas, à infraestrutura que pode contribuir para sua situação de vulnerabilidade social em diferentes ciclos de vida (infância, maternidade ou velhice); em situações de pobreza; com necessidade de acessar a alimentação, moradia, saneamento básico, educação. A respeito da pessoa idosa com redução de mobilidade e da PCD, almeja-se diminuição das barreiras arquitetônicas, e de situações de discriminações que fragilizam ou rompem os vínculos familiares e comunitários.

Uma das maiores contribuições do pensamento freiriano para o SPSB em Domicílio pode estar nos equívocos acerca da corporificação de um modelo ideal do que ser um bom cidadão ou uma boa pessoa. O quadro abaixo (QUADRO 3) desmistifica esse tipo de equívoco, ao apresentar na fundamentação teórica freiriana repetições de termos que se articulam o trabalho social desenvolvido por Assistentes sociais no SPSB em Domicílio:

QUADRO 03 - Referencial Freiriano

| | Repetições |
|--|-------------------|
| Educação libertadora, Libertaçao, Autoritarismo, Alienação, História | 01 |
| Educação social, Ensino, Ambiente não-escolar, cidadania, emancipação, Transformação social, Direitos Humanos | 02 |
| Humanização | 03 |
| Dialogicidade, Inacabamento | 06 |
| Educação | 09 |
| Diálogo | 11 |
| Pedagogia social, Educação escolar | 17 |
| Educação não escolar, | 15 |
| Emancipação dos sujeitos, Docência, Democracia DCN 2006; | 0 |
| Ambiente educacional Realidade social Vulnerabilidade social Pedagogia critica Políticas educacionais Teoria educacional | 0 |
| Pratica dialógica Práticas socioeducativas Espaços socioeducativos | 0 |
| Ato político Educadores Engajamento político Melhoria social População vulnerabilizada, Educador (a) social | 0 |
| Educação popular Aprendizagem Educação do cotidiano Educação em Direitos Humanos Diversidade Direitos Relação de poder | 0 |
| Tradição humanista Fenomenologia hegeliana Personalismo cristão Existencialismo Sociedade Capitalista Opressão | 0 |
| Amorosidade Humanização Dimensão transformadora Oprimidos Dialética Conscientização | 0 |

Fonte: Elaboração própria (2025).

A partir do Quadro 03, observa-se que a presença recorrente de termos ligados à educação, diálogo, pedagogia social, humanização e emancipação não é aleatória, mas expressa a força de um horizonte freiriano que atravessa, mesmo quando não nomeado explicitamente, a prática educativa realizada por Assistentes Sociais do SPSB em contexto domiciliar. O fato de “educação não escolar”, “diálogo”, “educação social” e “emancipação dos sujeitos” figurarem entre os termos mais repetidos indica que a função socioeducativa vem sendo compreendida como algo que ultrapassa o caráter informativo e se constitui como prática política, relacional e transformadora.

Destaca-se que os níveis de “emancipação dos sujeitos” no cotidiano do modo de produção capitalista, são ínfimos ou inexistente. Pois onde não há emancipação humana, não há emancipação política. Frente à prática profissional observam-se contradições entre o que está escrito e discursado, e o que é vivenciado no cotidiano. As vulnerabilidades sociais estão expostas no território, o que torna as pessoas usuárias também vulneráveis.

Mesmo diante da contribuição latente da ENE, frente e diferentemente da educação formal, a ENE que se realiza no âmbito do SPSB em Domicílio ocorre no cotidiano, no território, nos espaços das casas e comunidades. Esses ambientes, marcado por vulnerabilidades, desigualdades e limitações de acessibilidade, demanda uma pedagogia situada, sensível às condições concretas de vida e capaz de produzir sentidos compartilhados sobre níveis de acesso aos direitos, à autonomia e à proteção social. É nesse solo que o pensamento freiriano se revela especialmente potente.

Freire (1967) concebe a educação como prática de liberdade, diálogo e consciência crítica, elementos que aparecem de forma incisiva no quadro, sugerindo que a ação dos(as) Assistentes Sociais se afina com a perspectiva de uma **educação humanizadora**, que recusa o assistencialismo e aposta na construção conjunta do conhecimento e da cidadania. (Grifo nosso)

O destaque ao “diálogo” reforça essa dimensão. No SPSB em Domicílio o diálogo não se reduz à técnica comunicativa; é mediação política que reconhece a palavra do sujeito, valoriza suas experiências e produz um ambiente de escuta qualificada capaz de romper com relações verticalizadas. Na realidade das pessoas idosas e das PCD, frequentemente silenciadas por práticas capacitistas²⁷ e paternalistas, o diálogo ganha ainda mais densidade porque se torna instrumento de humanização e de reconstrução da autonomia possível, mesmo diante de

²⁷ “Em linhas gerais, assim como o racismo e o machismo, o capacitismo é uma forma de nominar a opressão e discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência. O capacitismo atravessa e constitui as relações sociais, considerando sua relação com a lógica do sistema capitalista, que opera no sentido da busca e culto da padronização dos corpos funcionais, saudáveis, visando ao alcance de um corpo perfeito, belo, produtivo, sob os padrões culturais hegemônicos deste sistema” (CFESS/CRESS, 2023 p.81).

fragilidades funcionais, limitações de mobilidade ou dependências relacionadas ao ciclo de vida.

A forte recorrência de “pedagogia social²⁸”, “educação social” e “ENE” indica que a prática profissional vem sendo reconhecida como parte de um campo educativo ampliado. No domicílio essa pedagogia social se concretiza em ações como orientação sobre direitos, discussão sobre vínculos familiares, identificação de violências, incentivo à participação comunitária, fortalecimento da autonomia cotidiana e construção de caminhos para acessibilidade. Todas essas ações, quando lidas à perspectiva freiriana, deixam de ser meras “informações” e se tornam processos dialógicos de conscientização. Não se trata de ensinar conteúdos, mas de criar condições para que os sujeitos leiam criticamente sua realidade e possam agir sobre ela, dentro das possibilidades da sua condição social e corporal.

A presença de termos como “humanização”, “amorosidade”, “práxis²⁹” e “realidade social” revela outra convergência importante: a compreensão da prática socioeducativa como prática ética e política. No trabalho com pessoas idosas e PCD, humanizar é reconhecer singularidades, valorizar histórias, combater preconceitos estruturais e interpelar formas de violência naturalizadas, sobretudo violências domésticas, negligências e abandonos. A amorosidade, tão enfatizada por Freire (2013), não é romantização, mas postura radical de respeito e compromisso com o outro, condição necessária para que a educação em contextos de vulnerabilidade seja realmente transformadora, de modo que conduza à emancipação humana.

Outro aspecto central revelado pelo quadro é a articulação entre emancipação, cidadania e direitos humanos. A educação que o(a) Assistente Social realiza não tem fim em si mesma: ela se orienta à ampliação de capacidade de ação dos sujeitos, mesmo em situações de dependência ou limitação funcional. Em idosos e PCD, isso se expressa, por exemplo, quando a equipe apoia o sujeito na identificação de violências, na compreensão de suas possibilidades de escolha, na ampliação da convivência comunitária, no acesso a serviços intersetoriais ou na reivindicação de direitos como o BPC, adaptações de moradia, transporte ou acompanhamento protetivo. Em todos esses movimentos a prática educativa se torna uma forma de resistência ao que Freire (1967) chamaria de desumanização produzida por estruturas opressoras. Esses dados mostram o início do acesso à emancipação política, ao mínimo permitido pelo capitalismo.

²⁸ Disciplina da pedagogia

²⁹Para Marx (2013) refere-se à atividade prática e transformadora do ser humano, que une teoria e prática na busca pela emancipação social.

Assim, o quadro evidencia que a fundamentação teórica utilizada nas pesquisas analisadas revela um movimento teoria x prática de aproximação entre o Serviço Social e a pedagogia freiriana, sobretudo na atuação domiciliar. Essa aproximação não se dá por retórica, mas porque as condições concretas do trabalho exigem uma prática educativa que reconheça o sujeito como protagonista possível, mesmo quando a estrutura social insiste em colocá-lo na posição de objeto de cuidado ou controle. No SPSB em Domicílio, a ENE, ancorada na dialogicidade, torna-se ferramenta de ampliação de direitos, enfrentamento a violências e fortalecimento de vínculos, reafirmando o papel do(a) assistente social como educador(a) no campo da PSB.

Em síntese, a leitura crítica do quadro demonstra que a prática educativa do(a) Assistente social, quando atravessada pelo pensamento freiriano, se torna profundamente política, emancipatória e comprometida com a dignidade humana. E é justamente nesse entrecruzamento entre ENE, pedagogia social e ação profissional que se produz um cuidado com intencionalidade ideal transformadora para pessoas idosas e com deficiência: um cuidado que educa, liberta e humaniza.

Entretanto, a análise materialista evidencia a presença de contradições no interior do trabalho socioassistencial, na medida em que as aproximações entre cuidado, educação, libertação e humanização ocorrem de forma desigual e mediada por múltiplos limites. Tais limites dizem respeito, em parte, às condições objetivas e subjetivas das próprias pessoas usuárias, que podem apresentar restrições no processo de compreensão das reflexões propostas durante os acompanhamentos. Entre essas restrições, destacam-se as limitações físicas, frequentemente associadas a dores e adoecimentos que impactam a disponibilidade para o diálogo; as limitações emocionais e cognitivas, que atravessam o processo de reconhecimento do trabalho social em domicílio como um direito social, e não como uma concessão ou favor; e, ainda, as limitações de ordem política, que dificultam a apreensão do contexto coletivo e estrutural no qual tais sujeitos estão inseridos.

Nesse sentido, o reconhecimento de que a transformação social em sua totalidade está condicionada à alteração das estruturas societárias coloca em evidência os limites objetivos das intervenções realizadas no âmbito do SPSB em Domicílio. As mudanças observadas no cotidiano das pessoas usuárias, embora socialmente relevantes, permanecem referidas ao patamar dos mínimos sociais assegurados pelas políticas públicas, frequentemente insuficientes frente à complexidade das expressões da questão social. Assim, as transformações decorrentes do trabalho profissional tendem a se manifestar de forma pontual e individualizada, expressando a contradição própria das políticas sociais no capitalismo, que, ao mesmo tempo

em que ampliam a proteção social, encontram-se estruturalmente limitadas na promoção de mudanças de caráter ampliado e estrutural.

Diante do que já foi refletido, anteriormente, assevera-se que a categoria do inacabamento humano se relaciona com as necessidades das pessoas usuárias reconhecerem os seus próprios direitos sociais, como não definitivos, daí o imperativo de buscar a perspectiva transformadora, logo do inacabamento humano. A aproximação teórica do inacabamento humano em Freire (2013), no tocante da incompletude das pessoas usuárias, apresenta um pensamento abrangente e coletivo, quando prefere utilizar as categorias homens e mulheres, ao invés de usar apenas o termo homem.

Nesse sentido, os termos apresentados no quadro 03: educação social, ensino, ambiente não-escolar, cidadania, emancipação, transformação social, direitos humanos, humanização. São conceitos que mantêm massiva coerência com os apresentados pelo Serviço Social, pois esse defende um Projeto Ético Político Profissional, com a direção social da busca por uma nova ordem societária, em defesa da cidadania, democracia, participação, entre outros valores.

O Serviço Social apresenta uma nova proposta de trabalho junto à categoria, assume o compromisso com a luta geral dos trabalhadores, realiza a revisão das diretrizes curriculares, do Código de Ética, aprova a lei de regulamentação da profissão, dando visibilidade ao trabalho profissional, que tem atuação significativa junto às políticas públicas, especialmente na década de 1980 e 1990. O contexto desse período contribuiu para a construção do Projeto Ético-Político da Profissão, que busca nortear e dar direção ao trabalho profissional. Destaca-se também nesse período, o avanço da categoria no âmbito da produção de conhecimentos, dos cursos de Pós-graduação, contribuindo para o fortalecimento da profissão e da categoria (Cintra, 2017, p.31).

Para Cintra (2017), nessa perspectiva, a política de assistência social constitui um importante campo de trabalho para o(a) Assistente social, juntamente a outros profissionais de nível médio e superior. Em todos esses casos, é possível entender que a dinâmica do trabalho social proposto é compartilhada entre as diferentes categorias profissionais. Afirma que:

O profissional deve ser vigilante para não se distanciar de suas referências teórico-metodológicas no trabalho cotidiano, especialmente na política de assistência social, considerando as orientações e normativas oriundas dessa política. A apreensão desta realidade em que está inserido é fundamental para o trabalho profissional, bem como na defesa dos direitos sociais da população (Cintra, 2017, p.31).

Ainda nas palavras de Cintra (2017), a importância da participação do(a) Assistente Social nesta política é inconteste, especialmente na regulamentação da LOAS, na PNAS e na formatação do SUAS em um novo modelo de proteção social. No entanto, é importante esclarecer que o Serviço Social não se traduz em exclusividade da política assistência social.

Além disso, Freire (2013) afirma que educar é um ato político, aponta o papel dos(as) educadores(as), o qual deveriam ter engajamento político, defende a melhoria social à população vulnerabilizada. Tais questões também são objeto de intervenção do Serviço social, assim como se ter direcionamento e engajamento político, frente às questões postas na dinâmica social, que tangem à discriminação seja de raça, cor ou sexo que deflagra em demandas para enfrentamento do(a) Assistente Social, com vários desdobramentos verificados na atualidade, como criminalização da pobreza, dos movimentos sociais ou do público LGBTQIA+³⁰.

O(a) Assistente Social possui como uma das dimensões profissionais, a ético-política, que evidencia seu caráter ético e tem permeado a profissão no sentido de não permitir a discriminação de qualquer natureza e cumprimento do Código de Ética de 1993, Projeto Ético Político Profissional e a Lei que regulamenta a profissão. Trata-se de uma profissão com moldes educativos, emancipatórios, voltada para as camadas populares.

No SPSB no Domicílio, o recorte situacional tratou-se da pessoa idosa e PCD, como pessoas usuárias deste serviço. Para a Organização Mundial de Saúde (2023) – (OMS), a pessoa idosa nos países desenvolvidos trata-se da pessoa com 65 anos ou mais, e no Brasil, 60 anos ou mais. Destaca-se que o envelhecimento no Brasil é heterogêneo e desigual. Entende-se que, para Munanga (2006), tal condição provém da desigualdade social que se encontra no Brasil, com atravessamentos de raça, cor, sexualidade e gênero.

Para a PNAS, 8,4% da população que apresentam deficiências e 48,5% eram pessoas idosas, à perspectiva da lei n. 13.146/2015, as pessoas idosas e com deficiência são as que têm maior fragilidade diante de outros grupos da sociedade. Tais fragilidades podem se relacionar ao ciclo de vida como crianças, adolescentes e pessoas idosas, às deficiências, e às condições sociais, culturais, econômicas, educacionais e de saúde que afetam tais populações.

Para se ter uma noção dos desdobramentos da perspectiva freiriana no âmbito do trabalho desenvolvido por Assistentes sociais no SPSB em Domicílio, convém mencionar as orientações técnicas para essa modalidade de proteção. Durante o trabalho realizado no SPSB no Domicílio, a acolhida propicia o diálogo, por meio da confiança e vínculo estabelecido com os(as) usuários(as), depois é realizada a escuta qualificada, que pode criar espaço para a mobilização da cidadania, com o reconhecimento de direitos e deveres.

³⁰ O significado das siglas são: L: lésbica; G: gay; B: bissexual; T: transgênero; Q: queer; I: intersexo; A: assexual; +: representa outras identidades e orientações não especificadas.

Nesse sentido, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2023)³¹ – (MDS) são realizadas as seguintes ações de cidadania: a) sensibilização e difusão da informação; b) organização de campanhas de conteúdo socioeducativo; c) programação sobre datas temáticas; d) discussão e difusão de informações; e) reconhecimento das redes; f) interpretação e difusão do serviço; g) mobilização das famílias e das pessoas inseridas no serviço; h) realização de rodas de conversa.

Ainda de acordo com Brasil (2023), os encontros ou acompanhamentos devem ser periódicos, semanais ou quinzenais e propiciam: a) troca de vivências, aprendizados e experiências; b) aprimoramento dos cuidados e dos apoios; c) ampliação e cooperação de situações novas; d) cooperação e o desenvolvimento de novas habilidades; e) construção de consciência coletiva e solidária; f) conhecimento e reconhecimento das redes de apoio existentes; g) diálogos sobre angústias, medos e dificuldades; h) o estabelecimento da confiança e do vínculo aumentam.

A respeito da educação popular para Freire (1996; 2013) afirma que estava na aprendizagem relacionada aos elementos do cotidiano, ele os chamava de “termos geradores”, a sua educação aos adultos era pautada nos direitos humanos, na conscientização política para romper as relações de poder, no âmago do capitalismo, devido às situações de opressão e exploração dos oprimidos, ou dos pobres/excluídos.

Diante do exposto acima, é fulcral observar que os(as) Assistentes Sociais que atuam no SPSB no Domicílio, podem se beneficiar do ensino nos moldes freirianos, como metodologia possível e aplicável durante oficinas e atendimentos, com certa adaptabilidade ao contexto proposto. Destaca-se que esse trabalho mencionado oportuniza direitos sociais às pessoas usuárias do serviço, entende-se que esses moldes de formação freiriana podem ser disseminados, devido à sua contribuição verificada no trabalho realizado pela Assistente Social que atua no CRAS Interlagos, como metodologia possível, o que não invalida a análise de cunho materialista.

Não se pode deixar de mencionar que utilizar esse tipo de instrumentalidade³², que faz parte de um contexto maior, o da diversidade social e da pedagogia, e emancipação política, da busca por condições mais dignas de vida, por meio dos direitos sociais, oportunizados às

³¹ Durante o curso de qualificação profissional para atuação no SPSB no Domicilio. Oportunizado por Wellington Dias- Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome.

³² Para Guerra (1995) refere-se à capacidade teórico-prática do(a) Assistente Social para atender às demandas do cotidiano profissional e alcançar os objetivos sociais. Envolve a escolha de instrumentais como entrevista, visita domiciliar ou reunião, utilizados para conhecer e transformar a realidade social. De outro modo, é uma habilidade profissional que permite ao profissional realizar ações planejadas e eficazes na intervenção social.

pessoas usuárias, entretanto também está no centro dos embates das relações de poder, que é pertinente ao contexto capitalista.

A obra de Freire dialoga na fonte da Fenomenologia hegeliana, daí sua relação estreita com o Serviço Social, nos tempos idos de desenvolvimento das matrizes de pensamento profissional, esta matriz de pensamento está em diálogo constante com o Serviço Social, que se utiliza da categoria diálogo. Assumiu o marxismo como corrente teórica desde a intenção de ruptura, incorporou à prática profissional a matriz crítica, por meio da teoria marxista, de modo hegemônico, no desenvolvimento da profissão, com amplo processo de sincretismo³³. A respeito da gênese e reconceituação do Serviço Social, sua historicidade de transformações sociais, políticas e ideológicas, e reconceituação profissional não cabe nesta pesquisa, por ser um assunto muito amplo.

A Sociedade Capitalista tanto para matriz freiriana, como para os(as) Assistentes Sociais, se trata do campo maior de atuação, no limiar das expressões da “questão social”, quando surgem as demandas sociais em sua complexidade, uma delas, se trata da opressão social. E a sua transformação foi amplamente defendida por ambos os referenciais, e a sua supressão seria realizada por meio de uma prática dialógica para alcançar a dimensão transformadora. Freire (2013), utilizava a categoria, oprimidos, e o serviço social excluídos, e ambos seriam libertos dessa condição de opressão por meio da dialética.

Aqui perfaz incluir um adendo, a dialética de Freire era a hegeliana e aquela utilizada como referencial teórico do serviço social é a marxista. Ambas correntes teóricas defendiam a conscientização social, fim da exploração social. Por meio do processo reflexivo, derivado do diálogo, com o objetivo de atingir a transformação social, a desalienação, que frente do contexto profissional do Serviço Social requer aprofundamento, daí a dimensão teórico-metodológica, que dialogada com o referencial freiriano.

A organização do Quadro 04, evidencia um esforço de síntese e articulação entre duas grandes dimensões conceituais identificadas no *corpus* da pesquisa: o inacabamento humano, derivado do referencial freiriano, e os direitos sociais, fundamentados no projeto ético-político do Serviço Social e nas normativas das políticas públicas.

³³ O termo significa prática indiferenciada dos(as) Assistentes Sociais “[...] o sincretismo da prática aparece no âmbito da produção de conhecimento (como tendência) como ecletismo, ou seja, como coletânea acrítica de teorias, categorias e conceitos por vezes contraditórios, tudo em nome da captura de fragmentos de teoria que sejam capazes de explicar, também fragmentariamente, a realidade setorial com que se defronta o profissional, sem uma preocupação fundamental quanto às suas consequências ideopolíticas” (Souza, 2014, p. 535).

QUADRO 04: Cruzamento de dados: inacabamento humano x direitos sociais

| Perspectivas freirianas | Dimensões da intervenção profissional |
|---|---|
| Educação social, Ensino, Ambiente não-escolar, cidadania, emancipação, Transformação social, Direitos Humanos, Humanização | Projeto ético político profissional, Cidadania, Democracia, Participação, CRAS, Assistência Social, Serviços socioassistenciais |
| Ato político, Educadores, Engajamento político Melhoria social População vulnerabilizada, Educador (a) social | Dimensão ético-político |
| Educação popular, Aprendizagem Educação do cotidiano, Educação em Direitos Humanos, Diversidade, Direitos, Relação de poder | Dimensão técnico operativa |
| Fenomenologia hegeliana, Sociedade Capitalista, Opressão, Dimensão transformadora, Oprimidos, Dialética, Conscientização | Dimensão teórico-metodológica |

Fonte: Elaboração própria (2025).

O quadro acima opera como um dispositivo analítico que cruza categorias provenientes da educação crítica e emancipadora freiriana com os eixos estruturantes da prática profissional na Assistência social, permitindo visualizar como ambas se entrelaçam na atuação cotidiana dos(as) Assistentes Sociais do SPSB em Domicílio.

No lado esquerdo, agrupam-se termos associados à perspectiva freiriana e à ENE, tais como *educação social, ambiente não escolar, emancipação, humanização, educadores(as), engajamento político, educação popular, aprendizagem no cotidiano, direitos humanos, diversidade, opressão, conscientização*. Esses termos apontam para a compreensão de que o processo educativo é constitutivamente político, situado, relacional e produzido nas práticas sociais concretas, especialmente nos territórios marcados pela desigualdade. O conjunto expressa a ideia de “inacabamento humano”, isto é, a compreensão de que sujeitos estão em permanente formação e que a intervenção educativa busca ampliar consciência, autonomia e capacidade de participação social.

No lado direito, aparecem os termos vinculados às três dimensões clássicas da intervenção profissional: dimensão ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Palavras como *projeto ético-político, cidadania, democracia, participação, CRAS, serviços socioassistenciais* situam o trabalho do(a) assistente social no âmbito dos direitos sociais e da proteção social brasileira, reforçando o compromisso com a universalidade, a equidade e a participação social. Já as dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica lembram que a ação educativa não se reduz à postura ética, mas envolve métodos, técnicas, referenciais teóricos e mediações institucionalizadas.

Assim, o quadro está organizado de modo a evidenciar que a prática socioeducativa no SPSB em Domicílio só pode ser compreendida segundo a articulação entre:

1. Uma concepção de ser humano como sujeito inacabado, em processo de formação, que aprende no cotidiano e constrói consciência crítica mediante diálogo e participação;
2. Um projeto profissional orientado pelos direitos sociais, que demanda competências éticas, políticas, técnicas e teórico-metodológicas para assegurar proteção social e fortalecer a cidadania.

Ao cruzar essas duas dimensões, o quadro demonstra que a atuação do(a) Assistente Social não é nem exclusivamente pedagógica nem exclusivamente normativa, mas integra ambas de forma indissociável. A educação popular e a dialogicidade freiriana tornam-se fundamento para a dimensão ético-política; a leitura da realidade e da opressão subsidia a dimensão teórico-metodológica; e o trabalho educativo no cotidiano do domicílio concretiza a dimensão técnico-operativa.

Desse modo, a organização do quadro sintetiza a tese central de que a prática educativa do Serviço Social é uma prática de promoção de direitos, e que os direitos sociais só se realizam plenamente quando acompanhados de processos formativos que produzam consciência, autonomia e participação crítica, especialmente entre populações vulnerabilizadas como pessoas idosas e PCD atendidas pelo SPSB. E isso estão nos meandros da emancipação política apenas, ainda de forma muito frágil e incipiente

Destaca-se que, a prática dialógica aparece em todos os itens de análise de categoria e se torna uma via de mão dupla, e se aproxima da dimensão transformadora, focado na melhoria de níveis de vida da pessoa usuária, no contexto do modo de produção capitalista, que podem ser observados conforme os dados coletados sobre o trabalho do SPSB em Domicílio, que desenvolvia nesta linha de atuação durante o ano de 2023, conforme Oliveira (2024), eles revelam que os acompanhamentos realizados tiveram impactos sociais na vida desses sujeitos, dentre os quais pode-se destacar: a) Conhecimentos sobre direitos sociais e acesso quanto ao usufruto destes; b) Aumento de eventos que possibilitam o fortalecimento de vínculos com a comunidade e com as famílias, aumento da socialidade e inserção em atividades da rede socioassistencial e c) Diminuição de institucionalização dessas pessoas em residência inclusiva e instituições de longa permanência (ILPI).

Por fim, foi verificado que as categorias freirianas, em relação ao referencial do(a) Assistente Social, e percebeu-se que os conceitos se relacionam e a análise mostrou isso. Além de contribuir para ajudar a entender as reflexões necessárias para responder aos objetivos da pesquisa, bem como a problematização posta.

4.4 Relatório final da análise em categorias

A análise desenvolvida ao longo das categorias evidenciou que há aproximações consistentes entre o pensamento freiriano e a prática socioeducativa realizada por Assistentes Sociais no SPSB em Domicílio. Tanto na Pedagogia da Autonomia quanto na Pedagogia do Oprimido, Freire (1996; 2013) apresenta um conjunto de princípios: diálogo, amorosidade, humanização, inacabamento humano e dimensão transformadora que, embora pertençam originalmente ao campo da Pedagogia, podem ser apropriados metodologicamente pelo Serviço Social, fortalecendo sua atuação no serviço analisado com práticas pedagógica do campo da ENE articulados com as práticas voltadas à garantia de direitos.

Os valores defendidos por Freire (1996; 2013), tais como liberdade, ética, emancipação e compromisso com os grupos historicamente oprimidos, encontram correspondência direta no Código de Ética do(a) Assistente Social e no Projeto Ético-Político Profissional, que conferem à profissão uma orientação emancipadora e crítica. Assim, mesmo que o Serviço Social e a Pedagogia possuam trajetórias teóricas distintas, ambos compartilham um horizonte de transformação social que se materializa principalmente pela via do diálogo enquanto prática pedagógica e política. A transformação social verificada nessa dissertação se refere à melhoria de vida, pois sua materialidade tem caráter protetivo, provisório e nem sempre consegue atingir mudanças estruturais.

Além disso, o trabalho de pedagogos(as) e educadores(as) sociais estão reconhecidos como ações que fazem parte do trabalho social desenvolvido com famílias e seus membros no âmbito do SUAS. Uma relação que se permeia interdisciplinar, conforme diretrizes e orientações técnicas do SPSB em Domicílio.

A prática profissional no SPSB revelou que o diálogo é mais do que um procedimento metodológico. Trata-se de uma postura ética que reconhece o outro como sujeito e que possibilita, ainda que em pequena intensidade, a construção de consciência crítica frente às desigualdades estruturais que afetam a experiência existencial. Tal concepção está alinhada à perspectiva freiriana de que o diálogo é o caminho para a humanização e para o enfrentamento das múltiplas expressões da opressão e da questão social. Ao orientar as pessoas usuárias sobre os seus direitos sociais, fomentar sua autonomia e promover reflexões sobre suas condições de vida, o Serviço Social atua dentro de uma lógica de educação libertadora, ainda que em contextos marcados pela precarização e pela complexidade das demandas sociais.

A categoria do inacabamento humano também se mostrou fundamental para compreender a dinâmica socioeducativa do SPSB. Entender homens e mulheres como sujeitos

inacabados significa reconhecê-los como capazes de aprender continuamente, de refletir e de transformar a própria realidade. Essa concepção fundamenta a missão socioeducativa da assistência social, que busca promover inclusão, diminuir vulnerabilidades e ampliar o acesso a direitos, não como ações assistencialistas, mas como processos formativos inseridos no cotidiano dos territórios. Nesse sentido, as práticas do SPSB em Domicílio dialogam profundamente com a Educação Popular, ao considerar as pessoas usuárias como protagonistas de suas histórias e ao propor ações que articulam orientação, reflexão e participação social.

Apesar das aproximações, a análise também identificou tensões teóricas importantes. Enquanto a dialética que sustenta o pensamento de Freire está mais próxima da tradição hegeliana, o Serviço Social se fundamenta majoritariamente na dialética marxista. Contudo, essa diferença não impede interlocuções fecundas; ao contrário, evidencia que ambos compartilham uma visão crítica da sociedade capitalista e reconhecem a necessidade de atuação transformadora junto às classes subalternizadas. Assim, ainda que partam de referenciais distintos, encontram pontos de convergência significativos no compromisso com a emancipação humana e com a justiça social.

Em síntese, o estudo demonstrou que a articulação entre Serviço Social, ENE e pensamento freiriano não apenas é possível, como expressa uma potência formativa presente nas ações desenvolvidas no SPSB em Domicílio. As categorias analisadas confirmam que a intervenção profissional não se limita ao repasse de informações ou ao acompanhamento burocrático, mas constitui um espaço educativo que promove vínculos, desperta consciência crítica e impulsiona processos de inclusão social. Com isso, reafirma-se que o diálogo, a humanização e a busca pela transformação, defendidos por Freire (1996; 2013), encontram campo fértil na prática cotidiana do(a) Assistente Social, contribuindo para o fortalecimento de uma atuação comprometida com os direitos humanos e com a democratização da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar as contribuições do pensamento teórico de Paulo Freire nas práticas de ENE realizadas por Assistentes Sociais no âmbito do SPSB em Domicílio para pessoas idosas e PCD. Para tanto, foram definidos como objetivos específicos: analisar as relações entre ENE, SPSB e as categorias freirianas de prática dialógica, amorosidade e humanização articuladas às competências profissionais do(a) assistente social; evidenciar as aproximações entre a ENE no SPSB a partir da categoria freiriana de dimensão transformadora em diálogo com a prática profissional; e discutir a inclusão social sob o enfoque da categoria de inacabamento humano articulada aos direitos sociais.

O problema de pesquisa que orientou o estudo questionou de que modo a perspectiva freiriana contribui para a prática de assistentes sociais em serviços de ENE no contexto do SPSB em Domicílio voltado a pessoas idosas e PCD.

A investigação adotou abordagem qualitativa, ancorada no materialismo histórico-dialético e no referencial freiriano, com base em pesquisa bibliográfica e documental. O percurso metodológico envolveu o levantamento e análise crítica da produção científica sobre ENE, pensamento freiriano e SPSB em Domicílio, bem como a sistematização de documentos normativos da Política de Assistência Social, especialmente a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas para o SPSB em Domicílio. Complementarmente, foi realizada análise temática, conforme Cellard (2008) e Jara (2006), a partir das categorias freirianas de diálogo, dimensão transformadora, amorosidade, humanização, inacabamento humano e direitos sociais, articuladas à prática profissional desenvolvida no CRAS Interlagos, no município de Três Lagoas/MS.

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que o pensamento freiriano constitui um referencial teórico-metodológico potente para a compreensão e qualificação das práticas socioeducativas desenvolvidas no âmbito do SPSB em Domicílio. As categorias de diálogo, amorosidade e humanização mostraram-se centrais para a condução de atendimentos que valorizam a escuta qualificada, o respeito às singularidades e o reconhecimento das pessoas usuárias como sujeitos de direitos, e não como meros receptores de benefícios. Nesse sentido, o trabalho profissional orientado pelo conhecimento de práticas de ENE e pela pedagogia freiriana contribui para a ampliação do acesso à informação, para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e para a construção de processos reflexivos sobre a realidade vivida.

A análise da categoria de dimensão transformadora, em diálogo com a prática do SPSB em Domicílio, evidenciou que as transformações produzidas pelo trabalho socioassistencial se

materializam predominantemente em uma escala microssocial. Tais transformações manifestam-se na ampliação da autonomia relativa das pessoas usuárias, no fortalecimento de sua consciência acerca dos direitos sociais e na ressignificação de experiências marcadas por isolamento, exclusão e violação de direitos. Contudo, os achados confirmam que essas transformações permanecem limitadas pelas contradições estruturais do modo de produção capitalista, não configurando mudanças de caráter estrutural ou societário.

No que se refere à categoria de inacabamento humano articulada aos direitos sociais, os resultados indicam que o SPSB em Domicílio se constitui como espaço privilegiado para a construção de práticas educativas que reconhecem a historicidade, a incompletude e o potencial de aprendizagem permanente das pessoas idosas e PCD. Ao deslocar o foco exclusivo da vulnerabilidade para as potencialidades, saberes e trajetórias de vida, o trabalho socioeducativo contribui para a afirmação da dignidade humana e para a promoção da emancipação política, entendida como ampliação do acesso à cidadania e aos direitos sociais. Ainda assim, a pesquisa evidencia que a compreensão crítica do contexto coletivo e das determinações estruturais que produzem a exclusão social nem sempre se efetiva plenamente, em razão de limites objetivos e subjetivos presentes no processo de acompanhamento domiciliar.

No contexto do modo de produção capitalista, pessoas idosas e PCD tendem a ser socialmente posicionadas sob a lógica da descartabilidade, na medida em que suas existências são frequentemente avaliadas a partir de critérios de produtividade, eficiência e capacidade de inserção no mercado de trabalho. Tal racionalidade produz processos de desvalorização simbólica e material desses sujeitos, que passam a ser percebidos como excedentes sociais, onerando sistemas de proteção e sendo, muitas vezes, relegados a condições de isolamento, invisibilidade e negação de direitos.

Essa dinâmica se expressa de forma concreta nas trajetórias marcadas por rupturas de vínculos, restrição de acesso a políticas públicas e naturalização da dependência, evidenciando que a exclusão vivenciada por pessoas idosas e PCD não decorre de suas condições individuais, mas de uma sociabilidade que subordina a dignidade humana à lógica da acumulação. Nesse sentido, o SPSB em Domicílio, ao reconhecer esses sujeitos como portadores de direitos e saberes, tensiona, ainda que de forma limitada e em pequenas proporções de sujeitos e grupos, essa lógica de descartabilidade, reafirma a centralidade da vida, da proteção social e da humanização frente às determinações exclucentes do capitalismo.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o fortalecimento do diálogo entre o Serviço Social, a Educação Popular e a ENE, reiteram a centralidade da dimensão educativa na prática profissional do(a) Assistente Social. Ao evidenciar a atualidade do pensamento freiriano

no contexto das políticas sociais, o estudo reforça a pertinência de categorias como diálogo, conscientização, humanização e práxis para a análise crítica das intervenções socioassistenciais. Ademais, a articulação entre Freire e o MHD possibilita compreender os limites e potencialidades das políticas sociais no capitalismo, evitando leituras idealizadas ou voluntaristas acerca do alcance das práticas profissionais em especial as de caráter dialógico.

No plano prático, os resultados apontam para a relevância da ENE como estratégia transversal no SPSB em Domicílio, especialmente no enfrentamento do isolamento social e na ampliação do acesso a direitos por parte de pessoas idosas e PCD. As práticas socioeducativas analisadas demonstram que o domicílio, enquanto território de vida, memória e afetos, demanda do(a) Assistente Social uma postura ética, dialógica e humanizada, capaz de articular proteção social, orientação sobre direitos e processos reflexivos. Contudo, a pesquisa também evidencia desafios significativos, como a sobrecarga de trabalho das equipes, a insuficiência de recursos humanos e materiais, a ausência de serviços intermediários na rede socioassistencial e a fragilidade dos investimentos em formação continuada.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o fato de a pesquisa estar circunscrita a uma análise documental e bibliográfica, articulada à experiência profissional em um único território. Embora tal recorte permita aprofundamento analítico, ele limita a generalização dos resultados para outros contextos do SUAS.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação empírica sobre o SPSB em Domicílio, incorporando metodologias participativas que deem maior centralidade às narrativas das pessoas idosas e PCD atendidas pelo serviço. Recomenda-se, ainda, a realização de estudos comparativos entre diferentes municípios, bem como análises sobre os impactos da formação continuada dos(as) Assistentes Sociais na qualificação das práticas socioeducativas. Outra agenda relevante refere-se à investigação das articulações intersetoriais entre Assistência Social, Saúde e Educação, especialmente no que diz respeito à construção de respostas integradas às situações de isolamento e vulnerabilidade social.

Conclui-se que a articulação entre o pensamento freiriano, a ENE e o Serviço Social no âmbito do SPSB em Domicílio ratificam o compromisso ético-político da profissão com a defesa dos direitos humanos, da cidadania e da emancipação humana, ainda que reconhecendo os limites impostos pelas estruturas sociais vigentes. A dissertação contribui, assim, para o aprofundamento teórico e crítico das práticas socioassistenciais, oferecendo subsídios para a qualificação do trabalho profissional e para a construção de políticas públicas mais sensíveis às singularidades e potencialidades das pessoas idosas e PCD.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, A. Diálogos com o Estatuto do Idoso e Paulo Freire: a velhice para além de antigamente uma possibilidade de Ser mais. **Revista Kairós- Gerontologia**. São Paulo, v. 24, n.1, p.199-212. 2021. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/53938/35136>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, CEDES, mai./ago. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 de mar. 2025.

ALVES, G. **O trabalho envelhecido:** As contradições metabólicas do capital. São Paulo: Projeto Editorial Práxis, 2021.

BRASIL, **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 10^a. ed. rev. e atual. 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf . Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10741, de 1 de outubro de 2003. **Estatuto da Pessoa Idosa.** Brasília: Congresso Nacional, 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Brasília: Congresso Nacional, 1993. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Orientações técnicas:** Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2017/08/psb.jpg>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004** e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS - Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: https://ead4.fgv.br/producao/oficinas/ps/docs/PNAS_2004_2013_NOBSUAS.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Reimp. 2014. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. p. 25-27. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/054.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2024.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social no Brasil:** conquistas e limites à sua efetivação. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

CAMPOS N. de L, VIANA R. R. Serviço Social e Capacitismo: Inserção no Debate e Experiência Profissional. In: *Anais...* 10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social Tema: Democracia, participação popular e novas resistências. Vitória ES, 27 - 29 ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45914/31314>. Acesso em: 15 jul. 2025

CELLARD, A. **A análise documental.** A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CINTRA, E. M. de A. **O trabalho do assistente social no âmbito do SUAS.** 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Diretrizes para normatização sobre acessibilidade no Conjunto CFESS/CRESS.** Brasília, CFESS. 2018. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-DiretrizesNormativaAcessibilidade.pdf> . Acesso em: 12 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições Privativas do Assistente Social em Questão.** Brasília, v.2. 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf> . Acesso em: 13 mai. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul.** Disponível em: [https://Imprensa Oficial - Diário Oficial de Mato Grosso do Sul](https://Imprensa%20Oficial%20-%20Diário%20Oficial%20de%20Mato%20Grosso%20do%20Sul) . Acesso em: 2025.

ESCOLA MPU. **Quais pesquisas não precisam de aprovação de Comitê de Ética?** Escola Superior do Ministério Público da União. Disponível em: <https://escola.mpu.br/servicosacademicos/pesquisa-e-conhecimento/suporte-e-atendimento/perguntasfrequentes/> - Pesquisar>. Acesso em: 2025.

MAGALHÃES, S.M. **Avaliação e linguagem:** relatórios, laudos e pareceres. Curitiba: Editora Papel Social, 2019.

FERNANDES, C. D.; MAIDA, M. A. P. Pedagogia social e o conceito de inacabamento em Paulo Freire. **Revista Ciência. Educação,** Americana, v. 20, n. 40, p. 63-78, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/680> . Acesso em: 12 set. 2024.

FERREIRA, A. V. Pedagogia social e a docência ampliada no processo de formação inicial. In: FERREIRA, A. V. (org.). **Dentro ou fora da sala de aula? O lugar da Pedagogia Social.** Curitiba: CRV, 2018.

FERREIRA, A.V; MACHADO, J. A; SILVA, T. L. Práticas socioeducativas na educação não escolar: entre a dialogicidade de Paulo Freire e a convivência de Xesús Jares. **Revista @mbienteeducação,** São Paulo, v. 12, n. 1, p. 10-23 jan./ abr. 2019. Disponível em:

<https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/639>. Acesso em: 15 dez. 2024.

FREIRE, A. M. A. Palestra vida e obra de Paulo Freire. In: *Anais...* I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, 25 abr., Recife/PE.1998. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/download/663/546> . Acesso em: 12 jan. 2024.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 2013.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GONÇALVES, M. A. H. P., MARTINS, S., AMÂNCIO, D. L. P. Proteção Social Básica em Domicílios para Pessoas com Deficiência e Idosas: uma revisão integrativa da literatura., Revista Contemporânea, Curitiba, v.3, n.07, 8918–8941, p.2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1035/795> . Acesso em: 12 ago. 2024

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUIAMAPA. **Mapa localização do Cras Interlagos**. Três Lagoas/MS. Disponível em: <https://guia mapa. mapa localização do cras interlagos. três lagoas/ms. - Pesquisar Imagens> . Acesso em: 2025.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katális**, Florianópolis, v. 20, n.1, p.84-92, jan./abr.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmfrfNcw8gFG/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 set. 2025.

KOGA, D; SANTOS, M. **Territórios educativos para uma educação integral**. Série cadernos pedagógicos. Brasília: Mais educação, 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/04/territorioseducativos.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista:** Sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUZIA, E.L.R.; LIPORONI, A.A.R.C. CREAS: concepções de violações de direitos e os caminhos do trabalho social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146. n.2. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nM6hDBZ6hY7fnRCjPBsbSGb/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MACHADO, A. M. B. Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço social e sociedade**, São Paulo. n. 109. p.151-178, jan./mar.2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nM6hDBZ6hY7fnRCjPBsbSGb/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 2025.

MACHADO, A. M. B.; SILVA, A. M da; TOLENTINO, G. M. P. Paulo Freire a educação popular na história do serviço social brasileiro (1920-2010). **Serviço social e sociedade**, São Paulo. n. 134. p.70-87, jan./abr. 2019. Disponível em:
<https://scielo.br/j/sssoc/a/64sQhQzqsnnwBh5zRntwwxp/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 abr. 2025.

MACHADO, E.R.; SEVERO, J. L. R.; RODRIGUES, M. de F. Pedagogia, pedagogia social e educação social no brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Interfaces Científicas Educação**, Aracaju, v. 3, n.1, p. 11 – 20, out. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1635>. Acesso em: 18 set. 2025.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã (Feuerbach).** 5. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. **Livro I: O processo de produção do Capital.** Trad: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, M. A.V. de.; CRUZ, M. A.; BORBA, S. I. (org.) **Educação em Direitos Humanos e diversidade.** Arapiraca: Eduneal, 2021.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, E.; ZUCHETTI, D. T. Educação além da escola: acolhida a outros saberes; **Cadernos de Pesquisa**, Novo Hamburgo, RS. v.40, n.140, p. 629-648, mai./ago. 2010. Disponível em:
<https://scielo.br/j/cp/a/XFVC9wZHQSxmyKnKsFQg39k/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 12 mar. 2024.

MOURA, E.; ZUCHETTI, D. T. Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, Brasil, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 10, n. 3, sep/dic, 2006, p. 228-236. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644424008.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre Raça, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-7.dez. /fev.2005-2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/13482/15300>. Acesso em: 30 mar. 2025.

OLIVEIRA, M. C. de; **Relatório Semestral PSB no Domicílio**. CRAS Interlagos: Três Lagoas, 2024.

OMS. **Organização mundial de saúde**. 2023. Disponível em: <https://oms.org.br/oms/organizacao-mundial-da-saude-o-que-e-brasil-escola>. Acesso em: 2023.

PIELKE, L. R. F. Abordagem freireana na educação escolar e não-escolar: uma mediação educativa/pedagógica que conscientiza. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, p. 1-22. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v16/1809-4309-praxeduc-16-e2116231.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO. **HumanizaSUS**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasus>. Acesso em: 2023.

POLLI, J. R. Educação emancipatória e atualidade do pensamento ético-político de Paulo Freire: diálogo e promoção dos direitos humanos. **Filosofia e Educação**, Campinas SP, v. 12, n. 2., 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8659969/22986>. Acesso em: 15 out. 2024.

RAMOS, A. H. **O lugar da diferença no currículo de educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: Quartel: FAPERJ, 2011.

SANTOS, J. Dialogicidade e humanização: algumas relações entre o diálogo e o modo de ser propriamente humano. **Revista Educação e Ciências Sociais**, Salvador, v. 4, n. 7, p. 13–25, 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cienciassociais/article/download/11719/8657/36500>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCHFFER, G. Pedaços do tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social. **Textos e contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 292-311, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/download/14152/10741/62949>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SEVERO, J. L. R. de Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez.2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/SgHzCz9mYprkCV6RtTR368v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SILVA, A. I. da. VIEIRA, C. B.; LIMA, M. J. de O. Serviço social e trabalho profissional: a dimensão educativa do trabalho social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 25, n. 1., 2016. Disponível em: [https://2511-Texto do artigo-8782-1-10-20180507 \(1\).pdf](https://2511-Texto do artigo-8782-1-10-20180507 (1).pdf). Acesso em: 2024.

SILVA, A. P. P. N. da. SOUZA, R. T. de.; VASCONCELOS, V. M. R. de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, Porto Alegre. v.43, n.3, p.1-12, set./dez 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v43n3/1981-2582-reveduc-43-03-e37452.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SILVA, R. da. As bases científicas da educação não-formal. In: SOUZA NETO, J. C. de.; SILVA, R. da.; MOURA, R. **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2009. p. 179-194.

SOUZA, M. B.; BORGES, C. N. F. A formação do educador no âmbito da educação não formal. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e86710. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/47075/45884>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SOUZA, J. M. A. de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 119, p. 119-559, jul./set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000300007>. Acesso em: 13 set. 2025.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v71n2/05.pdf>. Acesso em: 2024.

SOUZA, O. M. de; DOMINGUES, A. Emancipação política e humana em Marx: alguns apontamentos. **Revista eletrônica arma da crítica**, Fortaleza, n.4; dez. 2012. Disponível em: <https://beneweb.com.br/resources/Emancipa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20e%20humana%20em%20Marx.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2025.

SILVA, D. A. da; MENDES, D. F. Da gerontofobia ao envelhecimento consciente e saudável In: *Anais...* Psicologia e Saúde em Debate. II Fórum de Iniciação Científica – FPM, v. 5 Supl.1 p. 66-66. dez. 2019. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/592/355>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SILVA, J. F. S. da. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Revista Katálysis**. Florianópolis, ed, v. 11, n. 2, p. 265-273 jul./dez, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/PPCnXsKcBgJwXDxdWZKcCKB/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SOUZA, M. B.; BORGES, C. N. F. Notas introdutórias sobre a educação não escolar em pesquisas educacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/GJqXHNqB4HsWtHG5SsNTK3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2025.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. **Serviço Social em revista**, Londrina, v.12, n.1, p. 202 -227, jul./dez.2009. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10060/8789>. Acesso em: 18 dez. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

XAVIER, A.; MIOTO, R. C. T. Reflexões sobre a prática profissional do Assistente Social: a relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n.2, p. 355-365, jul./dez.2014. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/18520/12517>. Acesso em: 12 mar. 2023.